



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.ma Sra. **Celmira Sacramento**

Secretários: Ex.ma Sra. **Bilaine Ceita**

Ex.mos Srs. **Silvestre Mendes**

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 55 minutos.

Antes do início do debate e apreciação conjuntos, na especialidade, das Grandes Opcões do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico 2025, o Plenário aprovou o Voto de Pesar n.º 22/XII/5.ª/2025 – Pelo Passamento Físico do ex-Deputado Francisco Lima Nazaré.

Na apreciação da Área Institucional, intervieram os Srs. Deputados Delfim Neves (BASTA), José António Miguel (ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Eláckio da Marta (MLSTP/PSD), Conceição Moreno (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Ossáquio Riôa (ADI), Itelmiza Pires (ADI), Messias Pereira (ADI), Aleksander Lima (ADI), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Nito Abreu (ADI), Alda Ramos (ADI), Honório

de Sousa Pontes (ADI), Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD), Albertino da Cruz (), José Maria de Barros (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Alberto Luís (ADI), Izilda Domingos (ADI), Laudino Jesus (ADI), e o Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe), a Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (Isabel Viegas de Abreu), o Ministro da Defesa e Ordem Interna (Horácio Sousa), o Ministro da Saúde e Desporto (Celso Matos), a Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid) e o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Joucerly Tiny dos Ramos), que responderam às preocupações dos Srs. Deputados.

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 10 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Alberto da Trindade **Luís**

Alda Quaresma da Costa D' Assunção **Ramos**

Albertino Amélia **da Cruz**

Aleksander Monteiro **Lima**

Arlindo Quaresma dos **Santos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento

Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço

Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva **Teixeira**

Honório da Luz **Sousa Pontes**

Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**

Izilda Quaresma dos Ramos **Domingos**

Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d'Alva

Jozino Malupane da **Veiga**

Laudino Afonso **de Jesus**

Lourenço Aguiar **Freitas**

Messias Luís Fernandes **Pereira**

Nito de Sousa Viegas d'Abreu

Orlando Borges **da Mata**

Olinto Andrade Vaz do Rosário

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**

Silvestre Moreno **Mendes**

Sólito da Cunha **Lisboa** Neto

Teodorico de **Campos**

Wilter Kathelen das **Neves** **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Andrade Correia Catarina

Arlindo Barbosa Semedo

Conceição Vieira **Moreno**

Elálcio Afonso **da Marta**

Ermilinda José Dias **Borges** de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva

Gabduló Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Gaudêncio Luís **Costa**

Jerónimo Lima Pires **Quaresma**

Jorge Lopes **Bom Jesus**

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de **Barros**

Osvaldo Eduardo **João**

Osvaldo António Cravid Viegas d'Abreu

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis **Faleiro**

Baltazar Albertina **Quaresma**

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldímiro Emiliano **Manuel**

Hélio Fernandes da Costa **Lavres**

Movimento BASTA (MB)

Delfim Santiago das **Neves**

Levy do Espírito Santo Nazaré

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos Técnicos Parlamentares, todos Assessores, todos que nos acompanham em casa, tantos os residentes como a diáspora são-tomense, lá onde se encontram, muito bom dia.

Em respeito às pessoas que nos acompanham e que estão atentas ao nosso trabalho, cumpre-me informar que agendamos esta reunião plenária para as 9 horas, eu, a Presidente, estou cá assentada desde as 9 horas e só vamos arrancar agora às 9 horas e 56 minutos, lamentavelmente.

Para dizer que, depois da aprovação do requerimento para análise na especialidade do OGE e das GOP em Plenário, vamos começar hoje esta mesma análise, sendo o primeiro dia para a Área Institucional e a Área Social. Então, vamos tratar nesta plenária dos assuntos ligados à Presidência da República, à Assembleia Nacional, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Ministério da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, ao Ministério da Defesa e Ordem Interna, e, Área Social, Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, Ministério da Saúde e Desporto e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Peço perdão, Sra. Ministra, que está cá comigo desde o começo, não a saudei. A Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direito da Mulher também está desde o começo, esperando pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas. Sra. Ministra, muito bom dia.

É um momento especial, para a análise e discussão do OGE e das GOP não temos o período antes da ordem do dia, mas porque o momento é especial e requer de nós alguma atenção especial. Vamos neste primeiro momento aprovar um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Francisco Lima Nazaré. Para o efeito, peço à Sra. Secretária da Mesa que faça a apresentação do voto, se faz favor.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sr. Presidente, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Técnicos da Assembleia Nacional e da Rádio Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Vou proceder, então, à leitura do Projecto de Voto de Pesar,...

A Sra. **Presidente**: — Sra. Secretária, desculpe.

Solicito aos Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que escutemos a leitura do voto de pesar em pé, se faz favor.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — «Projecto de Voto de Pesar n.º 22/XII/5.º/2025 — Pelo Desaparecimento Físico do ex-Deputado, Sr. Francisco Lima de Nazaré.

É com profundo pesar que os Deputados à Assembleia Nacional receberam a triste notícia do desaparecimento físico do ex-Deputado Francisco Lima de Nazaré, ocorrido no passado dia 23 de Março de 2025 em São Tomé.

Francisco Lima de Nazaré nasceu em São Tomé, no dia 17 de Novembro de 1945.

O malogrado foi membro da Associação Cívica Pró-MLSTP e no período antes da independência desempenhou as seguintes actividades profissionais: professor e director da Escola de Conde, funcionário da Fazenda Nacional, funcionário do Banco Nacional Ultramarino.

No período pós-independência, o malogrado trabalhou no Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, foi Director do Crédito e Posições do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, Director do Comércio Externo de São Tomé e Príncipe e Director do Comércio Interno de São Tomé e Príncipe.

Destacou-se também no desporto nacional, onde foi um grande jogador de Futebol 11, atuando por muitos anos na equipa do Sporting Club de São Tomé e Príncipe, chegando depois a ser o Vice-Presidente desse Club.

Posteriormente, descalçou as chuteiras, apesar de ser um benfiquista ferrenho. Foi também um exímio jogador de bisca 61.

Considerando que o malogrado exerceu também as funções de deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, bem como na I Legislatura, 1975 a 1980, pelo Partido MLSTP, na VII e VIII Legislaturas, 2002-2006 e 2006-2010, respectivamente, pela Coligação MDFM/PCD, no Círculo Eleitoral de Água Grande.

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória do Sr. Francisco Lima de Nazaré, pelo serviço prestado à Nação, enquanto Deputado desta Augusta Assembleia.
2. Exprimir, através deste voto de pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo seu desaparecimento físico.

Assembleia Nacional, São Tomé, 26 de Março de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sra. Presidente e os Membros da Mesa, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, todos que estão nesta Sala e que nos escuta, bom dia.

Não é normal um filho de um ex-deputado tecer algumas palavras, quando os deputados perecem e que fazemos aqui votos de pesar, mas gostaria apenas, muito rapidamente, de dizer que, nas várias funções que o meu pai em vida desempenhou para o Estado de São Tomé e Príncipe, inicialmente também para o Estado Português, na época colonial, mas principalmente para o Estado de São Tomé e Príncipe, pós-independência, durante toda a sua caminha, foi um homem de muito trabalho, honesto, disciplinado, de carácter.

Como sabem, na Primeira República, por exemplo, como Director do Comércio Interno e Comércio Externo, o Estado é que vendia todas as nossas riquezas e comprova também tudo que usávamos e utilizamos em São Tomé e Príncipe. Não havia o comércio livre que há hoje. Ele é que vendia, com os serviços, obviamente do Estado, todo o cacau, café, coconote, copra de São Tomé e Príncipe. Ia lá fora muitas vezes fazer as compras que vinham nos grandes vapôs, grandes navios para São Tomé e Príncipe. E naquela altura havia muito rigor e disciplina financeira. Recordo-me que o meu pai, ao chegar a São Tomé e Príncipe, passava horas a fazer as contas, todos os recibos que tinha que apresentar às Finanças, ao Sr. Zuncha, para justificar os subsídios que levava nessas deslocações. Tudo tinha que ser apresentado, mesmo as facturas de táxi, das refeições, dos restaurantes, tudo tinha que ir para as Finanças, para ser justificado e todo dinheiro que sobrava, tostão a tostão, tinha que ser devolvido ao Estado, se não fosse utilizado. E ai dele e de todos eles, naquela altura, se faltasse um centímo do Estado, porque era dinheiro do povo.

Bom, mas são tempos idos, gostaria de trazer aqui uma memória que tenho com o meu pai. Como viram, foi um grande jogador de Futebol para Sporting de São Tomé e Príncipe. Jogou toda a vida para o Sporting, cresci com ele, fui para Lisboa estudar e quando cheguei, depois da minha formação, vi o meu pai a torcer pelo Benfica. Não sabia desse lado do meu pai. Para mim ele sempre foi sportinguista, jogou toda a vida e foi Vice-Presidente do Sporting de São Tomé. E numa altura perguntei-lhe: — pai, cresci e sempre pensei que fosse do Sporting, jogou toda a vida para o Sporting. E ele me respondeu: — meu filho, o Sporting, para nós, era mais do que um club, era mais do que futebol, era uma forma de luta. Dona Alda do Espírito Santo escrevia poemas, nós jogávamos futebol. Desculpa dizer isso aqui, mas a única forma que tínhamos de «dar pau» aos colonos era jogando futebol.

Essa foi a história do meu pai, mas para dizer também que ele contou que nem todos os colonos foram maus, porque houve um jogo, salvo erro, com Ceifons ou Lafons (Leixões), uma equipa também na altura, em que houve mesmo muita confusão no campo, a PIDE tinha que intervir e prendeu muitos jogadores do Sporting, foi à casa de cada jogador, porque agrediram jogadores portugueses, e quem escondeu o meu pai em casa foi um branco amigo dele. Pegou nele, escondeu-o em sua casa, salvo erro, dois ou três dias, porque a PIDE andava à procura de todos os jogadores de futebol naquela altura, e alguns foram mesmo presos.

São essas palavras que gostaria de deixar aqui em memória do meu pai, em nome da família e muito obrigado pela atenção.

Aplausos gerais.

A Sra. **Presidente**: — Vamos submeter o Projecto à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Terminada esta fase, vamos suspender a sessão, para depois recebermos o Sr. Ministro das Finanças que vem para começarmos a nossa discussão na especialidade.

Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 10 horas e 35 minutos.

Quero saudar o Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças, o Sr. Ministro de Defesa e Ordem Interna, a Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior e também, obviamente, a nossa Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direito da Mulher.

Já temos os ministros afectos aos ministérios da Área Institucional e da Área Social, portanto, vamos começar o nosso debate na especialidade.

A Mesa ainda não recebeu qualquer inscrição para o efeito, já havia dito que para este primeiro momento temos a Presidência da República. Não sei se os Deputados todos têm o mapa. Não têm o mapa?

Murmúrios.

Desculpem, pensei que os respectivos grupos já tivessem todos os mapas actualizados. Mas para dizer que começamos com a Presidência da República, depois a Assembleia Nacional, depois o Gabinete do Primeiro-Ministro, depois o Ministério da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, e assim sucessivamente, conforme a tabela que temos.

Vamos abrir a discussão para a Presidência da República. Alguém quer fazer intervenção nesta área referente à Presidência da República? Não há nenhuma inscrição para intervenção nas questões da Presidência da República elencadas no OGE e nas GOP.

Vamos passar.

Assembleia Nacional, alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Não sei se é o Presidente do Conselho de Administração...

A Sra. **Presidente**: — Nesse quadro é o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — ... não, porque há uma contradição entre o orçamento da Assembleia Nacional que aprovamos há dias e o OGE. A minha primeira pergunta seria para o Presidente do Conselho de Administração.

Porque aprovamos cá há dias,...

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Já está aprovado, agora é com o Ministro.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — ... responda quem for, mas acho que o Governo e a Assembleia devem ter acertado antes de ter o orçamento da Assembleia. Deveria ser um número equivalente ou pelo menos alinhado, mas o que vejo no Programa de Investimento para a Assembleia Nacional são 3,5 milhões de dobras, que tem como origem de financiamento República da China Popular e não consegui descortinar mais nenhum outro lugar no Orçamento que tenha verba de investimento para a Assembleia Nacional. No entanto, o que se aprovou no Orçamento da Assembleia rondam cerca de 29 milhões, há uma diferença de quase 25 milhões, cerca disso. Gostaria de saber qual é número que conta. O número que conta é o do OGE, naturalmente. E a diferença virá de onde, para cobrir as despesas que nós aprovamos?

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado abordou uma questão ligada ao orçamento da Assembleia Nacional, consta também no OGE, mas há um desfasamento. Portanto, é uma situação colocada e o Sr. Ministro das Finanças depois responderá.

Mais alguma situação ligada à Assembleia Nacional?

Não havendo, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O S. **Ministro de Estado da Economia e Finanças** (Gareth Guadalupe): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Colegas Ministros aqui presentes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia, Povo de São Tomé e Príncipe, residente na diáspora, bom dia.

Eu diria que a solicitação levantada pelo Sr. Deputado Delfim Neves faz sentido, mas também diria que, ao mesmo tempo, e conforme já disse depois da aprovação do orçamento da Assembleia, apresentamos uma proposta e primeiro a Assembleia aprovou o seu orçamento. E era importante fazer aqui este reparo que a aprovação do orçamento da Assembleia antes da aprovação do OGE como tal não significa necessariamente que a Assembleia venha à frente, no âmbito das alterações, porque o Orçamento tem um limite de 6.507 milhões. Naturalmente, se a Assembleia aprova o seu orçamento com a dotação de investimento não sei quantas vezes superior àquilo que foi estipulado, significa que temos que tirar de algum lado para pôr na Assembleia. Mesmo que a Assembleia aprove o seu orçamento antes de aprovar o OGE, a verdade é que o orçamento da Assembleia Nacional e todos os serviços e fundos autónomos só entra em vigor após a aprovação do OGE, promulgação pelo Sr. Presidente da República e publicação.

Bem, até lá, vamos trabalhar, mas a diferença que existe é na componente de investimento e nessa componente grande parte delas sabemos o que lá está, acho que não precisamos entrar nesses detalhes aqui. E conforme o Governo já tinha dito, vamos trabalhar para ver como podemos atender a essas necessidades.

Conforme disse o Sr. Primeiro-Ministro, há muitas ajudas que podemos conseguir em espécie. Envés de termos o valor monetário para ir às compras ou para fazer essas despesas de investimento, podemos conseguir através dos nossos parceiros e ver como damos atenção a essa preocupação da Assembleia Nacional. Mas naturalmente há uma diferença abismal entre aquilo que foi a proposta para investimento apresentado pelo Governo e aquilo que a Assembleia decidiu aqui aprovar.

Era o que me cabe dizer.

Sr. Deputado Delfim Neves, creio que a diferença está no investimento...

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Exactamente.

O S. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — ...voilá, porque naquilo que tem a ver com o funcionamento o valor mantém-se. A diferença está no investimento e o investimento é a questão da Casa Parlamentar, é a questão dos meios rolantes e por aí fora. Vamos ver como podemos dar atenção a essas questões.

A Sra. Presidente: — A explicação está dada, depois o Governo e a Assembleia, através dos Técnicos, através dos outros expedientes, vão ver essa questão, porque como dizia o Sr. Ministro, é mais para questões de investimento, tudo quanto está obsoleto nesta Assembleia, os meios rolantes, o próprio edifício em que nos encontramos. Aquando da discussão propalou-se aqui muito a questão de um dia sermos surpreendidos, queira Deus que não, mas é para vermos o nível da degradação do próprio edifício. Isso tudo faz com que a verba para o investimento seja avultada.

Mas depois o próprio Governo e a Assembleia verão esta questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Caros são-tomenses que nos escutam, em São Tomé e na diáspora, bom dia.

O facto de o Sr. Ministro das Finanças ter dado a explicação que deu não inválida a possibilidade de nós encontrarmos um espaço para discutirmos esta questão, se de facto justificar estarmos aqui a aprovar primeiro o orçamento da Assembleia Nacional e depois o OGE ou então fazermos o contrário. Se optarmos por manter exatamente como está, eu acho que deve haver maior comunicação entre o Governo, neste caso o Ministério das Finanças e o Conselho de Administração da Assembleia Nacional, no sentido de analisarmos esta questão. Porque o Orçamento é único, é o Orçamento Geral, por isso que é Geral do Estado. Não obstante os organismos autónomos que existem, mas ninguém pode nem deve fugir àquilo que está no Orçamento Geral do Estado. Daí que eu acho, na minha opinião, devemos trabalhar ou voltar à questão de discutir o orçamento da Assembleia depois do Orçamento Geral do Estado, ou então haver uma maior comunicação entre o Conselho da Administração e o Governo, para evitar este desfasamento, porque é muito. Para quem ouve isso, acho que a diferença é tão abismal que nos leva a refletir e saber se vale a pena nós estarmos a inscrever no programa de investimento uma diferença de vinte e tal milhões em relação àquilo que o Governo coloca à nossa disposição.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Líder.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente, Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É para saudar de facto esta intervenção do Líder Parlamentar do ADI, e penso que esta informação também não nos foi passada, aquando da discussão do orçamento da Assembleia. Por isso eu concordo, sim. O apelo ou a exigência que o Sr. Deputado Delfim faz é que o Presidente do Conselho da Administração da Assembleia deve explicação aos Deputados, porque nos foi dito que para chegar o consenso para o tecto do orçamento da Assembleia, incluindo o ajuste salarial, houve conversações com o Governo. E nós não podemos ouvir aqui «se autorizam» e «falta de coordenação». Eu peço mais detalhes em relação a isso, não quero referir aos projectos que estão inscritos no programa de investimento público, mas o Conselho de Administração deve, sim, nesta fase, explicação aos Deputados, porque essa informação não nos foi passada aquando a discussão da Assembleia.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso.

Antes do Deputado Rui, o Sr. Deputado José António tem uma interpelação a fazer?

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sim, sim.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

A seguir vem o Deputado Rui.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

É só para dizer que gostaria de compreender a proposta do Vice-Presidente, uma proposta de facto que faz todo sentido, mas só que o Presidente do Conselho de Administração, como tal, não deveria ter um espaço aqui para falar como Presidente do Conselho de Administração. Poderá dar sua opinião como Deputado normal, como qualquer um de nós, e não como Presidente de Conselho de Administração. Eu acho que ele poderá ter opiniões a dar, tanto o Presidente como qualquer outro membro do Conselho de Administração, mas não como Presidente do Conselho de Administração.

Era este reparo que eu queria fazer.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui, vai fazer a intervenção ou não? Desistiu? Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros.

Esta é uma situação muito grave! O que está a acontecer é extremamente grave!

A nossa Bancada Parlamentar tem uma proposta a avançar, Sra. Presidente. Esses trabalhos não vão continuar, enquanto não reunirmos, portanto, o Conselho de Administração da Assembleia novamente e o Secretário-Geral, para nos explicarem por que é que isso aconteceu afinal. Porque nós não podemos aprovar um orçamento da Assembleia, que à partida estava tudo acertado, e agora chegarmos à conclusão que alguma coisa falhou, e o Ministro, claro, tem que dizer que isso não está contemplado assim, vamos ver como é que se resolve. Não! Há um orçamento da Assembleia que está aprovado. Quer dizer, este orçamento agora fica dependente daquilo que nós decidimos aqui, prejudicando a Assembleia Nacional?

Todos nós sabemos, todos nós que estamos aqui todos os dias, sabemos da realidade que esta Casa vive. Sabemos das condições em que nós trabalhamos aqui, sabemos de como é o dia a dia dos nossos funcionários. Vamos aceitar, dizer não, vamos deixar para depois? Não! Isso tem que fica ressorrido agora e já. Nós não podemos avançar, sem que se resolva definitivamente essa questão.

Portanto, é isto que eu quero propor, Sra. Presidente. Vamos ouvir os outros Líder, mas é preciso resolver isso rapidamente.

Obrigado.

Applausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Líder Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Bom, entenderá que eu não sou Líder, aliás nós não temos bancada, portanto, não estou opinar sobre a sugestão feita pelo Sr. Deputado e Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Eu gostaria de propor uma análise, antes da decisão, para não imperamos os nossos trabalhos por causa dessa questão. Suspendamos a discussão do orçamento da Assembleia Nacional, avancemos para outras instituições e, no final, vamos discutir essa questão interna, se houver tempo continuaremos hoje, se não houver tempo o orçamento da Assembleia ficará para amanhã no primeiro ponto.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — É a sugestão do Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra a Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Caros Colegas que compõem a Mesa, Caras e Caros Colegas Deputados, Srs. Ministros, muito bom dia.

Sra. Presidente, eu peço a palavra para poder juntar a minha voz à dos colegas que me antecederam, e dizer que nós tivemos uma semana bem proveitosa, quando muito antes daquilo que era a aprovação do orçamento da Assembleia Nacional. Tivemos um trabalho de casa com o Sr. Ministro das Finanças e o pessoal das Finanças, onde o Sr. Ministro pediu-nos três dias, antes da discussão e aprovação do orçamento da Assembleia Nacional, para poder analisar profundamente aquilo que é a Assembleia Nacional. Espanta-nos depois de todos esses exercícios, trazer o mesmo tecto que ao longo desses anos todos é colocado no OGE.

Sr. Ministro, se olhar só para as cópias que nós a nível dos serviços parlamentares recebemos, quase que nós somos esforçados a pôr em causa a nossa saúde. Ao nível das bancadas parlamentares, muitos equipamentos não funcionam. Muitos espaços a nível da Assembleia Nacional, só para ver aqui no chão, eu poderia aqui pedir aos cameraman e aos jornalistas que firmassem o chão da Assembleia Nacional, como é que estão os fios. Várias vezes, os Deputados tropeçam aqui nos fios e quase caiem. Isso parece mais uma teia de aranha do que uma Casa Parlamentar. Nós vamos continuar nessa situação até quando?

Em termos de transportes, em termos daquilo que é o serviço normal, não faz sentido, ao longo desses anos todos, estarmos aqui a tapar o sol com a peneira. Enquanto para alguns serviços, alguns ministérios, há benefícios em termos de projectos, para a Casa Parlamentar, onde o OGE depende dos próprios Deputados para que o Governo trabalhe, estamos a ser maltratados.

Então, em nome da minha Bancada, eu peço ao Sr. Ministro das Finanças para rever essa situação da Casa Parlamentar, porque nós não gostaríamos de colocar em risco a nossa vida.

Nós temos os nossos familiares, nós sabemos que neste país, quando uma pessoa morre em acidente ficou, quem tem os seus familiares, se deixou menores, menores vivem da sua maneira, não há um cuidado do Estado para com essas crianças. Eu tenho prova concreta que um pai faleceu no trabalho, as crianças recebem 300 dobras por mês. Pegando 300 dobras, dividindo, quanto é que nós vemos que essas crianças iriam precisar. E nesse 300 dobras, está saúde, está educação, está calçados, está vestuários, está tudo.

Por isso, tratem-nos como nós devemos ser, e nós, os Deputados, temos que estar dignos da Casa Parlamentar, que é o segundo órgão de soberania da nossa República, de forma que as outras pessoas a nível internacional comecem a respeitar os Srs. e as Sras. Deputadas.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Eu venho cá falar em nome do Governo, e dizer que não me parece que este Governo não esteja sensível aos problemas da Assembleia. Não me parece de todo. Mas, quando o Deputado Raúl Cardoso diz que o Orçamento não devia avançar devido isto, é preciso os Deputados compreenderem que durante muitos anos o orçamento do funcionamento da Assembleia foi de 89 milhões de dobras. Este Governo decidiu aumentar para 95, funcionamento. Investimento no ano passado foi de 3. 351 milhões, aumentou-se para 3. 500 e qualquer coisa. Este aumento não é nada?

Mas o grande problema é que era muito mais fácil ajustarmos aos anos passados, porque aquilo que se pedia não é uma diferença abismal de mais de um milhão de euros. Este é que é o grande problema. É muito mais fácil fazer ajuste de cento e tal mil euros, do que fazer ajuste de mais 1 milhão de euros, em cima dos três bilhões, quinhentos e tal que o Governo já tinha orçamentado.

E conforme eu disse aqui, quando eu tive a oportunidade de estar aqui na Casa da Assembleia, o facto de nós aumentarmos as despesas não quer dizer que as receitas vão aumentar. As receitas não vão acompanhar, porque aumentamos as despesas. Mesmo naquilo que tem a ver com ajuste salarial, aquilo que se paga não vai ser igual àquilo que entra em termos de IRS, porque não se tributa 100% do salário de alguma pessoa.

O Vice-Presidente da Assembleia, o Sr. Arlindo Barbosa, mencionou, por exemplo, a questão do ajuste salarial, inclusive para a Assembleia Nacional.

Este ano é o ano em que se quer fazer o ajuste salarial. Mas é só para a Assembleia? Não.

É para o País todo. E como é que nós vamos fazer isso, ao mesmo tempo que nós fazemos um ajuste em termos de investimento de 1 milhão de euros?

É preciso, e aliás o Deputado Raúl Cardoso tem dito isso sempre, que muitas vezes entra em pânico, quando os Ministros das Finanças trazem números que parecem números surrealistas, utópicos.

Agora, sentar aqui ou sentar desde o dia em que nós aprovamos o orçamento da Assembleia, até na Segunda-feira, para dizer que vai ser impossível? Se tiverem presente um ano em que o orçamento é submetido à Assembleia e Assembleia apresenta, em termos de despesas de investimento, mais 1 milhão de euros em cima, digam-me que ano foi e como é que se fez esse ajuste. Em que ano isso aconteceu e como é que se fez esse ajuste. É quase que impossível.

É como eu disse também, o facto de a Assembleia aprovar o seu orçamento primeiro, também não significa que, quando tivermos dinheiro, primeiro nós vamos dar à Assembleia. O vir à frente da aprovação não significa que é a frente em termos de disponibilização de recursos. Porque a fonte de receita é só uma para o País todo, e nós temos que entender isso. Não há mais do que uma fonte de receita. É só uma.

Esticar a Assembleia em mais 1 milhão de euros, é difícil fazer essa reafectação. Desde o dia em que se aprovou o orçamento da Assembleia, até os dias de hoje, é quase que impossível. Teríamos que cortar muitos sectores, e isso implica um reajuste e nós não estaríamos em condições de sentar aqui hoje para discutir o OGE, na especialidade, e muito menos sentar na Segunda-feira para começar a discutir na generalidade.

Agora, a solução que nós temos que ver é, o Governo é quem faz as propostas, tem que também apoiar a Assembleia, encontrar junto aos nossos parceiros como podemos resolver isso.

Por isso é que eu comecei a minha intervenção, dizendo que não me parece que este Governo não esteja sensível às causas da Assembleia. É uma questão aqui de nós confiarmos na palavra do Governo, e pelo menos dar ao Governo a oportunidade de tentar responder às questões que estão ao nível dos investimentos da Assembleia.

É verdade que nós estamos aqui numa Casa Parlamentar, mas eu também já tive a oportunidade de dizer aqui em off, embora ficou aqui gravado, que mesmo na casa onde se faz o OGE, onde eu já fui funcionário, o tecto está a cair, está a desabar. Eu fui fazer uma visita à Direcção das Finanças, toda parte de cima é impossível de trabalhar, mas é ali onde se processa tudo, é ali onde se começa tudo. Por mais que a gente aprove o OGE aqui na Assembleia, é ali onde se começa a fazer tudo. Por isso, para dizer o quê? Estamos sensíveis às questões da Assembleia, compreendemos todas as questões que foram levantadas aqui pela Deputada Beatriz, também pelo Deputado Raúl Cardoso, também pelo Presidente do Conselho da Administração. Portanto, estamos sensíveis. Agora, temos que encontrar um meio termo. Para esse meio termo, eu creio que a posição não deve ser esta, se não tivermos aqui os tais 29 milhões nós não vamos avançar.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Bom, eu acho que não se pronunciou sobre a minha sugestão, nós estamos a resvalar, falar da mesma coisa, quando o Conselho de Administração devia reunir com os Líderes Parlamentares e decidir.

Mas a minha questão é sobre o que disse o Sr. Ministro, sobre reajuste salarial. É a tal questão que levantei. Se me perguntar a mim se eu estou de acordo com o reajuste salarial para a Casa Parlamentar e não para toda a Função Pública, estou contra. Que fique bem claro! Ou façamos reajuste para todos que trabalham e que merecem, ou não façamos para ninguém!

Por isso que eu propus que o Governo apresentasse uma proposta da nova grelha salarial. Assim abarcará tudo. Porque estar aqui a pronunciar sobre esse reajuste que se fez de mais de cerca de 15 milhões... Se eu percebi bem, se compararmos as despesas correntes anteriores e a que está prevista, que é para fazer reajuste, é muito mau aos olhos dos outros que precisam. Ou façamos para todos, ou não façamos para ninguém.

Se há já esse acerto entre o Governo e a Assembleia, então é um caso arrumado. Nós estamos a falar de despesas de capital e não despesas correntes. É o que estávamos aqui a falar, mas pronto, entrou-se também na despesa corrente.

Eu volto a sugerir que suspendamos esta discussão da Assembleia Nacional, neste capítulo, e passemos para outra instituição.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Eu tenho inscrito o Líder Parlamentar do ADI, antes de nós vermos a proposta do Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra, Sr. Líder.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu comprehendo e respeito a proposta do Deputado Delfim Neves, e também do Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, mas só que há uma situação que eu estou a tentar entender.

Bom, nós estamos a falar de despesa de funcionamento, aquilo que o Governo disse que aumentou em termos de valor a ser transferido, de 95 para 98...

Uma voz: — 89 para 95.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — 89 para 95. Isso é um aspecto.

Mas nós começamos a entrar neste aspecto, quando nós estávamos a ver outra questão, que tem a ver com a questão de programa de investimento. Bom, a Assembleia é um organismo ou órgão autónomo, tentem reflectir comigo, e o Governo diz que pode, de acordo com o orçamento que nos é apresentado, transferir para esta despesa um determinado montante. Nada obsta Assembleia em si, como organismo autónomo, mobilizar outra parte de verba para fazer face à necessidade que tem. Estamos a olhar para isso em termos de números como algo muito abismal, mas se nós formos ver na prática, vamos imaginar, se nós estivermos a dizer que a Assembleia precisa de renovar o seu parque automóvel, é um aspecto em termos de aquisição de carros, e nós sabemos que a Presidente, por exemplo, anda num carro que está a «tocar chocalho», e todos os outros iguais ou piores ainda. Nós estamos a falar da questão do edifício da própria Assembleia, estamos a falar de um conjunto de necessidades que a Assembleia tem. Se o Governo pode transferir uma determinada verba que está cá inscrita, e nós sabemos que não será suficiente obviamente para atender a essas necessidades, a Assembleia pode ou não pode, quer com a ajuda do Governo, ou não, mobilizar meios para cobrir outras despesas. Aliás, nós sabemos que o orçamento é previsão. Para aquilo que a Assembleia Nacional está a prever gastar em termos de investimento é este valor, e o que o Governo pode transferir é outro valor.

No meu ponto de vista, eu acho que aqui não há nenhum problema, para termos que suspender, não aprovar ou não avançar com a discussão do OGE, por causa desta situação. Eu não sou de opinião que devemos fazer isso.

Agora, volto a dizer, em termos daquilo que a Assembleia recebe do Governo e aquilo que a Assembleia em si pode e deve mobilizar, com apoio também do Governo, tudo isso tem que estar inscrito também no orçamento da Assembleia. Se Assembleia quer adquirir carros, eu volto a dizer, quer adquirir outros bens, melhorar o edifício e outras despesas, isso tem que estar inscrito no orçamento da Assembleia, sob pena de a Assembleia estar a executar o que não está inscrito no orçamento.

É só esse esclarecimento, não sei se ajudei em alguma coisa, mas pronto, era só esta opinião que eu gostaria de passar.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

É que aconteceu uma situação *sui generis*. Por que é que eu digo isso? Enquanto falava a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, que nós temos fios por tudo quanto é sítio, entrava o Sr. Secretário-Geral para passar alguma informação, tropeçou num desses fios e a nossa transmissão foi cortada, porque o fio desligou-se. Estamos a pedir 5 minutos para reestabelecermos tudo.

Risos e Murmúrios.

Eram 11 horas e 15 minutos.

A Sra. Presidente: — Vamos retomar os nossos trabalhos. Temos quórum, vamos continuar.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Durante o intervalo, certamente os Líderes conversaram e chegaram à conclusão de que suspendemos a discussão do orçamento da Assembleia Nacional, e vamos continuar os nossos trabalhos, desta feita com o Gabinete do Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Durante algum tempo, tivemos que nos pôr de acordo, e a decisão é deixarmos a Assembleia Nacional, para continuarmos a reflectir sobre a Assembleia Nacional.

Mas o que eu quero pedir a todos que nos acompanham, que estão lá em casa ou que estão na internet, é que seria bom todos visitarem esta Casa Parlamentar e verem as condições de trabalhos nesta Casa Parlamentar, que é o que parece que muita gente não sabe.

Sr. Ministro, quando peguei o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, eu tive a necessidade de ir buscar o último Orçamento do XVII Governo Constitucional, porque eu queria saber se era normal alguns valores que eu vi, que eu encontrei no Orçamento Geral do Estado deste ano para este ano, e a proposta de 2022. Para quê? Para que eu não viesse aqui e tivesse uma intervenção com alguma incoerência. E há uma coisa que me salta à vista e que eu também quero aqui explicação, para entender o que é isto concretamente.

Quando eu pego no orçamento deste ano, a impressão com que fico é que no Gabinete do Primeiro-Ministro haverá uma força, independente das outras forças. É a impressão que qualquer cidadão tem à partida. E porquê? Eu vejo aqui «vencimento de pessoal militar», e procurei informa-me enquanto estive aqui na Sala. Para os militares e paramilitares, o vencimento vem de que ministério? Ministério da Defesa. Ok. Então, o que é que é isto de haver no Gabinete do Primeiro-Ministro «vencimento do pessoal militar», num valor superior a 7 milhões de dobras, meus senhores? Dbs. 7. 096.000,00 (sete milhões, novecentas e seis mil dobras). Isto é o vencimento. Para o décimo terceiro mês desse pessoal militar, mais de 1 milhão de dobras, e depois vem um subsídio de representação em mais de 4 milhões de dobras. Vem também «outros abonos», mais de 7 milhões de dobras; «subsídio de férias», mais novecentas e tal mil dobras. Eu fiz a soma de todos esses valores, vi que é superior a milhões de dobras. Portanto, eu estou a falar de cerca de Eur. 890 000.

Sr. Ministro, eu quero saber o que é isto. Se quem está lá, os militares e paramilitares que garantem a segurança da primatura são funcionários de Estado e estão afectos a um ministério, são quadros da UPDE, então, o que é isto aqui? Fui ver 2022, não havia isto. Então, por que é que se introduziu isto no orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro? Eu gostaria que me explicasse. Pode dar-se o caso de ser alguma falha ou ao se ver o orçamento não se tomou cuidado, mas isto tem que sair do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. Deve sair, na nossa opinião.

Portanto, gostaria que o Sr. Ministro me explicasse isto, para eu entender.

Srs. Deputados, é para dizer que eu peguei no orçamento de 2022 e se eu visse no orçamento de 2022, Governo do MLSTP/PSD, liderado pelo Dr. Jorge Bom Jesus, esses valores, eu teria aqui alguma dificuldade de colocar esta questão. Mas não tenho. Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Sr. Presidente, eu tenho um pedido de esclarecimento e depois uma proposta.

Eu não estou a ver a questão de despesa corrente do Gabinete do Primeiro-Ministro, que o Deputado Raúl levantou, e muito bem. Eu estou a ver as despesas de capital. Portanto, na página 1/6. Eu gostaria que me esclarecesse o que é «produção de novos programas». Eu não percebi. Depois tem «apoio institucional», isto eu percebi bem, mas é uma rubrica do passado, porque em tempo tínhamos cá uma cooperação com um país que eu não vou aqui pronunciar, que envia apoio institucional para quase todas as instituições do Estado, mas que, num passado recente, 2018/2022, suspendeu-se essa rubrica de apoio institucional, porque este apoio institucional é uma questão muito lata, é muito abrangente. Esse apoio institucional é para quê, mais concretamente? Que me esclarecesse.

Depois temos também aqui uma despesa de cerca de 5 milhões de dobras da presidência de STP 2023/2025. São Tomé e Príncipe lidera a Comunidade neste período, mas estamos a aprovar o Orçamento de 2025. Esta despesa é deste ano ou tem a ver com dívidas anteriores? Gostaria que fosse esclarecido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrito, passo a palavra ao Sr. Ministro, para possíveis esclarecimentos.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Sra. Presidente, ao fazer a minha intervenção, pode ser que escape alguma coisa. Entretanto, se não responder a alguma pergunta, agradeço que voltem a colocar, por favor.

Começando pelo Deputado Raúl Cardoso, qual é o grande problema aqui? É que ao nível da natureza económica das despesas, ao nível da actual Orgânica do Governo, a combinação dessas duas coisas é que a SINFOR está na primatura, em termos da Orgânica do Governo. E em termos de natureza económica das despesas, a rubrica para essas forças, que são paramilitares, não existe. Só existe militar. Por isso é que aparece ali militar. Não quer dizer que são militares. É que estão lá, mas são paramilitares. O problema está em nós renovarmos a nossa classificação orçamental e termos uma designação diferente para os militares e os paramilitares.

O Deputado Delfim Neves levantou a questão de apoio institucional, mas também existem apoio institucional na Assembleia Nacional, apoio institucional também na Procuradoria e vai existindo apoio institucional em vários sítios. Agora, este apoio institucional, muitas das vezes, tem a ver com a fonte de financiamento. Quando olharmos para o orçamento de investimento da Assembleia Nacional, quem é que lá está? É a República Popular da China. Se a memória não me falha, durante um longo tempo também havia essa designação. Sempre que a República Popular da China dava um apoio chamava-se de apoio institucional. Mas aqui é mais uma questão de terminologia, e se nós decidirmos retirar essa designação, porque estou a ver o Deputado Delfim a tentar esfolhar, há um mapa, que é resumo de despesas por unidade gestora, função, subfunção, programa, natureza económica, que está quase que no fim, mais ou menos, página 1 a 68. É a partir dali que nós devemos olhar o Orçamento Geral do Estado. Portanto, vai de 1 a 68 e à medida que vamos avançando, de 1 a 68, vai sendo feita apresentação nas diferentes perspectivas. Este é o global resumo de despesas por unidade gestora, função, subfunção, programas e por aí fora. Depois nas últimas quatro ou cinco folhas só entra aquilo que é o investimento como tal. Ali só se vê investimento por unidade gestora.

O Deputado Delfim Neves também falou da questão de cinco milhões, creio eu, da CPLP. Bom, nós ainda temos a presidência da CPLP e temos que continuar a financiar a nossa presidência, até que outro país assuma a presidência. É suposto ser este ano que nós entregamos a presidência. Então, esta transição começa com a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo que está prevista lá para Julho. Até lá temos que continuar a financiar as várias reuniões da CPLP que têm lugar em São Tomé e Príncipe.

Eu creio que respondi às questões e, se houver alguma coisa que me tenha falhado, agradeço que me corrijam, se façam favor.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Novos programas.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Deixe-me ver onde é que está isto. Isto aonde? No investimento, na primatura?

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Tem a ver com a TVS.

Sim, sim. Produção de novos programas, sim, 500 000 dobras.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Novos programas televisivos.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Ministro, acredita que não saio daqui esclarecido sobre isto. Não consigo. Eu não sei se a SINFOR tem assim tanta gente, para só em termos de despesas salariais, subsídios, ser qualquer coisa que rondam quase 900 000 euros anuais. Esta é a minha grande dúvida. Efectivamente, estamos a falar de um valor muito alto. Estamos a falar de mais de 21 milhões de dobras e seria bom que o Governo visse se não há alguma sobreposição ou duplicação de verba e que pudesse canalizar tudo que estivesse a mais ali, para outros sectores que precisam. Portanto, é isso que eu gostaria que visse com o devido cuidado, porque para a SINFOR eu acho que este valor é abismal. Por isso é que peço ao Sr. Ministro para olhar para este valor com todo o devido cuidado. Aliás, na altura, nos foi explicado que este Orçamento foi inspirado no orçamento anterior e de certeza que a política deste Governo não é a política do anterior. Por isso é bom olhar para estes valores. Porque, sinceramente, se se perguntar se sai daqui esclarecido com a minha explicação, o Sr. Ministro não me consegue explicar e convencer.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Há uma expressão que se usa, e eu vou começar com a mesma: «a democracia custa caro». E nos serviços de informação de Estado nós temos por aí 60 a oitenta e tal pessoas ao nível da SINFOR. E cada vez que estamos a sair do Governo metemos lá muita gente. Temos que assumir essa responsabilidade aqui hoje. Metemos lá muita gente, não vou entrar aqui em detalhes. Mas estamos a falar de Serviço de Informação do Estado. Isso é transversal a qualquer governo que vier, mas estamos aqui na Casa Parlamentar e, se tivermos que fazer uma reforma da SINFOR, temos que assumir aqui hoje diante de todos os partidos aqui presentes.

Aplausos do ADI e do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, bom dia.

Sr. Ministro das Finanças, estamos na especialidade e ao mesmo tempo estamos a ver o orçamento ao nível do Gabinete do Primeiro-Ministro. É notável as lamentações de alguns dos Srs. Deputados no que diz respeito à qualidade do sinal da TVS. Eu vejo na rubrica 55.58 «produção de novos programas» e gostaria de solicitar ao Sr. Ministro das Finanças, porque sabemos das críticas que têm vindo do Distrito de Caué, mais concretamente, Distrito de Cantagalo, Ribeira Afonso, e Distrito de Lembá. As pessoas têm lamentado que não têm acesso ao sinal da TVS. Nós temos que ter um povo informado e a mensagem deve chegar a todo o País. Assim sendo, Sr. Ministro das Finanças, gostaria de solicitar que a rubrica está a prever a compra ou aquisição do aparelho retro transmissor?

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada. Estamos na discussão na especialidade do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e não tem havido propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Eu tenho uma proposta concreta a fazer e explicar um bocado, não entrando muito em detalhes o que é isso de outros abonos só para que eu perceba? Porque tenho uma proposta concreta para fazer, deslocação até dessa verba, mas só farei se eu não ficar convencido. Se faça favor.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Sr. Deputado Delfim Neves, onde identificou é para reabilitar. «Outros abonos» é questão de segurança.

Respondendo ao Deputado Elálcio, é uma reclamação legítima. Até já fui Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, que tinha a tutela da Comunicação Social. Tem que ser resolvida de duas formas. De forma estrutural, através da questão de TDT, mas até lá temos que ir resolvendo o problema de sinal não só para a zona Sul, como também na zona Norte e até na Região Autónoma do Príncipe. Conforme tinha dito ontem o Primeiro-Ministro, os equipamentos já chegaram. A questão do Príncipe é uma questão de calibragem dos equipamentos e a questão da zona Sul é uma questão de bateria. Portanto, os equipamentos já estão aqui, mas terá que se resolver essa situação, para que de facto, conforme disse aqui o Deputado Elálcio, chegue o sinal, a voz e o sentimento a partir desta Casa Parlamentar e do País todo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Até aqui não houve qualquer proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — O Sr. Ministro das Finanças lançou e parece que é um desafio e um apelo aos partidos com relação à questão de reforma. E porque estamos a falar da SINFOR, é de dizer que enquanto MLSTP/PSD, estamos de acordo com a reforma, mas quem tem essa responsabilidade da gestão do País, para apresentar propostas, é o Governo. Espero que, como o Sr. Ministro referiu a isso aqui, naquilo que toca ao MLSTP/PSD, em relação às reformas, que nos apresente propostas concretas, estaremos disponíveis e a abertura será total. Porque nos estranha de facto a SINFOR. Eu nunca estive na Administração Central do Estado, mas 80 membros só para a SINFOR, não sei se essa reforma se justifica para o bem do País, e o MLSTP/PSD está aberto.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passemos agora para o Ministério da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher.

Não havendo intervenções, vamos avançar. Se houver, que seja com propostas concretas e não estarmos aqui a discutir e não ganhar tempo.

Vamos passar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Não há qualquer reacção, ultrapassemos.

Passássemos agora para o Ministério da Defesa e Ordem Interna.

O Sr. **Eláckio da Marta** (MLSTP/PSD): — O Plenário é soberano.

A Sra. **Presidente**: — Já passou. Se o Sr. Deputado quisesse, teria intervindo no momento.

Portanto, estamos agora no Ministério da Defesa e Ordem Interna. Para este primeiro grupo, já ultrapassamos.

Vamos agora para a Área Social e estaremos a entrar no Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior.

Peço encarecidamente às Sras. e aos Srs. Deputados que ao intervir tragam propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLST/PSD): — Aproveito para cumprimentar a Mesa, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados.

Sra. Presidente, eu ontem levantei uma questão relacionada com a discussão na especialidade, em relação à Região Autónoma do Príncipe.

Como sabemos, a proposta de calendarização para a discussão ministério por ministério afecta de forma lesiva e grave a Região Autónoma do Príncipe, porque os projectos para o Príncipe não se encontram incluídos nos ministérios. O Príncipe tem um capítulo próprio, e ficamos com bastante dificuldade em levantar questões, quando o Príncipe não está nesta calendarização. Se formos ver para os ministérios, quase todas as acções concretas dos projectos estão localizadas nos distritos, onde eles têm uma acção mais directa. No Príncipe há uma continuidade de administração pública, e os nossos projectos têm, num capítulo do Orçamento, uma verba disponível, mas não há descrição.

Ora, eu quero propor, de acordo com a verba, quais são os possíveis projectos que se pode incluir, para que se perceba o que é que se compromete para o Príncipe. Se não, não vamos conseguir. Se não, fica bastante difícil, quando o tempo que se deixa para discutir os ministérios está bastante curto. É que os projectos para o Príncipe não estão, não entram nos ministérios. Está apenas a verba. Há uma disponibilidade para o projecto de 36 milhões de dobras. Apenas está isto, que é apenas transferência, e está indefinido. Não concordamos com esta indefinição, e já levantámos esta questão. Quando levantámos a questão, o Primeiro-Ministro disse que ia para a especialidade e que de facto veríamos. Se o Príncipe não entrar no calendário de discussão, ficará a verba disponível, 36 milhões de dobras, que se transfere, e não se sabe porquê. Se o Governo tem algum acordo antecipado com o Governo Regional, tem que especificar de facto o que está a financiar. A transferência de verba não justifica, de maneira alguma, o financiamento de projecto. Temos que clarificar isso!

A Sra. **Presidente**: — A questão do Sr. Deputado Conceição Moreno é um bocado delicada e não sei se o Governo teria alguma explicação para o caso, antes de prosseguirmos, porque fica um bocado difícil contextualizarmos, na perspectiva da intervenção do Sr. Deputado Conceição Moreno.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Nós os Deputados nacionais estamos solidários com o povo da Região Autónoma do Príncipe, e sempre que os nossos colegas Deputados da Região Autónoma do Príncipe colocam questões sentimos que é mesmo assim, porque é uma questão de soberania e dupla insularidade. Então, há necessidade que sejam satisfatórias as preocupações das populações. Os Deputados estão cá a representar as nossas populações e os nossos irmãos do Príncipe. Mas aqui, quando o nosso colega Deputado Conceição Moreno levanta a questão, não está a fazer uma questão precisa. Se calhar, naquilo que concerne a transferência de verba. Se os nossos Deputados da Região Autónoma do Príncipe tivessem em mãos o orçamento do Governo Regional, poderia talvez facilitar, porque o Governo Regional também aprova o seu orçamento na Assembleia Regional. Uma vez aprovado o seu orçamento na Assembleia Regional, já estará a especificar o que vai fazer e o que não vai fazer, depois remete ao Governo Central, para que faça a transferência. Quem sabe assim poderia nos ajudar.

Confesso que também sou um pouco ignorante quanto à questão de o que é que o Governo Regional faz em determinadas áreas, no caso particular ali, mas aquilo que é a nível nacional está espelhado na educação, na saúde, no próprio OGE de uma forma global. Agora, questões específicas caberiam aos Deputados da Região Autónoma do Príncipe. Também aqui não cabe a nós agora alterar aquilo que o Governo Regional já aprovou.

É só este esclarecimento que eu gostaria de colocar, para o nosso debate ser mais vantajoso.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sr. Vice-Presidente, infelizmente não estamos a discutir o orçamento do Governo Regional. Discute-se lá na Assembleia Regional, e já discutiram, não há problema. Ora, se há uma concertação antecipada, ao menos que houvesse algum projecto inscrito que constasse aqui. O que estou a dizer é a prática que se faz em todos os orçamentos. Se o Sr. Vice-Presidente visitar o Orçamento de 2024, verá que no projecto de investimento estão espelhados quais são os projectos que vão ser financiados. Se for para o de 2023, 2022 e todos os outros orçamentos está e estará lá. Tanto é que fiz um levantamento com relação a esses projectos. Tenho cá os que estão repetidos ou não estão cá, mas esta é uma questão à parte. Agora, não posso discutir o Ministério da Justiça, depois vir levantar problemas sobre o Príncipe, quando no Ministério já há um conjunto de acções programadas. Não venho cá discutir questões da Região para enquadrar aquilo que é o capítulo de investimento para o Príncipe. Não faz sentido isso, Sr. Deputado, e há-de concordar com isso.

Se não houver um quadro para discutirmos questões do Príncipe, que fique claro, não há problema.

Sr. Ministro, se o Governo Central e o Governo Regional têm já uma concertação sobre a questão do projecto, que esteja aqui espelhado, precisamos saber no OGE o que está especificado para o Príncipe. Não há hipótese, aqui não há outra conversa, tem que ser assim.

Não posso admitir que o Governo faça uma transferência aqui neste documento de Estado e que depois ao nível do Príncipe haja esse tipo... Não, não! Não estou de acordo com isso, tanto é que ontem interpelei a Mesa, disse à Presidente que se tem que arranjar um quadro para discutirmos o que são projectos financiados, e isso tem que estar no documento do Estado. Por isso é que o Sr. Vice-Presidente disse que o Orçamento é nacional. Para o Príncipe não pode ser nacional. Apenas uma transferência de verba fica muito vazio, na minha perspectiva.

A Sra. **Presidente**: — É a constatação do Sr. Deputado, proposta concreta não tem.

E sabe também que isso não está em nenhum ministério. Dos esclarecimentos prestados pelo Vice-Presidente, não satisfez a necessidade de explicação do Sr. Deputado Conceição Moreno. Não posso chamar o Ministro, porque não sei em que área virá, e ficamos num empasse. Nesta perspectiva, não vamos abrir discussão, porque...

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, não é insistir sobre esta temática. Entendo as duas preocupações, a do Sr. Vice-Presidente Abnildo d'Oliveira e a do Sr. Deputado Conceição Moreno. De facto, ele tem uma justificação que acho plausível. Se já há um acordo entre o Governo Central e o Governo Regional e não está aqui plasmado quais são esses projectos, para permitir que os Deputados também possam dar a sua opinião, penso que ele tem sobejamente razão, pois não há um quadro, mesmo ao nível do Governo Regional, para que se debata isso, porque ele não tem acesso.

Pediria ao Governo que, no quadro dessa abertura, talvez no decorrer dos trabalhos, até amanhã, apresentasse, em relação ao Príncipe, aquilo que é o essencial para investimento, permitindo assim que os Deputados, em primeiro lugar, tomem conhecimento e possam dar também a sua contribuição.

A Sra. **Presidente**: — É uma proposta. Proposta aceite? Todos concordam com a proposta?

Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Sra. Presidente, diria que a preocupação que veio trazer o Sr. Deputado Conceição Moreno, o que falou o Sr. Vice-Presidente Abnildo d'Oliveira e o que falou o Sr. Vice-Presidente Arlindo Barbosa, todos têm razão, ou seja, o que pode ser feito é facilitar ao Sr. Deputado Conceição Moreno, que é preciso também não esquecer que é Deputado eleito a partir da Região Autónoma do Príncipe, mas representa o País todo. Entendemos o porquê da sua insistência sempre com a Região Autónoma do Príncipe, mas o senhor tem duas possibilidades. Tem uma possibilidade *exsane*, que é quando estamos aqui a discutir as propostas de investimento para a Região Autónoma do Príncipe e também tem uma possibilidade *exposte*, porque a própria lei do orçamento que irá ser aprovada diz que a Região Autónoma do Príncipe tem que apresentar contas. Portanto, não basta ficar só na definição ou na discussão do que é que está na transferência de capital, mas também, enquanto Deputado, exigir também da própria Região Autónoma do Príncipe que apresente contas, e o Governo Central por sua vez, para além das transferências que faz para a Região Autónoma do Príncipe, que é uma receita, a Região Autónoma do Príncipe também tem que dizer quais são as receitas que arrecada internamente, e isto também é de lei.

Não sei se fui claro que o Governo está de acordo com a proposta feita pelo Deputado Arlindo Barbosa.

A Sra. **Presidente**: — Avancemos, ultrapassemos esta situação.

Uma Voz: — Falou fora do microfone.

A Sra. **Presidente**: — Com relação à questão do Sr. Deputado Conceição Moreno, mais não, não há sequer lugar.

Antes da intervenção do Sr. Deputado Conceição Moreno, que era uma questão especial à parte, estávamos a introduzir para a discussão na especialidade o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, e para isso temos alguns inscritos, que passo a chamar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País, Técnicos da Comunicação Social, da Assembleia Nacional, as minhas cordiais saudações.

Já havia levantado uma questão ontem, foi na generalidade, fui fazer uma investigação, enquanto fiscalizador dos bens do Estado. Como dizia aqui um colega deputado, temos que ser transparentes. Falo concretamente de uma obra afecto ao Ministério da Educação, porque eu na Assembleia Nacional sou Presidente da 3.ª Comissão, afecta aos assuntos sociais. Então, é o meu dever fiscalizar a obra de que fico com dúvida. Falo concretamente da obra do Jardim de Angra-toldo. Era uma obra inicial com um valor de 834 000 e esta obra era para ser uma obra mista, base de murro e cima de madeira. Por uma situação de terreno, mudaram o local, o Governo colocou uma verba de 80% do valor, 80% do valor corresponde a 667 000 dobras, e faltava para completar 20% do valor, que equivale a 166 000 dobras. Então, para mudança do lugar, tinha-se que fazer terraplanagem do terreno, houve necessidade de se fazer adendas e na primeira adenda o Governo coloca uma verba de 166 000, ficou a faltar a segunda adenda, que corresponde a 327 000. O Governo, por uma questão que não sei explicar, não colocou a verba. O valor necessário para a conclusão da obra, segundo a minha matemática, ficou a faltar 493.8 000 dobras. O valor alocado para aquela obra que o Governo coloca agora neste orçamento é de 160 000 dobras. Este valor é inferior a 50% do valor para terminar a obra. Não sei se o senhor fiscalizador da obra acompanhou bem o processo e a obra...

Uma Voz do ADI: — Quem é o fiscalizador.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — ...falou aqui ontem que é o fiscalizador e conhece, mas nunca vi um fiscalizador a comprar material e pagar para a obra. O valor que o Governo coloca para o término desta obra corresponde a 37% e a empresa construtora da obra...

Eu, enquanto fiscalizador real, representante do povo,...

Aplausos do ADI.

...tenho conhecimento de que esta empresa é uma empresa desconhecida. Está cá, eu gostaria que o senhor fiscal da obra clarificasse sobre a empresa *Sidney Construções*. Isso é grave para a nossa sociedade tão pequena. Não sei de onde veio essa empresa, não sei se a Sra. Ministra da Educação tem conhecimento desta empresa.

É preciso, com a minha proposta, fazermos um levantamento profundo de todas as empresas que entram para a construção das obras do Estado. Não podemos admitir empresas de famílias a receberem obras, ou fantasmas a receberem obras do Estado e não terminarem as obras. Está cá a razão, o Governo coloca um valor para terminar a obra de 160 000 e pelas contas que fiz temos o valor de 493.800 para terminal, que é um valor ínfimo, para o término da obra, equivale a 37%.

Insto o Governo a chamar à razão a empresa *Sidney Construções*, para vermos o término daquela obra.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Itelmiza Pires.

A Sra. **Itelmiza Pires** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Ministros, Sras. Ministras, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, bom dia e um especial bom dia ao povo de Lobata.

Não poderia passar cá sem primeiramente agradecer ao Ministério da Educação e também ao Banco Mundial, por algumas intervenções feitas nas nossas escolas ao nível do Distrito de Lobata. É ao nível do País, mas estou a citar Lobata em particular. Porque sabemos que boa infra-estrutura é uma mais-valia para os professores, os alunos e não só. Não sei como é feita a selecção das mesmas, já agora quero aqui também pedir à Ministra da Educação que não se esqueça, por favor, tem uma escola no Distrito de Lobata, mais concretamente na Praia de Moro Peixe, num estado de lamentar. Por favor, Sra. Ministra, veja o que pode fazer para uma pequena intervenção na mesma escola.

Também na minha caminhada ao longo do Distrito deparrei-me com uma situação, creio que a Sra. Ministra tem conhecimento, é com relação ao Jardim de Praia das Conchas. Como é que começou o Jardim? É uma senhora pequena agricultora que quando ia para o seu lote, no quintal, as crianças iam ter com ela. Todos os dias as crianças iam ao encontro da senhora. A partir de lá ela questionou, porque não arranjar um pequeno espaço, de modo a colocar as crianças num local. Creio que ela foi pedindo daqui e de lá, porque é lógico, é empoderamento feminino, e conseguiu um pequeno espaço, de modo a acolher as mesmas criancinhas. Começou com 200 crianças, por aí. A partir de lá, ela começou a ter pequenos apoios, financiamentos, mas fiz visita àquele espaço e pude deparar que o espaço não está em condições. Não sei o que o Ministério da Educação poderá fazer, de modo a ajudar a mesma senhora. Creio que a Sra. Ministra

poderá responder que temos Jardim na Roça Planca, mas Planca e Praia das Conchas, para criancinhas de dois a cinco anos, tem distância a percorrer. Essas crianças, ficando mesmo na Praia das Conchas, seria melhor. Nem todos os pais têm como fazer transporte das crianças, através de moto. Lá na zona mesmo seria melhor para aquelas crianças.

Eu gostaria que o Ministério da Educação olhasse um pouco para a mesma senhora, de modo a apoiar a mesma. O espaço tem falta de luz, falta de pequenas coisas, por isso gostaria que o Ministério apoiasse a senhora, se faz favor.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Ferreira.

O Sr. **Messias Ferreira** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Ainda na esteira do assunto da Região Autónoma do Príncipe, não quero aqui levantar qualquer questão mal resolvida de que os Deputados da Região Autónoma do Príncipe só falam ou insistem muito nas coisas da Região Autónoma do Príncipe. Se eles o fazem é porque é necessário fazê-lo, é o preço da democracia e é o preço da dupla insularidade. O Governo tem que suportar esse preço. Ainda ontem o Sr. Ministro disse que o poder local não tem capacidade para suportar nem executar grandes obras. Quer dizer que temos que falar sobre as grandes obras aqui na Assembleia Nacional, não na Assembleia Regional. Então, eu queria falar sobre uma obra, ainda no Ministério da Defesa e Ordem Interna. Sei que já passou, mas não tive a oportunidade de abordar essa questão na altura, estava inscrito e não tive a palavra.

Na Região Autónoma do Príncipe, está a ser construída uma nova esquadra de polícia há cerca de 4 anos e não há sinal de conclusão desta obra. É uma obra bastante importante para a Região, visto que a actual esquadra ou posto de polícia é muito antiga, foi feita na era colonial. Só para terem ideia, a cela em que os detidos ficam presos, às vezes três, quatro, aqueles que não podem ser transferidos para São Tomé, chegam a ficar 2, 3 meses numa cela que tem 1,5 metro de largura por 1,5 de comprimento. Mesmo em questões de direitos humanos essa esquadra não tem condições. Visto que não tem qualquer tipo de item ou valor orçado no Ministério da Defesa e Ordem Interna, que tutela a polícia, eu gostaria de saber do Sr. Ministro se está a par desta situação e o que pensa em fazer em relação a isso ou se parte desse valor que vai ser transferido para a Região Autónoma do Príncipe será canalizado para a conclusão dessa esquadra de polícia, na recta de Porto Real.

E a segunda questão que tenho, já para o Ministério da Educação, Ciência e Cultura, tem a ver com o edifício de Paço de Concelho, que é um edifício emblemático, tem a ver com a nossa cultura. Sabemos que é um edifício que para a sua recuperação tem custos bastante elevados. Também gostaria de saber da Sra. Ministra de Educação, junto do Ministério das Finanças, que pudéssemos ver uma forma de ajudar o próprio Governo Regional a fazer a reparação desse edifício, antes que seja tarde. Por exemplo, que o Governo Central dê uma carta conforto ao Governo Regional, de forma que por meios próprios ou por créditos próprios consiga recuperar, pelo menos, o exterior e a fachada desse edifício.

E para finalizar, Sra. Ministra, temos também um grande problema que é a Escola Primária Paula Lavres, que já vem de há muitos anos com problemas, está fechada, mas no último ano deu-se início à sua conclusão. Gostaria que a Sra. Ministra fizesse um acompanhamento mais próximo dessa escola, porque é uma escola muito importante para a Região Autónoma do Príncipe. O facto do não funcionamento dessa escola faz com que a maior parte dos alunos do ensino primário tenham que coabitarem em turma de mais de 30 alunos, porque esta escola está encerrada. Está fechada para obras.

É o que tenho por hora.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

Temos mais sete inscritos, então vamos indo, mas quando a Sra. Ministra achar que deve intervir, é só acenar.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

A Sra. **Ministra de Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior** (Isabel Abreu): — Obrigada, Sra. Presidente.

Muito bom dia, Sra. Presidente e a Mesa, Caras e Caros Deputados, Ilustres Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Eu passaria primeiramente a responder ao Sr. Deputado Ossáquio Riôa, sobre a obra do jardim de Angra Tordo. Eu quero dizer-lhe que eu tenho os dados dessa obra, toda referência da obra. A obra foi adjudicada no último trimestre do ano 2020, com um financiamento derivado do apoio do governo japonês.

É uma escola comunitária, com o objectivo de responder às necessidades da população de Angra Tordo.

Eu tenho aqui nos dados da Educação uma contradição dos nomes. Eu tenho um dado com a empresa Sidney, e tenho outros dados com a empresa Pilar Construções.

Murmúrios do Deputado Ossáquio Riôa.

Deputado Ossáquio, eu gostaria que seguisse aquilo que eu vou dizer, se faça favor.

O valor contratual dessa obra, Dbs. 834.588.587.25 (quinhentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e quinhentas e oitenta e sete dobras e vinte e cinco cêntimos), e já foi pago à empresa 80% do valor contratual da obra. Então, a obra, como o Deputado tinha frisado e muito bem, foi apresentada com um projecto misto, uma parte de madeira e outra parte de alvenaria. Mas atendendo às condições da zona, que é muito chuvosa, o Ministério da Educação decidiu fazer alteração do projecto, e a empresa apresentou uma adenda. Esta adenda já foi paga, no valor de 287 milhões de dobras. Apenas falta pagar 167 000, que é aquilo que está no orçamento, porque de acordo com o nível de execução da obra, o Ministério da Educação só pagará a outra parte, quando a empresa concluir a obra. São os dado que eu tenho, por isso que foi orçamentado este valor. O resto eu desconheço.

Uma voz: — E a obra já acabou?

A Sra. Ministra de Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior: — A obra ainda não acabou.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que eu, quando fui empossada no Ministério da Educação, a primeira coisa que eu fiz foi reunir com todas as empresas, porque eu vi cerca de 16 obras em curso. E nós fomos resolvendo os problemas de algumas obras. Só que há uma questão, ainda está manhã eu vi com o Directo da DAF que há obras que o mesmo empreiteiro já recebeu 70, 80% do valor, e o nível de execução não corresponde ao valor recebido. Eu até disse a ele que já não quero nada com essas empresas. É melhor resolver o problema juridicamente, porque eu já não quero dores de cabeça. São muitas empresas, eu não quero aqui frisar os nomes.

Não sei se o Sr. Deputado Ossáquio está esclarecido.

O Sr. Ossáquio Riôa (ADI): — Muito bem esclarecido.

Muito obrigado.

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior: — Obrigada.

Sobre a Deputada Itelmiza Pires, quanto ao problema da escola da Praia de Moro Peixe, na realidade nós reconhecemos que a escola está numa fase de degradação, mas como num ano não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, nós fomos buscar as prioridades das prioridades. Eu estive naquela escola, eu vi as condições, prioridades das prioridades. Nós vamos trabalhar com essas obras todas apresentadas no orçamento, porque o Ministério da Educação tem um problema. Há cerca de seis obras em curso, e há grande necessidade de essas obras terminarem, porque fazem muita falta às crianças. Então, junto ao Ministro das Finanças, vimos que é melhor fazer um orçamento exequível para este ano e para o próximo nós iremos dar continuidade a outras obras que estão nessas condições.

Sobre o Jardim da Praia das Conchas, nós sabemos todo sacrifício que a senhora faz, mas há duas situações. Nós pagamos os dois técnicos que trabalham lá, estão sob a responsabilidade do Ministério da Educação, embora sendo um jardim privado, mas compreendemos a necessidade da existência daquele jardim naquela zona. Por isso, decidimos pagar os técnicos e a cantineira, e nós fornecemos géneros alimentícios do Programa Nacional de Saúde e Alimentação Escolar (PNASE) àquela escola. Só que há uma questão. A senhora quer ingressar no Ministério da Educação, como responsável da escola. Mas, minha gente, eu peço desculpa, mas me permitam. Educação é tudo que é, mas nós temos que chegar a um momento de pôr cobro a determinadas situações. A pessoa que não tem formação não pode entrar. Nós decidimos mesmo aplicar concurso, e a senhora não reúne requisitos para ingressar como responsável do jardim.

O Sr. Honório Pontes (ADI): — Jardim é privado, Sra. Ministra.

A Sra. Ministra de Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior: — Jardim é privado eu sei, mas nós, a Educação, atendemos aos jardins e escolas semiprivadas. Quando as responsáveis reúnem competências e condições, nós não temos problema de enquadrá-las nos nossos serviços.

Nós reconhecemos, conhecemos o Jardim de Planca II, vimos a distância, só que há uma questão. Na nossa Lei de Base do Sistema Educativo, o Ministério da Educação tem o compromisso de obrigatoriedade com as crianças a partir de 4, 5 anos. 2 e 3, é facultativo. Nós não temos compromisso, mas cobra-se e as crianças estudam e permanecem, têm todo o apoio da educação.

Deputado Messias, eu peço desculpa, mas eu tenho que olhar para a sua cara, sorrir um pouco, porque as suas perguntas são provocação. O Deputado sabe e bem que eu estive na Região Autónoma do Príncipe há 1 mês, para o lançamento das obras de Praia Inhame, Porto Real e Nova Estrela, e visitei a escola Paula Lavres. No ano passado, o Deputado se lembra bem, a minha intervenção, numa entrevista à Comunicação Social, ofendeu muito a Região, por causa dessa obra de Paula Lavres. Porque eu pessoalmente também não concordei com os transmits do concurso daquela obra. Porquê? Porque há uma coisa que eu acho que os Deputados devem ter atenção, e eu já reclamei desta situação para o Governo, que é o problema das obras financiadas pelas empresas petrolíferas. É a Agência Nacional de Petróleo mais a empresa que fazem todo procedimento de lançamento de concurso, de candidatura, e o Ministério da Educação não é tido e nem achado. Eu já não concordo com isso, por isso que eu reclamei. Eu não podia agir, nem tão pouco dar a minha opinião acerca das obras de Paula Lavres. Mas se cessou o

contrato com a primeira empresa que se candidatou e a outra empresa está a executar a obra. Mas, mesmo nessa execução, eu me deparei com algumas situações anómalias à obra e eu reclamei. O fiscal da obra é da Região e eu convidei o Secretário Regional das Infra-estruturas para visitar a obra comigo. Eu sou professora de Matemática, mas por experiência já entendo muito de obra. Então, eu convidei-lhe para nós vermos, e não concordei com muita coisa. Eu até lhe disse, para obras da minha casa eu chamo dois carpinteiros, dois pedreiros, e eu faço isso. Esta é obra que uma empresa está a executar? Executa com tudo isso? Toda essa dificuldade? E já tentaram terminar as salas antigas, mas só que a fossa está no meio. Eu já pedi para vedar, porque eu quero que as aulas comecem na escola Paula Lavres no próximo ano letivo, 2025/2026. Porque eu também não concordo com a situação em que as crianças estão a ter aulas neste momento naquele espaço. Eu pedi à empresa para vedar a fossa, de modo que as crianças tenham maior segurança naquele espaço. Dentro de 1 mês eu irei lá para ver se fizeram esse trabalho.

Eu quero dizer-lhe que a empresa de fiscalização daquela obra tem que trabalhar, tem que funcionar. Porque a senhora engenheira é engenheira de segurança e trabalho. Como é que ela pode acompanhar a obra em termos técnicos? Eu não percebo de obra, mas ela como engenheira de segurança e trabalho não tem especificidade próprias para dar uma opinião acerca da execução duma obra.

Eu disse-lhe a senhora pode me dizer, já que é que acompanha a obra, qual é o nível de execução da obra. A senhora disse: – oh, eu também não sei. Eu disse, pronto, dor de cabeça. Mas são situações que nós todos temos que unir e tratar. Não pode ser só o Ministério de Educação, tem que ser nós todos.

A segunda sua questão, sobre a obra de Paços de Conselho, o Primeiro-Ministro, ontem, fez referência à responsabilidade da obra. Mas, ao nível da cultura, eu posso reforçar e acompanhar junto ao Primeiro-Ministro, para ver o que se pode fazer para o termo dessa obra, eu acho que também já passa muito tempo, porque dá uma má imagem à Cidade de Santo António.

Obrigada, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Ministra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexander Lima.

O Sr. Alexander Lima (ADI): — Muito boa tarde, Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Técnicos desta Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe e a diáspora, muito boa tarde.

Sr. Ministro da Economia e Finanças, o Sr. Primeiro-Ministro não está cá, mas eu gostaria de começar expressando a minha gratidão pelas melhorias previstas neste Orçamento para a Região Autónoma do Príncipe, com destaque para a subvenção das taxas para os produtos, e a chegada de mais uma companhia aérea para a Região Autónoma do Príncipe. Espero que essas mudanças resultem na redução nos custos da população, em tarifa mais acessível nas compras dos bilhetes entre a Região Autónoma do Príncipe e São Tomé.

No entanto, gostaria de destacar que atualmente os produtos da Ilha do Príncipe continuam ainda caros, os produtos de alimentação.

Antes de iniciar, escapou-me aqui uma intervenção. Porquê? Porque eu não gostaria de ser repetitivo no que nós estamos a tocar, já foi aqui explanado pelo Deputado que me antecedeu e também outros Deputados da Região Autónoma do Príncipe. Nós não temos fórum específico para discutir, ministério por ministério, relativamente ao que nós estamos aqui para discutir. Portanto, eu gostaria de pedir encarecidamente que os ministros todos estivessem atentos, já que não existe este fórum. Então, eu vou dar um *briefing*, departamento por departamento, até que se resolva como adiantarmos sobre isso. Por isso, eu vou falar um bocado de todos os ministérios. Um bocado de Ministério de Infra-estrutura, Ministério de Educação...

Vozes: — Não, não.

O Sr. Alexander Lima (ADI): — Então, quando é que nós vamos...

Murmúrios geral.

A Sra. Presidente: — Sr. Deputado Alexander, estamos no debate na especialidade do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior. É só cingir-se a este Ministério e essas questões.

Muito obrigada.

O Sr. Alexander Lima (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente.

Relativamente à questão da Educação, já foram aqui explanadas algumas preocupações da Região Autónoma do Príncipe, pelo Deputado que me antecedeu, e tenho aqui outras intervenções, relativamente a outros ministérios. Então, eu esperarei...

Uma voz: — Vai sentar.

Risos.

O Sr. **Alexander Lima** (ADI): — ...outra intervenção, ou seja, outro ministério.
Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Alexander Lima.
Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Mesa, Srs. Ministros, Deputadas e Deputados, Boa tarde.

O primeiro tópico da minha intervenção, eu queria falar sobre o PNASE, mas eu queria tirar uma dúvida rápida. Sra. Ministra da Educação e Sr. Ministro das Finanças, PNASE está inserido na Direcção da Administração Escolar, certo? O financiamento deste programa é considerado despesas correntes, não é projecto.

Sr. Ministro das Finanças, assim o senhor não aponta boas propostas.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Não se espera que venha.

Risos.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Tendo em conta que o PNASE está classificado como despesas correntes, inserido na Direcção da Administração Escolar e é um programa deveras importante para os nossos alunos. Várias vezes já ouvimos dizer que há alunos que contam apenas com o prato quente das escolas para conseguirem ter uma alimentação por dia. E eu vi que a verba que está cá dotada são 2 milhões de dobras, cerca de 80 000 euros. Manifestamente insuficiente. Então, como uma proposta concreta, para que se reforce este programa que tem a ver com alimentação e saúde escolar, assim os nossos alunos têm possibilidade de terem esta refeição quente, e já se notou aqui que em relação ao Orçamento do ano passado, este Orçamento 2025 cresceu substancialmente na verba ou na rubrica para viagem, nomeadamente bilhete de passagem e subsídios de deslocação, Sr. Ministro das Finanças, eu propunha que se retirasse, para não ser muito radical, 20% de todas as verbas dotadas para viagens e subsídios de viagem dos ministérios, e que fosse alocada para reforçar o fundo do PNASE.

Portanto, uma primeira proposta concreta.

Segunda questão, Sra. Ministra da Educação, pelo terceiro ano consecutivo, vejo aqui no programa de investimento público o célebre Prémio Literário Francisco Tenreiro. Que eu saiba, nunca se concretizou. E uma vez mais estão dotados 100 000 dobras, para o Prémio Literário Francisco Tenreiro.

Por outra via, aqui nos diversos temos os festivais diversos, depois carnaval, paço fia glêsa, Stleva e literário, não sei, com uma verba de 500 000.

Primeira proposta é que nós, e eu tenho algumas experiências na área de eventos, às vezes fazer festivais e chamar estes grupos, dar 1000 dobras, 2000 dobras por uma atuação, não resolve o problema de fundo. Por isso é que nós temos grupos que estão a entrar em extinção. Falta-lhe apoio financeiro, falta-lhes indumentária. E eu propunha que, já que provavelmente este Prémio Francisco Tenreiro não vai avançar também este ano, para não ficar aqui no orçamento só para inglês ver, que se retira essa verba do Prémio Francisco Tenreiro e se reforçasse a verba desta rubrica, mas que não fosse para festivais, mas sim apoio aos grupos. Pode não ser todos, porque não se consegue apoiar todos, pelos menos grupos de carnaval tradicional e grupos de Stleva. São grupos que estão em extinção. Creio que há cinco ou seis grupos só a nível nacional. Há cinco ou seis que eu saiba, não sei se inventaram outros. Stleva e carnaval tradicional. Pronto, sei que há, e estão em via de extinção, há poucos grupos. Portanto, ao invés de estar aqui a patrocinar festivais, que esta verba fosse reforçada com a verba do Prémio Francisco José Tenreiro, e fosse destinada a apoiar estes grupos, nomeadamente com a questão da indumentário. Segunda proposta.

Mas aqui também há a questão do paço fia glêsa. É uma tradição importante, eu acho que no ano passado se realizou, era bom também que se visse uma forma de manter aqui na realização paço fia glêsa.

E última questão, eu vejo aqui com código 6658, no programa de investimento público, actividade geradora de renda. O que é isto em concreto, Sra. Ministra? Código 6658, actividade geradora de renda, com uma verba de 1 milhão de dobras. Eu gostaria de saber do que se trata.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro. Fez propostas concretas, cabe à Sra. Ministra depois ver se é possível alocar essas verbas ou não para os lugares sugeridos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nito Abreu.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

O exercício da deputação remete-nos a certas responsabilidades, sob pena de nós virmos a ser julgados pelo povo.

Eu gostaria aqui de falar de uma obra que teve início no penúltimo ano, possivelmente 2017, do XVI Governo, neste caso liderado pelo Dr. Patrice Trovoada. Falo concretamente da obra do liceu de S. Marcos.

Sra. Ministra, esta obra de facto é uma obra em que eu até estive presente no lançamento da primeira pedra, e ela está num estado de degradação avançada.

Não apenas pela influência dos agentes geodinâmicos externos, estou a falar de vento, chuva e sol, mas também pela acção humana. Pessoas recorrem ali e tiram materiais que já existiam, e eu não vi esta obra no Orçamento. Como Deputado que sou, diariamente, posso assim dizer, sou constantemente interpelado pela população, sobretudo pessoas de Almeirim, S. Marcos, até Água Arroz, que sempre questionam o termo desta obra.

Eu gostaria ver com a Ministra a possibilidade de procurar dar término a esta obra, porque eu penso que a despesa que poderá ter para recuperar, às vezes pode vir a ser maior do que pegando agora com as mãos na dimensão que está.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Nito Abreu.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Obrigada, Sra. Presidente.

As minhas saudações à Mesa, ao Governo e a todos os presentes nesta Sala.

Eu trago uma questão simples e rápida.

Ontem, ainda na generalidade, coloquei uma questão que eu considero bastante pertinente e as pessoas estão lá em casa à espera de ouvir. Coloquei à Sra. Ministra da Educação e ao Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, e eu estava à espera que talvez o Sr. Ministro pudesse reagir. Na qualidade de representante do povo, trazemos as preocupações do povo, e o povo está a nos acompanhar, está a nos seguir.

Em com relação a segurança nas escolas. Este assunto é bastante pertinente, nós todos sabemos como é que hoje está essa questão da segurança nas escolas.

Já ouvimos relatos, várias vezes, que às vezes mesmos os policiais, os agentes, são agredidos pelos alunos. Daí que eu disse que até o ano passado existiu uma ronda, às tardes, da Força de Segurança. Portanto, eu não sei por que é que suspenderam. E se suspenderam, se calhar é necessário pensar em retomar, porque nós precisamos proteger os alunos, proteger as escolas e outras pessoas mais.

Portanto, não trago uma proposta concreta, mas é uma questão bastante pertinente, já passou a fase, mas eu gostaria que o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna e a Sra. Ministra da Educação, por favor, dissessem qualquer coisa com relação a esta questão.

Obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, estamos no Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, e a minha preocupação é com relação à cultura. O Sr. Deputado Levy, na generalidade, colocou uma questão pontual sobre Anambó, que é o local onde foi descoberta, em 1470, a Ilha de São Tomé, uma estrutura histórica. Acho que é preocupação de todos nós preservá-lo, para que de facto dê uma melhor imagem ao País. Afinal a cultura é a nossa identidade. E no quadro das comemorações dos festejos das datas marcantes, eu não vejo qualquer verba em relação à comemoração de 21 de Dezembro, para aquela região, estou a referir-me a Lembá. Sei que 21 de Dezembro é transferido sempre para o centro, mas, Sra. Ministra, faça isso como uma marca sua no Governo. Eu não digo para transferir esse festejo para Anambó, mas que dê uma outra dignidade a essa actividade que anualmente tem sido muito pobre, muito vazia, para aquilo que é o Estado. A Câmara, com as limitações que tem, faz um esforço, mas penso que o Estado deve assumir essa responsabilidade. E eu penso, Sra. Presidente, que Sr. Deputado Presidente do Conselho de Administração pode ter alguma razão ao falar de Anambó. Implica obras, e eu não vou falar de obras, porque senão vou para outro ministério.

Desde logo, deixo o apelo ao Sr. Ministro das Infra-estruturas, para que eu não venha várias vezes aqui ao púlpito, que se de facto queremos dar um sinal positivo de valorização daquele empreendimento, temos que realizar alguma obra. E a minha proposta, porque estamos na especialidade, eu vejo as verbas de encargos gerais do Estado, que a cada ano sobe. Em 2022 estava em 18 milhões, 2023, em 22 milhões, 2024 subiu para 44 milhões e agora estamos em 2025, 42.6 milhões. Eu não consigo dizer o valor exacto, mas que o Governo pudesse ver aqui nos encargos gerais do Estado uma verba para cobrir esta questão que coloco.

Igualmente e mesmo ainda nos encargos gerais está programado comemorações de 3 de Fevereiro, num valor que acho que é irrisório, vinte e tal mil euros. Penso que é irrisório e a minha proposta é que também se aumentasse a verba das comemorações de 3 de Fevereiro, porque é um momento de grande envergadura para o País, e temos que dar maior ênfase às comemorações dessas datas. É esta a minha proposta. Não tenho valor exacto, caberá ao Governo, no quadro daquilo que é encargo geral, que está com uma verba que é possível mexer e fazer essa reafectação.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado. Fez algumas propostas, mas nada de concreto através de alocações. Tirar de onde para onde e passar para onde? Não ficou, mas em boa altura, espero também que a Sra. Ministra tenha tomado nota.

São 13 horas, vou suspender para o almoço.

Murmúrios.

Eu estou cá às 9 e saio às 13 horas, para intervalo. Isso ninguém vai cortar. Tenham paciência, não vamos dar seguimento. Tudo que vier, vai ser depois do almoço.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas.

Sras. e Srs. Deputados, todos os técnicos não tinham ainda satisfeito as suas necessidades, mas eu pedi que o fizessem em jeito de turno, viesse um assegurar e sucessivamente, para nós não termos cortes nos trabalhos, por causa de uma ou outra razão alheia à nossa vontade.

Declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

A Sra. Ministra da Educação ainda não chegou e na altura...

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Formação Superior**: — Eu estou aqui.

A Sra. **Presidente**: — ...estivemos a discutir o Orçamento Geral do Estado, no Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior e temos alguns inscritos.

Quando estive a suspender a sessão, por causa do intervalo e o horário combinado, que são 13 horas, estava a me solicitar a palavra o Sr. Vice-Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Deputado também tinha feito sinal, mas comigo horas são horas. Tinha chegado 13 horas e eu suspendi a sessão, porque assim é o que foi combinado e assim é que tem sido.

Eu não sei se o Sr. Vice-Presidente ainda quer fazer a sua intervenção, na perspectiva de interpelação à Mesa. Se ainda quiser, tenha a bondade, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente.

A minha intervenção é extemporânea.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Então, vamos continuar com os nossos trabalhos e a nossa lista de inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Dra. Celmira Sacramento.

Estamos no segundo período e depois do meu compasso, os meus cumprimentos aos membros do Governo.

É que estamos a falar da educação, numa lógica de educação de qualidade. Do meu percurso estudantil, desde a pré-primária que tive a oportunidade de estudar, é um período que penso que marca o momento de todo homens e mulheres. Acontece, porém, Sra. Ministra, que nós na Trindade temos O jardim Olof-palme, é o nome do jardim, mas está na cidade da Trindade e tem acesso directo à estrada principal, quando as crianças saem ou entram. Por uma questão de segurança, não está bem localizado. Se calhar aquele espaço não tem o devido arejamento, foi construído numa zona semi-pantanosa e, portanto, em função disso ou em resposta a isso encontrou-se uma solução de deslocar esse jardim para a zona de Santi. Está na implantação na zona de Santi, na nova urbanização da cidade da Trindade, e a construção desse jardim, Sra. Ministra, se calhar este é o terceiro governo. É de lamentar esta situação, e vejo aqui inscrito na proposta de orçamento, no mapa 38.68, com um orçamento de Dbs. 1.200.000,00. A minha pergunta é, com este valor, o que se pretende afinal? Porque para população, pais e encarregados de educação, e eu também, enquanto representante do povo, é que já neste ano lectivo 2025/2026, em Setembro, se pudesse ter a possibilidade de as crianças frequentarem aquele espaço, deslocar as crianças que estão no Jardim Olof-Palme, porque as condições lá não boas, não só para as crianças, como também para as semi-educadoras e educadores. aquele espaço não oferece qualidade.

A minha questão é para perceber se este valor aqui alocado permite concluir com sucesso e com qualidade esta obra.

Segundo, está projectado, ainda no mesmo mapa, na mesma página 68.01, requalificação de infra-estrutura escolar. Aqui está de uma forma genérica, com um valor de 1.500.000,00. A minha proposta é, caso o valor de 1.200.000,00 não seja suficiente para que a obra termine, faço já a proposta de deslocação

de 500 000 dobras para este valor. Mas se o valor inscrito é para a conclusão, com qualidade, retiro a minha proposta. Senão, a minha proposta é já, porque antes melhor nós concluirmos uma obra fechar, do que ter cinco, seis em curso, mas nenhuma terminamos.

Esta é a minha proposta.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigado.

Esta é uma proposta concreta, espero que a Sra. Ministra tenha registado e depois na sua intervenção logo se verá como é que se vai fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves (BASTA)**: — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Saudar a todos.

Antes de mais, quero fazer minha a preocupação do Deputado e Vice-Presidente do Conselho de Administração, que estava com alguma dificuldade de fazer intervenção, porque queria fazer uma intervenção global, mas nós fechamos alguns ministérios. A remissão pontual das verbas que podem transferir de um ministério para outro ou de uma instituição para outra não está vedada, porque não votamos em nada. Estamos a ver se há alguma preocupação e fechamos, mas se houver propostas concretas de uma verba que está alocada em determinadas instituições, transferir dentro de quadro orçamental para outra instituição, para um projecto concreto, uma obra concreta que seja prioritária, acho que não estamos aqui para vedar. Desculpe, Sra. Presidente, se estou a exagerar ou se estou dentro daquilo que a senhora está a pensar.

Bom, a Sra. Ministra da Educação disse que visitou a escola de Moro Peixe com o Ministro das Finanças e decidiu dar prioridade das prioridades. Não sei se visitou há pouco tempo ou já há muito tempo. Se visitou há pouco tempo e entendeu que aquela escola não é uma prioridade das prioridades, então não sei o que é mais prioridade das prioridades. Ela está em pior situação que o tecto da Direcção das Finanças e, se calhar, pior situação do tecto do Anfiteatro. Então, imaginem só o que é que estou a dizer. Aquela escola precisa mesmo de uma intervenção rápida, rápida. Por isso, eu gostaria de fazer uma proposta concreta e aí vou mexer numa rubrica do meu correligionário em termos eleitorais, que é o próprio Primeiro-Ministro, que também faz o seu trabalho político em Lobata, e vemos cá nessas rubricas de apoios institucionais, um milhão e meio de dobras, e não é muito, 20%, digamos, 300 000 dobras para pelo menos começar a atacar a parte mais perigosa daquela escola. Se não dá para fazer uma obra global, que façamos pontualmente aquilo que é o perigo que poderá pôr em risco a vida das crianças. Neste caso, reforçar a rubrica que o Vice-Presidente acabou de referir, nas obras escolares, com 300 000 dobras, que sairá de apoio institucional do Gabinete do Primeiro-Ministro. De certeza absoluta que ele vai aceitar, porque também faz trabalho político em Lobata.

Nós temos também um problema que é uma vergonha pública em Fernão Dias. Todos nós sabemos que quando vamos festejar o 3 de Fevereiro, às vezes, tem-se que molhar a estrada no dia anterior, se não houver chuva, por causa de pó. E nós convidamos as instituições todas, corpos diplomáticos, nós mesmos não temos vergonha de nós. É uma atracção turística, vão lá sempre turistas visitar, e o próprio monumento precisa de reabilitação, pelo menos pintura periódica. Acho que temos que dar atenção a isso. Daí, não sei se estou a pedir muito ao Sr. Primeiro-Ministro, que pelo menos 200 000 para ficar aqui no orçamento para a reabilitação do monumento de 3 de Fevereiro, em Fernão Dias. São 500 000 dobras, de um milhão e meio de apoio institucional, que não sabemos o que é isso. Mas isso, em tempos, já discutimos aqui e é por isso que nós aqui na Assembleia suspendemos, mas voltou-se a retomar. No tempo da República da China (Taiwan), podemos ser claros, quase todos os ministérios, todas as instituições recebiam apoio institucional. Bom, não vale a pena entrarmos por este caminho.

Eu quero aqui também enfatizar o trabalho que o Presidente da Câmara de Lobata tem feito na área da educação. Água Sampaio, nós falamos aqui que já tem cresce, é um esforço dele com apoio, naturalmente, do Ministério da Educação. A cresce de Água Casada era uma mistura de porcos, cães e crianças.

O Sr. **Honório Sousa Pontes (ADI)**: — Isso não tem esforço.

O Sr. **Delfim Neves (BASTA)**: — Se não tem, o senhor vem cá dizer.

Portanto, nós devemos enaltecer o que é bem feito e criticar o que é mal feito. Mas infelizmente só temos pessoas que só sabem criticar e nunca sabem enaltecer boas coisas. E por isso a minha proposta concreta para o Ministério da Educação é para essas duas áreas, concretamente a Escola de Moro Peixe e monumento de 3 de Fevereiro. A via não, porque se for para via o valor é da Infra-estrutura, mas vamos chegar lá. Isso de primeiro, segundo, terceiro e quarto, depende da preocupação.

Falou de problemas, mas não fez propostas concretas, o que devia ter feito. Portanto monumento. Para a estrada depois, quando chegarmos no Ministério de Infra-estruturas, falaremos.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tendo em conta que são propostas concretas, com números, com alocações, eu aconselharia aos serviços também que identificassem estes pontos, porque se tiverem que ser assim para já terem a referência de onde é que estão estas verbas, no apoio institucional no Gabinete do Primeiro-Ministro, no valor de um milhão e meio. Estaria a sugerir o Sr. Deputado Delfim Neves para alocar daqui 300 000 para apoio à Escola de Moro Peixe e 200 000 para reabilitação do monumento, em Fernão Dias.

Sra. Ministra da Educação, quer já fazer intervenção? Prefere acumular ou vem agora?

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Eu prefiro acumular.

A Sra. Presidente: — Está bem.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna.

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna (Horácio Sousa): — Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Técnicos que estão a apoiar neste serviço.

Venho cá para me pronunciar sobre algumas questões que me foram direcionadas e ao Ministério que eu venho tutelando.

Relativamente à questão de policiamento, para garantir a segurança nas escolas, essa questão já foi vista e o Ministério já tomou algumas medidas para a sua materialização, inclusive orientou os serviços para patrulhamento, quer dos policiais quer das Forças Armadas. Não só há um policiamento conjunto, onde a Polícia e os militares fazem também esse policiamento.

Mas gostaria de dizer também relativamente a esta matéria que a Polícia tem um departamento que é de Polícia de Proximidade, que tem uma secção que se ocupa de policiamento nas escolas e também tem vindo a dar alguma atenção a esta matéria. Mas porque esta questão foi colocada e houve intervalo, pude trocar impressões com a Sra. Ministra da Educação e vimos alguns aspectos de como acertar melhor, tendo em conta que as escolas são numerosas e a Polícia não poderia estar em todas as escolas. E juntamente com a Sra. Ministra da Educação já identificamos algumas escolas para onde irei direcionar os respectivos serviços, para darem a devida atenção.

Ainda hoje foi colocada uma questão que se prende com Posto Policial da Região Autónoma do Príncipe. O Sr. Deputado fez muito bem em colocar a questão, e nós agradecemos. Realmente a verba não está alocada, mas está alocada noutro item, onde iremos dar alguma atenção.

Também gostaria de dizer-lhe que, ao tomar contacto com o Ministério, procurei saber daquela obra, o Sr. Comandante Geral da Polícia Nacional disse que esteve no Príncipe e viu que havia alguns problemas com a adjudicação da obra. A obra não está devidamente alocada para actividades policiais e devia haver algum ajuste para primeiramente ver como acertar. Mas temos alguma verba para vermos como acertar esses aspectos que o Sr. Comandante da Polícia coloca, para efectivamente levarmos avante esta obra.

Em suma, é isso que eu queria trazer, mas nunca seria demais, porque há falta de informação. Às vezes nós questionamos alguns aspectos que julgamos também pertinente trazer cá.

Relativamente a algumas questões com que nós temos vindo a deparar diária ou semanalmente, nós temos vindo a ver e a ouvir, na comunicação social, alguns repórteres dizerem que a polícia teria atuado em determinadas questões, quer a Polícia quer o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Temos apenas ouvido, mas junto aos respectivos chefes desses serviços, dessas forças, pude chamá-los à consciência de que não basta apenas anunciar, mas saber quais são as medidas que temos vindo a tomar para inverter no quadro dessas situações que temos assistido. Daí que partilharam comigo, mas os orientei que uma das coisas fundamentais para que a criminalidade possa reduzir é necessário que haja mais presença policial. Aí que há toda necessidade de se fazer mais patrulhamento, de forma que haja presença policial como também militar. Já orientei o Chefe de Estado-Maior que ative o serviço de policiamento militar, de forma tal que, havendo militares a circular, em certa medida, poderá persuadir algumas acções criminosas.

Em suma, são essas questões que eu gostaria de trazer para cá.

Muito obrigado.

Se for o caso, depois poderei me pronunciar.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Seria mais confortável realmente falar dos assuntos dos seus ministérios, a própria pessoa, porque aquando da intervenção da Deputada Alda Ramos já tínhamos ultrapassado o Ministério da Defesa e Ordem Interna e se tinha delegado a Sra. Ministra da Educação que respondesse da parte de segurança nas escolas. Mas tendo o Sr. Ministro respondido, agradecemos, mas eu não sei se o Sr. Ministro volta, porque estamos à frente.

Como também dizia o Sr. Deputado Delfim Neves, podemos depois recuar e fazer uma ou outra alocação, tendo em conta que o orçamento é um todo.

Temos cinco intervenções ainda para serem feitas, a Sra. Ministra quer intervir agora?

Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Começaria por agradecer o Sr. Deputado Wuando Castro. Sinto-me feliz com a sua opinião de acréscimo à verba do PNASE. O Sr. Ministro das Finanças também já concordou. Já fez cálculo, é porque aceitou.

Continuando na proposta do Sr. Deputado Wuando Castro, quero dizer ao Sr. Deputado que, na minha opinião, não gostaria que o Prémio Literário Francisco Tenreiro saísse do orçamento. Porquê? Porque fazemos muitas actividades alusivas à data. Então, há necessidade de verba para a comemoração dessa data. No ano passado lançamos, mas não houve concorrentes. Então, à última da hora decidimos mesmo fazer palestras, algumas actividades alusivas a data de 20 de Janeiro, que é a data de Francisco José Tenreiro. E temos a Biblioteca Nacional, onde celebramos actividades e temos a Escola do Aeroporto que tem como Patrono Francisco Tenreiro, e normalmente naquela escola realiza-se algumas actividades alusivas à data, e apoiamos essa escola.

Sobre a actividade geradora de rendas, como forma de eliminar o analfabetismo, essa verba está proposta com o objectivo de convidarmos as pessoas para aulas de alfabetização. Na Escola Básica da Roça Praia das Conchas tem lá máquinas de costura adquiridas pelo Ministério da Educação com esta verba e há lá um grupo de senhoras que normalmente fazem uniforme e vendem a um preço acessível para as crianças daquela zona. Faz-se o seguinte, a zona onde for detectada com maior número de pessoas que necessitam de serem alfabetizadas é que se organiza uma actividade lucrativa, de acordo com a zona. Por exemplo, em Bela Vista, faz-se a secagem de banana. Essa é uma verba direcionada ao curso nocturno. Então, constrói-se algumas caixas de secadores em que se coloca as bananas. Em Agostinho Neto, temos lá um moinho que quando há milho as pessoas usam moinho para rentabilidade. Agradeço, mas eu não gostaria que essa verba saísse do orçamento.

Sr. Deputado Nito de Abreu, a obra de S. Marcos é uma obra polémica, porque a empresa vencedora do concurso da obra já passou tanto tempo e não conseguiu terminar a obra. Já entrou em litígio judicial, em 2014/2018 o Ministério Público conseguiu resgatar o processo, a empresa foi chamada à responsabilidade e tudo, mas de 2018 para 2022 morreu de novo. Então, é uma obra polémica, aliás a empresa já extinguiu, já não é possível, é SOCOBRISE. Então, estamos à procura de um financiador que consiga. Agora vimos a hipótese com a Turquia, no sentido de a Turquia terminar a obra e vermos como pagar. O processo já está bastante avançado, só nos falta o projecto em suporte digital. Não consegui esse projecto em suporte digital para dar à Turquia, mas eles já chamaram a CONSTROMÉ, EGECOM, fomos lá, visitamos, fez-se o levantamento, já se fez um estudo e um cálculo estimativo do valor, para o término da obra, para resolver esse problema da obra de S. Marcos.

A obra de S. Marcos não vai ser uma escola secundária, mas sim um Instituto Superior de Educação e Comunicação. O ISEC vai sair de trás do Liceu e vai passar para S. Marcos.

Sr. Deputado Arlindo Barbosa, quero agradecer a sua opinião, Ano Bom é um espaço histórico para São Tomé e Príncipe, na realidade fez referência a este espaço, nós a Educação queremos mesmo realizar algumas actividades naquele espaço, mas a estrada não nos facilita fazer isso. A estrada não depende de nós e há alguns entraves. Temos os nossos problemas e não vamos interferir nos problemas dos outros com a estrada.

Sobre o 3 de Fevereiro, tenho a agradecer, que o valor na realidade para a realização das actividades de 3 de Fevereiro é irrisório. Vejo-me a braços, porque é uma actividade que envolve todo São Tomé e Príncipe, todos os órgãos de soberania, todas as instituições, cada uma apresenta o seu orçamento, e é uma dor de cabeça fazer essa gestão com 600 000 dobras. Por isso, agradeço imenso. O Sr. Ministro das Finanças já aceitou.

Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, quero dize-lhe que nessa obra de Santi o empreiteiro já recebeu 80% do valor e o nível de execução... ainda na semana passada a minha equipa toda esteve naquela obra. Fizemos um levantamento de toda obra, porque queremos escorraçar alguns empreiteiros, juridicamente. Chamei o empreiteiro, conversamos e ele nos garantiu que dentro de cinco a seis meses fará a entrega da obra. Para aquela obra só falta portas, janelas, o parque, e o resto é mesmo com a Educação. Vamos colocar baloiço e tudo de actividades lúdicas.

Por isso, espero também e tenho gosto que essa obra termine, para acabarmos com *Olof Palme*.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira (ADI)**: — Sim, segundo o empreiteiro...

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciéncia e Ensino Superior**: — Sim, segundo ele, é o valor que merece, porque ele já fez uma adenda, apresentou, mas não foi aceite, porque investiu na obra, alterou o mosaico. É isso que costumo dizer às pessoas. As pessoas participam nos concursos com esquemas de menor valor, para ganharem a obra. Quando a obra começa é que aparece adendas, de vez em quando superior a 50% do valor da obra, o que a lei não permite. Ele apresentou com mosaico antiderrapante e depois com a fiscalização demos conta que o mosaico tem que ser antiderrapante, porque as crianças vão passar por lá e correm risco, é para ter maior segurança. Então, tinha que trocar o mosaico. Ele apareceu e não aceitamos essa adenda, porque conhecemos como as pessoas funcionam em São Tomé. Todo mundo quer ganhar concurso, mas na hora da verdade é um problema. Mas espero que essa obra termine, necessito mesmo de acabar com *Olof Palme*. Por isso é que no orçamento também está já inscrito o Jardim de Folha Fede, porque as crianças vêm de Folha Fede para *Olof Palme*. Então, vamos dividir, as crianças da Trindade vão para Santi e as de Folha Fede ficam em Folha Fede, por causa do percurso que as crianças fazem.

Ao Sr. Deputado Delfim Neves, também quero agradecer pela sugestão, 300 000 dobras, vamos fazer a cobertura. Disse prioridade das prioridades, eu acho que o Sr. Deputado não conhece todas as escolas ao

nível nacional. Se visse o Jardim de Angolares, nem entraria. O Jardim de Angolares está pior do que aquela escola, mas vamos fazer um esforço, com o valor fazer apenas a cobertura.

Sobre a reabilitação do monumento de Fernão Dias, também agradeço, porque necessita mesmo. Anualmente, estamos lá com a pouca verba que nos cabe para a realização dos festejos, temos que fazer pintura. Porque fez referência à Câmara, aliás, a Câmara de Lobata é muito activa, apoia muito a Educação. Não quero aqui dizer que as outras Câmaras não o fazem, mas como frisou a Câmara de Lobata, há Câmara que não o faz. Por isso, não quero publicamente dizer quem faz e quem não faz, mas reconheço que Lobata na realidade tem dado muito apoio à Educação neste aspecto.

Mas a obra de Água Champanhe não foi a Câmara, foi a missão religiosa do Brasil que está lá a trabalhar, é que fiz isso.

A Sra. **Presidente**: — Vamos só tentar fazer o ponto da situação, a Sra. Ministra mais o Sr. Ministro das Finanças estão de acordo que se retire 20%?

Tem a palavra Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Não é 20%, porque no que tem a ver com o PNASE normalmente se tivermos lá orçamentado 5 milhões conseguimos ter alguma folga, então como aqui já tem 2 milhões e tal, a diferença é mais 2.813 milhões de dobras, nesse caso, estaríamos a tirar 10.5% das despesas com viagens para afectar ao PNASE.

Obrigado pela sugestão do Sr. Deputado Wuando Castro, tem-se que dar os direitos autorais a quem de direito.

O Sr. Deputado Delfim Neves propõe 20% do apoio institucional da primatura, 300 000 para a Escola de Moro Peixe. Bem, o Sr. Primeiro-Ministro está de acordo que retiremos 40% do apoio institucional ali, mas deste apoio institucional ele também gostaria que se fizesse um gesto com a Procuradoria-Geral da República, que tem estado a fazer algumas acções por estes dias e precisa de algum reforço. Então, 40% dos 1.5 milhão de dobras, estamos a falar de 600 000 dobras, mas aqui a proposta do Sr. Deputado Delfim Neves, estamos a falar de 300 000 dobras para a Escola de Moro Peixe, mais 200 000 dobras para o monumento de 3 de Fevereiro. Creio que como o 3 de Fevereiro já passou, ainda temos alguma margem, então como há umas intervenções que estão a ser feitas agora pelo Ministério Público, Procuradoria-Geral, a sugestão seria 300 000 para a Escola de Moro Peixe, depois outros 300 000 para o Ministério Público e depois fica o compromisso de arranjarmos 200 000 para a reabilitação do monumento de 3 de Fevereiro. A ideia é intervir antes do próximo 3 de Fevereiro.

A Sra. **Presidente**: — Espero que os serviços tenham registado, porque esses valores vão reflectir no relatório final, as alocações, as respectivas afectações.

Vamos continuar, propostas concretas, respostas concretas. Muito obrigado, Sr. Ministro e os Srs. Deputados que fizeram as propostas, Sra. Ministra da Educação, pela sensibilidade, vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Sousa Pontes.

O Sr. **Honório Sousa Pontes (ADI)**: — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e todo o elenco, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos desta Casa e Povo São-tomense, em geral, boa tarde.

Sra. Ministra, venho cá fazer esta intervenção, mas é só como um pedido de esclarecimento.

Primeiramente, começo a falar da Escola de Conde, oito salas estão em construção, num valor de 7 milhões de dobras. Para dizer que entrei em contacto com a empresa construtora, o responsável da empresa, o Sr. Idalécio, porque alguns elementos da população consultaram-me como Deputado. Solicitando-lhe por que é que a obra ficou parada o tempo todo, o senhor disse-me que como Deputado eu deveria consultar o Governo, porque o Governo não andava a desbloquear verbas. Tudo bem, mas há uma questão, a empresa tinha a Escola de Desejada por acabar, não sei por que é que ganhou outra obra. Para mim, não seria muito aconselhável uma empresa com compromisso numa obra ganhar outra obra, tendo em conta que o País tem várias empresas pequenas para essas obras pequenas. Primeira coisa, com a obra de Desejada por terminar, ganhou obra de Conde e diz que o Governo não andava a pôr dinheiro, mas esses dias vi carinhas de arreia. Foi lá pôr e só ficou arreia. Gostaria de ter conhecimento, dos 7 milhões, qual é o valor que já desbloqueou para a empresa, por que é que essa obra ainda está como está? Depois, tendo em conta que se está a construir essas salas, o que se vai fazer com essas supostas salas que estão à frente, onde os alunos estão, que todos nós sabemos que é vergonhoso? Porque mesmo reabilitando essas salas, vão tirar visibilidade às oitos salas que estão atrás. Não sei o que se vai fazer. Também a população precisa conhecer.

Quanto à delegação de Lobata e Lembá, mas não sei se eu é que não estou por dentro, comparando com a Escola Patrice Lumumba e o Liceu Nacional, vejo uma verba de 125 000 para as duas delegações do Norte, Lobata e Lembá, e depois vejo para a Escola Patrice Lumumba, Dbs. 249.914, 00 e para o Liceu Nacional, Dbs. 151.301, 00.

Eu gostaria de ter esse esclarecimento.

Depois, falando de combustível e lubrificantes, não sei se é para o autocarro ou para transporte dos delegados, isso é que eu gostaria de saber, e os delegados precisam de circular, obviamente, fazem a ligação com o Ministério e a Direcção do Ensino, e os delegados de Lembá e Lobata têm que circular nas

escolas todas, o que é que vejo? Vejo combustível e lubrificantes, 80 000 dobras para Lobata e Lembá, vejo para Patrice Lumumba 45 000 e para o Liceu Nacional, 50 000. Por essa razão, eu gostaria de saber se é para transporte dos delegados, combustíveis e lubrificantes, ou esse valor é para quê. Porque se for para transporte dos delegados, em termos territoriais, Lobata é bem maior que Água Grande. Quando se fala de Água Grande, só estou a ver Liceu Nacional e Patrice Lumumba, que se faz alguns metros para o Ministério da Educação e para a Direcção do Ensino. Vejo os delegados que têm de circular todas as escolas de Lobata e todas as escolas de Lembá, porque aqui diz Lobata e Lembá, 80 000, comparando com 45 000 de Patrice Lumumba e 50 000 do Liceu Nacional.

Gostaria que a Sra. Ministra me esclarecesse isso.

Queria falar um bocado, se calhar como tem a ver com escolas, do Jardim de Maianço, que temos problema de via de acesso. Pode ser a parte de infra-estrutura, mas tem a ver com Jardim. Os alunos de todo o Maianço Roça, Desejada e Maianço Zona mergulham na lama para chegarem a essa escola. Por que é que não está aqui minimamente a resolução dessa via? Mesmo melhorar a terra batida, porque conheço muito bem essa via, menos de 1 Km. É muito complicado as crianças circularem aí. Mesmo o GIME, acho que poderia resolver a situação dessa estrada.

Tenho aqui também uma proposta quanto ao patrono das escolas. A escola de Conde não tem patrono. Ouvi, mas não tenho certeza, que a Escola de Conde tem como patrono, se calhar era colono, Oliveira e Carmo. Segundo ouvi, porque não tem nada lá escrito, e eu gostaria que um nacional que reside ou que já residiu em Conde e que deu a vida para a Educação pudesse ser homenageado como patrono dessa escola.

Tenho aqui proposta, mas a minha voz não pôde chegar, quando se construiu o Liceu que deram o nome de *Mé-Xinhô*. O Sr. *Mé-Xinhô* tinha muito a ver com a saúde. Acho que deveria ser um hospital. Conheci o Sr. Carvalho, *Sun Stlena*, que era professor, são-tomense. Conheci o senhor já bem velhinho. Acho que merecia aquele liceu, mas já passou, já é *Mé-Xinhô*. Mas para essa Escola de Conde, com patrono Oliveira e Carmo, temos ali o Sr. *Stlena*, que é o Sr. Carvalho e o professor Juliano Neto, os dois já falecidos, que poderiam ser ainda homenageados como patronos dessa escola, tendo em conta que vai haver uma secundária, essas oito salas vão melhorar. Nenhuma escola tem patrono. Não querendo honrar herói morto, temos ainda o Sr. José Lopes, que fez quarenta e tal, quase cinquenta anos na Educação, está vivo, fez muito pela educação. Acho que também deve ser premiado como patrono de algumas dessas escolas. Deu vida, está vivo, não falei com ele sobre isso, deve estar ouvir agora, porque sei que acompanha, mas foi meu professor, merece, professor muito antigo. É uma proposta que eu gostaria que a Sra. Ministra, pelo menos, registasse. As escolas precisam de patronos nacionais que deram vida e não esses patronos colonos. Não é que fizeram mal, mas já chega, vamos dar valor aos nossos nacionais.

Volto a frisar, *Sun Stlená* é o Sr. Carvalho, e Juliano Neto, já morreram. Caso não queiramos honrar um herói morto, pelo menos a situação do Sr. José Lopes, que está em vida.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Beatriz Azevedo.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Mais uma vez, boa tarde a todos.

Tomo palavra neste capítulo, em que estamos a discutir o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, mas primeiramente gostaria de agradecer ao Ministério da Educação, o Governo, por lembrar do Distrito de Caué no que toca à reabilitação de algumas escolas a nível do Distrito, como exemplo da Escola Secundária e a Escola Básica em Angolares e também a Escola Secundária em Porto Alegre, a reabilitação que está a ser feita na Escola de Porto Alegre, com algumas alterações. Sabemos que não é favor, mas sim é uma responsabilidade e devemos reconhecer, quando alguém faz algo por nós. Estando o Distrito de Caué, em termos de infra-estruturas, ao longo de quase esses 50 anos que tomamos a nossa independência, se formos comparar com alguns distritos a nível nacional, vemos que Caué sempre foi o Distrito mais fustigado por todos os governos que passaram neste País. Por isso, quero aqui agradecer a Sra. Ministra e também o padrinho e a madrinha do Jardim de Ribeira Peixe. Toda a gente que passou por aquela empresa viu como as crianças estavam. Os morcegos tomavam conta daquele espaço. A própria reabilitação que foi feito, na altura, foi de má fé, mas houve alguém ainda com amor aos filhos de Caué, que nos brindou com a reabilitação do Jardim da Ribeira Peixe. A comunidade da Ribeira Peixe agradece.

As outras comunidades que também têm problemas apelam a quem de boa vontade para ser padrinho das crianças, que não tem culpa de nascer onde nasceram, e estar onde estão.

Sra. Ministra da Educação, em termos de infra-estruturas, o Distrito de Caué carece, mas carece muito. Na semana passada, eu estive na comunidade de Malanza, e fui surpreendida. O edifício onde colocaram o jardim-de-infância foi, em princípio, feito para casa social e, vendo-se o número de crianças que poderiam tomar contacto com a escola só a partir dos 7 anos, improvisou-se aquela casa social, para que as crianças não ficassem de fora.

Eu gostaria de dizer à Sra. Ministra que os pais da comunidade de Vila Malanza pediram-me para fazer um apelo à Sra. Ministra da Educação e os membros do Governo, que as crianças sofrem de um mal, que são os porcos. As mochilas das crianças são colocadas nas janelas do edifício e os porcos vão. Às vezes no horário do lanche as senhoras da educação têm que ficar de perto para afugentar os porcos. Se não for o caso, os porcos assaltam os alimentos na mão das crianças. Por isso, há que se tomar alguma medida urgente. Pensa-se em fazer cortes de bambu para cercar aquilo, mas estamos a falar de um distrito onde

chove muito, e bambu não vai aguentar. Pode-se gastar bambu, chamar alguém para cortar bambu, fazer cercado, para quanto tempo? Eu trago a proposta de, neste mesmo capítulo de aquilo que é reabilitação de infra-estruturas escolar, ver se a nível do código 6801 tem um valor de 1.500.000,00, que já foi aqui dito pelo Vice-Presidente da Assembleia Nacional, já que não está espelhado as construções que serão feitas a nível escolar, para o mais breve possível fazer-se um muro de vedação daquele jardim.

Eu trago outra preocupação, Sra. Ministra, em relação às empresas de construção civil. Eu não sei qual é a modalidade que nós podemos criar, mas essas mesmas empresas têm feito, só para deslocação, uma despesa que muitas vezes é superior àquilo que é própria a obra.

A nível do Distrito, quando nós ouvimos concurso público, até chegarmos, quem tem padrinho na cozinha, muitas vezes, no caso de concurso público, avança as pessoas mais próximas, os familiares, de forma a conseguir aquelas obras, e muitas vezes essas obras começam e não acabam. Por isso, é preciso saber quem são as empresas que são colocadas para concurso público, ver na realidade se vale a pena as empresas saírem daqui de Água Grande, quando há empresas em Cantagalo que poderiam concorrer, para construir algumas coisas. Ou mesmo a nível do Distrito de Cauê há pessoas com conhecimento na matéria, que poderiam concorrer, para se minimizar todas essas despesas, não só combustível para transportes, pneus, pagamento das pessoas. Isso faz com que o projecto seja mais para área de despesas do que o próprio investimento.

Nós, ao nível da 5.ª Comissão, quando auscultamos a Sra. Ministra, a senhora brindou-nos com algumas informações, uma delas é a compra de autocarros escolar. Eu não sei, não vi aqui em termos de investimento, não sei em que capítulo está nem em qual é o Ministério. Não vejo aquilo que é a aquisição de autocarros, porque como foi aqui apresentado ontem pelo meu colega Alberto Luís, há estudantes que terminaram o 12.º ano, em Angolares, mas por questões de distância não concluem os estudos no centro da cidade, por causa das despesas que têm. Podem dizer que têm bolsa, mas a bolsa é contemplada só para o pagamento de propinas a nível da universidade. A nível de transportes e alimentação, a bolsa não paga. Ou seja, o Ministério não apoia com o pagamento das despesas de transporte e alimentação.

Então, vejo que não está inscrito aquisição de autocarros. Nós sabemos que o Distrito de Caué tem 2 autocarros,1 está em Portalegre e outro está em Angolares. Se nós formos ver os anos que esses autocarros têm e a estrada, esses autocarros, todas as segundas-feiras, têm que vir à cidade colocar combustível. Esses mesmos autocarros têm estado a deixar as crianças na estrada. Eu falo principalmente das crianças que vivem na comunidade de Agripalma, Ribeira Peixe, Dona Augusta, Praia Pesqueira. As crianças dessas comunidades têm que vir para Angolares estudar, e as crianças de Monte Mário, Ponta Baleia e Malanza, que estudam em Portalegre.

São essas questões, e nós não queremos deixar ninguém para trás, há necessidade de nós na realidade termos as necessidades, porque uma criança que vive aqui em Água Grande consegue apanhar uma mota de 10 dobras para poder chegar à escola, 10,15 dobras, enquanto uma criança que vive em Monte Mário, quando a autocarro avaria ou não tem combustível, essas crianças têm que percorrer. Muitas vezes as crianças que estudam no 2.º período chegam à casa 21 a 22 horas. Acham isso normal?

Então, são todas essas situações, não posso alongar mais, porque há necessidade de outros meus colegas também intervirem. São estas questões que eu trago, para nós repensarmos aquilo que é na realidade o que queremos ditar, com toda gente à frente, ninguém pode ficar para trás, pensando nas pessoas que vivem muito distante da escola.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Beatriz Azevedo. Fez algumas contextualizações, mas também propostas concretas, não sei...

Murmúrios.

Para alocar quantos...

Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Para muro de vedação da escola.

Sra. Presidente: — Ok. Espero bem que a Sra. Ministra e o Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças tenham registado.

Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Sra. Presidente, eu peço desculpa, nós não entendemos. Para a questão de muro, onde é que a Sra. Deputada Beatriz Azevedo estaria a pedir para retirar a verba?

Sra. Presidente: — 6801.

Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Sr. Ministro das Finanças, a proposta que eu trago tem a ver com o projecto do Ministério da Educação, que está na página 3868, código 6801, que diz «reabilitação de infra-estrutura escolar». Não estando a infra-estrutura escolar aqui neste capítulo indicado, sugiro também que se tire o valor aqui para a construção do muro de vedação do jardim da comunidade de Vila Malanza.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Sra. Presidente, eu gostaria que a Sra. Ministra da Educação fizesse intervenção neste sentido.

Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Sra. Presidente, Deputado Honório, passo a responder às suas preocupações. A obra de Conde é uma obra que ficou parada por muito tempo e atendendo à necessidade e à degradação do esqueleto existente. Por isso, nós decidimos retomar aquela obra de Conde, porque as crianças daquelas zonas vão até à escola secundária de Guadalupe. E o Deputado fez questão em relação ao edifício mãe, que está na parte de frente, em princípio, pelo facto de o Ministério da Educação não ter conseguido o espaço físico na zona de Conde. Eu trabalhei, de 2014 a 2018, como Directora da Administração Escolar. Nós andamos à procura de espaço em Conde, para a construção do jardim. O senhor Pecôcô indicou-nos um, mas a um preço exorbitante...

Murmúrios.

... ah não, António Ramos. Eu peço desculpas, é hábito...

Sr. Honório Sousa Pontes (ADI): — O senhor não ignora.

Risos.

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — ... não conseguimos comprar por causa do preço.

Murmúrios.

Eu não disse o valor. Então, qual é a nossa opinião? Terminar aquela obra, 8 salas, colocar os alunos da 5.^a à 8.^a classes, e fechar aquela escola. Nós já fomos lá, fizemos um estudo, para transformá-la num jardim de infância e essa parte de frente colocar todos os materiais lúdicos que elucidam num jardim. O nosso plano é esse, terminar atrás, porque o espaço dá para vedar, e os alunos de trás ficam na cantina, passando por uma via, e os alunos de frente passam pelo lado esquerdo, para a cantina escolar. A nossa projecção é essa.

Fez referência a patronos das escolas. Eu não gostaria de dizer, mas já que provocou, eu vou dizer o plano do Ministério da Educação. Neste momento, temos 65 escolas e 67 jardins sem patrono. E eu comecei pela Doutora Marina, na sequência de indigitação do Deputado Jorge Bom Jesus. Então, nós decidimos dar patrono às pessoas vivas. A Escola Secundária de S. Marçal, que vai terminar, eu falei com o Primeiro-Ministro secante, porque a empresa queria o patrono para a feitura da placa. Como a minha proposta é convidar todos os Ministros que passaram pela Educação, porque nenhum deles é patrono de uma escola, quer queiramos quer não, eles contribuíram também para a Educação. Então, partimos desse princípio e o Primeiro-Ministro aceitou. Para aquelas escolas eu escrevi os nomes deles todos e eu escolhi uma rifa, e calhou no nome de alguém que eu não vou dizer.

Murmúrios.

Não é o Dr. Jorge. Eu quero dizer-lhe que deveria ser, mas o Doutor Jorge Bom Jesus terá a oportunidade de escolher uma escola, dentro das 65. A Escola de Chácara também não tem patrono ainda. O Deputado terá a oportunidade de escolher uma escola do seu gosto. É isso, eu gostaria de brindar os meus colegas Ministros com patrono de uma escola. Isto está no plano da Educação e brevemente será realizado. Não obstante isso, a zona de Madalena...

Murmúrios.

...vocês não deixam a pessoa falar. Toda hora na brincadeira. Ah é assim? Eu não sabia...

Risos.

...após esse trabalho, não obstante isso, a população de Madalena já deu patrono ao Posto Médico de Madalena, mas eu já tenho uma carta de um pedido de um professor de Madalena, para ser também o patrono da Escola de Otótó. Eu acertei e estou à espera do momento próprio, porque a outra escola nova de Madalena é Albertina Marques. Eles querem Otótó. Então, todas as Escolas que ainda não têm patrono serão dos Ministros da Educação.

Porque eu já estou lá há 3 anos e não vou sair sem deixar um patrono lá, uma Belinha.

Aplausos.

Uma voz: — Honório não merece.

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Continuando, Deputado Honório, professor, levantou uma questão de Patrice Lumumba, Liceu Nacional e as delegações. O professor quer dizer-me quantos alunos o Liceu Nacional tem sob a sua responsabilidade, sob a sua tutela? São cerca de 7.000 alunos, E eu não vou comparar. O professor é da Educação, conhece muito bem, está na região de Lobata e é Deputado. O professor quer dizer-me que o mesmo trabalho, a mesma função que um Director, em termos de socorro, apoio e de tudo de uma escola é igual a um delegado, que só vai para a escola, passa pela escola, e uns nem tomam medidas e nem registam? Professor, eu estou em público e não posso falar muito, mas poderemos conversar sobre isso. Por isso, eu quero dizer-lhe que Patrice Lumumba tem 4000 alunos naquele buraco. Eu foi Directora, transformei o ginásio em salas de aulas, é um sentimento que eu tenho, aquela escola é um forno. O professor acha Patrice Lumumba ter 45 000 é muito dinheiro? Depois, o combustível, como é que se faz? Patrice Lumumba tem 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª classes. Humanamente, deve se racionalizar o combustível, distribuir também para os directores, sub-directores, os responsáveis dos blocos e alguns professores que têm transportes que socorrem os alunos. E onde é que está o delegado de Água Grande? Professor, não é fácil!

Risos.

Então, são situações que a Educação tem, mas que as pessoas não sabem.

Deputada Beatriz, eu quero dizer-lhe, mais uma vez, que o Jardim de Malanza será contemplado com uma reabilitação, com casa de banho, cozinha, muro de vedação e pavimento. E eu espero que o Ministério de Infra-estruturas cumpra com a sua parte, porque é uma verba da União Europeia.

Murmúrios.

Ele não está, mas eu já alertei o Ministro das Finanças, antes de me levantar. O Ministro das Finanças vai passar-lhe a mensagem. Eu já o alertei, porque por causa dele eu estou a ser confrontada.

Murmúrios.

Não, por causa do Ministro de Infra-estruturas. Então, para ele tomar boa nota, para cada um fazer a sua parte...

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — O Jardim de Angolares está nesse pacote de reabilitação?

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Sim, também está contemplado. Esses 2 Jardins de Caué.

Deputada, autocarro escolar é outro quebra cabeça para o Ministério da Educação. Neste momento, existem 20 autocarros escolar.

O Deputado Alberto Luís, ontem, abordou a questão, mas eu não respondi, por falta de tempo. Eu quero aproveitar para dizer-lhe que no encontro que tive com a 5.ª Comissão, eu vos disse que nós íamos receber 6 autocarros, e já recebemos. Estou feliz, está no Porto, chegou ainda hoje, recebi comunicação de que os meus 6 autocarros bem lindinho já estão no Porto,...

Aplausos.

... mas foi uma oferta do Governo da Índia. Não foi comprar. A projecção de uso desses autocarros é para os professores. Um vai para o Príncipe.

Aplausos.

Nós temos 70 professores que saem da Capital para o Distrito de Lembá, Neves, Santa Catarina e Mé Xinhô, vai um autocarro. Eles têm ido nesse autocarro velho que pára todos os dias na estrada. Então, um dos autocarros novos vai ser destinado aos professores de Lembá, um autocarro vai ser destinado aos professores de Caué, mas só chega a Angolares, com muita pena. Esse autocarro é para os professores e os estudantes que vêm para as universidades.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Mesmo com a construção da estrada, o autocarro não chega lá?

Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Quando houver boa estrada, se eu ainda estiver no Ministério da Educação, tudo muito bem, eu farei, mas por enquanto eu sou clara, não vale

a pena fazer promessa falsa. Para Lembá, vai um autocarro, temos a Escola de Monte Café, a Escola António Francisco, que a via de acesso é uma dor de cabeça, por causa da chuva intensa daquela zona, a estrada está toda degradada. Nem para quem vem da fábrica da água mineral, nem para quem vem da sede de Monte Café, eu já fiz esse percurso todo, é uma desgraça. Os professores nem conseguem passar com o carro, tem que ser com moto, para desviar. E quando chove é um problema. O autocarro vai até à fábrica da água mineral, deixa ficar os professores. Fazem Trindade, Maria Manuela Margarido e Escola de Monte Café.

Vamos distribuir os autocarros pelas zonas todas, para os professores. Um autocarro vai para Cantagalo até Ribeira Afonso. Assim nenhum professor vai dizer que chegou tarde, porque transporte. Este é o meu plano, e os alunos continuam com os autocarros, porque nós temos problemas, ninguém levantou o problema da obra de Praia Camboa. Mas é uma obra que o Ministério da Educação tem grandes necessidades de adquirir, porque são cerca de 7 autocarros que fazem Praia Gamboa, porque vêm 800 alunos, da 7.ª até a 12.ª classe, para a Cidade Capital, e os alunos de Praia Gamboa, de 7.ª, 8.ª 9.ª, estão todos em Chácara. E aproveito para dizer eles são muito indisciplinados.

E sobre o combustível que está no orçamento, é para os autocarros. Eu tenho aqui a Directora do Orçamento, que pode dizer quantas vezes eu, logo pela manhã, ligo, porque amanhã os autocarros não vão arrancar. Não é fácil! Cada autocarro faz diariamente 8 viagens, e quando um autocarro avaria, o outro é obrigado a fazer o dobro de viagens, porque tem que fazer as suas e fazer às do outro que está avariado. E o que acontece é que nós só trabalhamos com 15 a 16 autocarros, mas existem 20 autocarros. Diariamente, 2 a 3 vão para a oficina. Agora, com o financiamento do Banco Mundial, nós conseguimos uma verba para a recuperação dos mesmos.

Eu já ouvi uma crítica de um deputado, que nós alugamos os autocarros para a empresa de turismo do Sr. Beirão, a Navetur, mas as pessoas não sabem por que é que nós alugamos os autocarros. Porque a cada aluguer que ele faz, nós não recebemos dinheiro, nós recebemos pneus e todos os acessórios. E ele já conseguiu fora 4 autocarros.

O professor sabe quanto é que os alunos pagam os autocarros? Mensalmente, eles pagam 70 dobras, ida e volta. Esse valor não satisfaz as despesas do autocarro.

Portanto, obrigada, não sei se eu respondi...

Murmúrios da Deputada Beatriz Azevedo.

...o Distrito de Caué paga 70 dobras mensais e os outros distritos pagam 80. É um valor irrisório, que não dá para nada, nem para comprar peças.

Quero dizer à Deputada uma coisa. Caué é o Distrito que nunca paga, desculpe dizer isso.

Sra. Presidente: — Sr. Deputado Honório, nós temos muitos outros inscritos, mas disse que havia qualquer esclarecimento a fazer, por causa da sua intervenção anterior. Quer ainda fazer?

Tem a palavra.

Sr. Honório Lavres (ADI): — Sra. Presidente, quando eu comecei neste ponto de valor do Liceu, eu havia dito, na primeira hora e nos primeiros instantes, que era pedido de esclarecimento. Portanto, o meu muito obrigado, aliás porque não sabia que os professores e sub-directores dessas escolas, para além de salas de aulas, tinham que ter combustíveis para os seus transportes, para prestarem alguns serviços.

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Como estímulo.

O Sr. Honório Sousa Pontes (ADI): — Sim, alguns professores. Estímulo, está bem.

Outra questão é que a Sra. Ministra, se calhar, se esqueceu. Eu falei um bocado sobre a via de Maianço, e a Sra. Ministra não respondeu, pelo menos, o que pensa em fazer com essa via, se passa para o GIME ou se tem a ver com o Sr. Ministro das Infra-estruturas. Caso tenha a ver com o Sr. Ministro, para dar-nos um jeitinho nesta via de Maianço.

E também quando frisei os nomes, falei de Zé Lopes, tendo em conta que o Ministério da Educação não pensa em honrar heróis mortos. Os ministros, sim, que passaram pela Educação. Mas acredito que devemos pensar, como estímulo, a alguns professores antigos, que muito fizeram. Não é dar só aos ministros, porque os ministros também já tiveram muitos prémios. Se calhar, pensar em alguns professores. E me havia esquecido, tendo em conta que Conde terá uma escola secundária, são as salas em construções, gostaria de falar de uma senhora também, que é minha proposta, não estou a dizer que tem que aceitar...

A Sra. Presidente: — Sr. Deputado, dei-lhe a palavra, na perspectiva de esclarecimento, mas o que está a fazer é uma intervenção normal. Tinha que se inscrever, porque há muita gente antes de si.

O Sr. Honório Sousa Pontes (ADI): — ...para a Escola Secundária, tinha a proposta da professora Bernardina, que foi a primeira senhora professora de Conde. É irmã do falecido Sr. Bernardino do Tribunal de Contas. Eu gostaria de ter a senhora também como minha proposta.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Ministros, Ilustres Colegas, Povo de São Tomé, Técnicos, boa tarde.

Acho que, estando na Casa da Lei, é preciso conhecermos um bocado a lei. Venho cá em jeito de ajuda ao Governo. A Ministra está cá, pode corrigir-me, se eu estiver errado.

Fala-se muito de obras, de quem fez, quem não fez, a empresa que está com obra atrasada, o fiscal que não faz o seu papel. Temos a Lei 8/2009, Lei de Licitação e Contratação Pública, esta Lei orienta precisamente sobre todo o processo, desde a licitação até a contratação. Ou seja, se a empresa é contratada para executar a obra e esta obra é a preços globais, o pagamento tem naturalmente critérios para ser feito. Ou seja, ela pode executar 20% da obra e receber 20% do pagamento. Se ela executa 80%, recebe 80%, mas antes da execução ela assina o contrato e, na assinatura do contrato, é pedido a garantia de boa execução, para lidar precisamente com a incapacidade da empresa em executar a obra, porque muita gente ganha obra, mas não tem capacidade para executar de repente.

Como se disse aqui, muitas vezes entendemos que se ganha o concurso, por um preço proposto e ela pode baixar o preço para ganhar a obra, mas não ter capacidade financeira para executar a obra, aí vem com adendas. Mas também é preciso que o dono da obra tenha conhecimento daquilo que está a fazer, porque adenda nunca pode ser um elemento para acabar a obra. Adenda é um elemento para terminar a obra com qualidade ou então para retirar da obra aquilo que está por excesso. Adenda pode ser a mais, pode ser a menos.

Acho que é preciso que se tenha certeza, o dono da obra se munha de pessoas que saibam realmente de contratação, da Lei que nos assessorava nesse sentido.

E em relação a fiscalização, muitas vezes responsabilizamos a empresa que não executa a obra, a empresa que recebeu todo o dinheiro 80% da obra, quando sabemos que quem valida o pagamento é a fiscalização. Muitas vezes a fiscalização também não é responsabilizada.

Portanto, em jeito de proposta, eu gostaria de propor ao Governo que todas as obras,... aliás é uma coisa que me faz muita confusão, não entendo porquê que as obras estão nos sectores como Saúde, Educação, por aí vai. Acho que tudo que tem a ver com obra deveria estar no Ministério próprio.

Hoje, graças a Deus, o Ministério de Infra-estruturas evoluiu para Instituto, *Instituto de Obras Pública*, que pode lidar com tudo isso.

Uma primeira proposta é remover todas as obras dos ministérios que não têm nada a ver com obra, e transferi-las para o Ministério das Obras Públicas.

Naturalmente, sei que isso é muito polémico, podemos estar aqui a falar de muitas coisas inerentes a obras. A segunda proposta, quando o Ministério de Educação tem obras, se munha realmente de técnicos que conhecem disso, crie uma equipa multisectorial: do Ministério de Educação, do Instituto de Obras Públicas, das Finanças para permitir que no processo de adjudicação se saiba aquilo que se está a fazer e para permitir também que no processo de pagamento todos aqueles que estão envolvidos, principalmente quem vai pagar, tenham informações suficientes para fazer o pagamento adequadamente. E sem falar do facto de que o próprio Tesouro tem a sua equipa de fiscalização, é preciso responsabilizar quem deve ser responsabilizado.

Muitas vezes não é só a empresa que não executou a obra, há toda uma série de coisas envolvendo toda essa execução.

A Sra. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Parte da sua intervenção, se calhar, será satisfeita no próximo orçamento, quem sabe, mas para este algumas coisas sim.

Mas também não fez concretamente alguma proposta de alocação, transferência de verbas, por aí fora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eláckio Marta.

O Sr. **Eláckio da Marta** (MLSTP/PSD): — Quero agradecer a Sra. Ministra da Educação pelo esclarecimento relacionado com a Creche de Angra Toldo Cavalete, diferente do que havia dito um dos deputados que me antecedeu, que não conheciam a empresa. A Sra. Ministra disse que conhece e eu gostaria de pedir à Sra. Ministrada da Educação a responsabilização dos infractores, porque a população está à espera que a obra termine, porque com o dinheiro do povo não se brinca.

Sras. e Srs. Deputados, coisas boas não se fala, felizmente o terreno onde está situada a Creche é um terreno privado, pertencente à minha família, e cedemos ao Estado, para o bem da população.

Aplauso do MLSTP/PSD.

Povo de São Tomé e Príncipe, Sras. e Srs. Deputados, sou vela acesa, não me importo de queimar para dar luz ao Distrito de Cantagalo.

Aplauso do MLSTP/PSD.

Sra. Ministra da Educação, entro directamente na especialidade, com propostas. Temos na rubrica 6801 reabilitação de infra-estruturas escolar. Eu gostaria de sugerir, atendendo que a escola primária da cidade de Santana está no centro da cidade, espelho da cidade, temos que fazer a diferença, propor a reabilitação daquela mesma escola. Ao passar, pensa-se que é um armazém, nem janela tem, vidro não tem. Por isso, eu gostaria de pedir à Sra. Ministra da Educação para dar uma atenção especial à Escola Primária de Cidade de Santana.

Sr. Ministro das Finanças, Sra. Ministra da Educação, mais uma outra proposta, se calhar para correção e depois para apresentar uma sugestão. Na rubrica 2012, reabilitação da Escola Básica de Caridade, Caridade está situada na Cidade de Santana. Ao invés de Escola Básica, corrigir para Jardim de Caridade. Ao mesmo tempo, pedir à Sra. Ministra da Educação, eu havia dito ontem que uma das políticas do Ministério da Educação é levar a escola para perto das crianças. De igual modo, Mato Cana tem uma Creche. Anselmo Andrade, Cláudio Faro, Pedromá têm uma creche. São várias creches que existem ao nível de Cantagalo, e gostaria de pedir uma atenção especial à Sra. Ministra. Nesta mesma rubrica, 2012, para tirar parte da verba, ao menos 2 milhões, para a construção de uma creche em Santa Cecília, onde albergaria as crianças de Praia Colonia e Santa Cecília.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Não trago propriamente uma proposta de alocar verbas, mas trago uma preocupação que tem a ver com a via de acesso à escola de Monte Café. É uma escola bem bonita, está bem localizada, mas temos um problema, para as pessoas que conhecem Monte Café, que vão àquela escola. O acesso, a estrada principal para aquela escola é muito, mas muito deplorável. Temos lá muito perto a empresa de Água Bom Sucesso. Estou aqui a querer sugerir que, no âmbito da responsabilidade social, quem sabe se o Governo conseguir falar com os responsáveis da empresa, para ver como poderiam ajudar a melhorar a via de acesso àquela. Ou então, o próprio Governo encontrar uma forma de arranjar uma verba para dar jeito naquilo, porque está em condições muito, muito difíceis. Inclusive, mesmo árvores como eritrineiras, árvores que partem facilmente, na zona que dá acesso àquela escola. Também acho que há a necessidade de a própria Câmara e o Governo, no que se refere às árvores, tentar diminuir o risco no acesso a essa escola.

Há uma questão também, não sei se já se aflorou, porque tive que me ausentar, que tem a ver com bolsa de estudo. Não vi inscrito no orçamento nenhuma rubrica afecta a bolsas de estudo, nem bolsas internas, nem externas. Pode ser que esteja e eu é que não vi, porque o orçamento, quando se trata de anexos, mapas e por aí fora, há muitas coisas que não notamos. Mas se está lá escrito, fico satisfeito. Se não estiver, acho que é algo que podemos ver.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, quem aproveito para cumprimentar, os membros do Governo, os meus pares na Assembleia Nacional, meus cumprimentos.

Trago uma preocupação, um recado por coincidência de Caué, relativamente à ligação entre o Ilhéu das Rolas e Portalegre. Por aquilo que me dizem, há um bote que faz seis ligações diárias, com alunos de 5.º e 6.º classes. Então, parece que se coloca o problema de combustível. Para saber se ao nível do Ministério da Educação, se a Sra. Ministra está a corrente desta realidade, eventualmente, como pensa equacionar esta situação, no âmbito dos parcos recursos disponíveis, para essa ingente tarefa de fazer deslocar as crianças todos os dias. Mas como compreenderão, a educação é transformadora, é universal, garante o acesso, mas também a acessibilidade, garante a igualdade, mas também a equidade. Era esta preocupação, não venho aqui no sentido de tirar de uma rubrica para outra.

Por fim, eu gostaria de dizer que de facto esse exercício que vimos fazendo há décadas, sobretudo em sede de especialidade, tirando de um lado, colocando no outro, às vezes desestrutura um bocado aquilo que foi aturadamente preparado pelos técnicos das Finanças, que já têm uma rotina de décadas relativamente a esses exercícios. Mas eu gostava de saber do Sr. Ministro das Finanças, tem havido uma prática também, além do exercício que estamos agora a fazer, há um exercício dentro do próprio Ministério das Finanças, em que antes do final do ano, ou mesmo durante o exercício, encontram sempre formas de reafectação, de remanejamento, sem que a Assembleia Nacional esteja a corrente. Gostaria de saber se esta prática, normalmente os governos praticam sempre esses exercícios de tentar colmatar sempre brechas, possivelmente, pensando na reforma do Estado, porque estamos a falar dos 50 anos, queremos, tudo aquilo que for para mudar, para corrigir, não sei, gostava que nos brindasse se há alguma reflexão também neste sentido.

Eram essas as minhas preocupações e, já agora, aproveitar para agradecer as boas intenções da Sra. Ministra da Educação.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior: — Sr. Deputado Gabdul Quaresma, vou responder-lhe com muita tristeza. Caríssimo Deputado, estamos em São Tomé e Príncipe.

Todos os processos mencionados por si conhecemos e sabemos, mas só que entra governo, sai governo, entra director, sai director e as coisas vão se escambando pelo caminho. E o senhor é das Infra-estruturas, sei que sabe, estou em público, assumo a responsabilidade, que muitos dos institutos criados têm empresa de fiscalização.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Não devia.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Sou assim, não consigo, a verdade é para ser dita, peço desculpas, mas...

Vozes: — Está correcto.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Ao Sr. Deputado Jorge Bom Jesus, o bote funciona, o Ministério da Educação dá combustível e o bote é gratuito, os alunos não pagam, mas só que há uma questão, ultimamente zanguei-me com as pessoas que fazem a gestão do bote. Eles alugam o bote e o bote não traz só as crianças do Ilhéu das Rolas. Cobram 15 dobras por pessoas que vêm também no bote com os alunos e ultimamente o bote foi a pique e houve uma complicação, porque alugaram o bote para uma igreja, para trazer os fiéis para a igreja. Por isso é que estão a reclamar. Eu disse-lhes que qualquer dia vou mandar parar esse bote. O bote foi comprado em 2014-2018, para transportar os alunos do Ilhéu das Rolas, a partir de 5.ª classe até a 12.ª classe, para escola de Porto Alegre. O bote não foi para o público. Uma vez ou outra, quando necessitar, tudo bem, mas fazem frete com o bote!?

Sr. Deputado José António, como o Sr. Deputado tem o orçamento, não registei, está na página 4168, bolsa externa, bolsa interna no último...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — E o valor,...*Falou fora do microfone*.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — ... sim, o valor está aí, 20 milhões, página 41-68. Tem actividade 3840 e 3841, por isso é que não registei a sua preocupação.

O valor é pouco, mas o Sr. Deputado reclamou o valor ou a inexistência?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — *Falou fora do microfone*.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Aquilo que o Sr. Deputado levantou ontem não respondi, porque é uma coisa muito complexa. É uma coisa que não podemos proporcionar, porque com um estímulo, qual é o incentivo?

O Sr. Deputado Osvaldo Abreu fez referência a aluno do 4.º ano de faculdade que viajou. Já vivi essa realidade. Já vi alunos meus que terminaram já, inclusive um eu era orientadora, mas se foi embora. Conversei muito com ele. São coisas complexas, criamos agora bolsa especial completa, com tudo, mas quantos alunos se inscreveram?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Via de acesso para escola de Monte Café.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Eu tinha feito referência, há pouco tempo, a acessibilidade. O Sr. Deputado não estava na Sala. Falei sobre a Escola António Francisco Afonso Pires que, tanto vindo de Bom Sucesso como da Sede de Monte Café, a via de acesso é péssima.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Não podem ver com a empresa o que podem fazer lá?

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior**: — Qual empresa?

Muito obrigada, Sra. Presidente e Srs. Deputados, não quis ofender ninguém, se alguém sentiu-se ofendido peço desculpas.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigado nós, Sra. Ministra, pelo empenho abnegado nas respostas fornecidas, nos esclarecimentos feitos e por estar connosco neste exercício aturado, desde que começou.

Feliz ou infelizmente, o Ministério da Educação é um Ministério complexo. Os nossos agradecimentos. Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — É só para responder à preocupação do Sr. Deputado Jorge Bom Jesus que, creio, fez a pergunta relativamente à possibilidade de, ao nível do Ministério das Finanças, fazermos reafectação, durante o exercício económico.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Tem algum?

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças** — Sim, sim.

O Sr. Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD): — Tem alguma reflexão que visa mudar essa prática, sobretudo no relacionamento entre a Assembleia Nacional, porque estamos a fazer esse exercício, pois mais tarde o Governo irá fazer outro e a Assembleia não segue... *Falou fora do microfone.*

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — O Governo tem a obrigatoriedade de, trimestralmente, enviar essas informações à Assembleia, quando faz alterações orçamentais.

O Sr. Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD): — Mas nunca cumprem.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Sim, se nunca cumprem, então, tem que cumprir. Quando o senhor diz que nunca cumprem, espero que inclua também o seu Governo.

Risos.

Tem essa obrigatoriedade de fazer essa prestação de contas, quando faz essas alterações orçamentais.

A Sra. Presidente: — Finalmente, terminamos o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior, vamos passar agora para o Ministério da Saúde e Desporto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra da Educação, eu queria tecer umas breves palavras antes de a senhora sair. Não tem a ver com o Orçamento, é uma nota prévia. Se a senhora puder, 1 minuto só, peço a sua indulgência.

Como nota prévia, que não tem nada a ver com o Orçamento, Sra. Presidente, para dizer que o gesto que a Ministra anunciou aqui, de dar nome das escolas aos ex-Ministros da Educação, como já foi dito pelo Dr. Jorge Bom Jesus, sim-senhor, é um gesto nobre, sobretudo para aqueles que estão vivos. É bom nós começarmos a homenagear as pessoas, enquanto estão vivas. Mas também falou que a escola de S. Marçal, supostamente, já tirou alguém na rifa. Então, eu ia em jeito de proposta, porque esta questão tem que ver também com a meritocracia. Já que o Dr. Jorge Bom Jesus foi quem lançou a obra, foi Ministro da Educação três vezes e vive lá perto, porque ele vive em Vila Maria, se calhar ficava bem, num gesto de inclusão do seu Governo, que fosse o Dr. Jorge Bom Jesus a dar nome à escola.

Era essa proposta concreta, fica ao seu critério...

Applauso do MLSTP/PSD.

...são três critérios objectivos para diferenciar, como se diz na bisca, «mal matado».

Bom, Sra. Presidente, foi um momento aqui para descontrair um bocado também.

Entrando agora no orçamento do Ministério da Saúde, Sr. Ministro boa tarde. Está cá desde manhã, deve estar cansado, mas é mesmo assim, faz parte.

A primeira parte da minha intervenção é um pedido de esclarecimento. Eu tenho aqui no programa de investimento público do Ministério da Saúde, com código 60.67, melhoria de polo desportivo, balneários, bancadas e pisos, mas não faz referência a qual polo desportivo. Portanto, código 60.67, com financiamento do BAD.

Não está cá Guadalupe, e eu não adivinho. Portanto, é bom que fique aqui escrito e bem referido de que polo desportivo se trata.

Depois tenho também aqui, agora é uma correção, com código 69.02, construção de um polo desportivo em Oque-Del-Rei, mas está Distrito de Mé-Zóchi. Portanto, é para corrigir e colocar Distrito de Água Grande. A não ser que os senhores querem puxar Mé-Zóchi até aqui em baixo, ou puxar Água Grande.

Mais um pedido de esclarecimento, com código 70.20, está a criação de gabinete de IDT, em todos distritos. Era para saber o que é isto. Não sei se é algum instituto, não consigo ver qual é a sigla, porque não há nenhum glossário com relação a isto.

Outro pedido de esclarecimento, é de conhecimento público que o Estádio Nacional 12 de Julho foi concessionado à Federação São-tomense de Futebol, creio que desde 2023, há quase dois anos, e nós vimos que até agora não arrancou nenhuma obra, o estádio continua interditado, a seleção continua até a jogar fora os jogos da casa. Há muitos anos que nós já não assistimos nenhum jogo da seleção, embora com os resultados que se conhece. Assim, era para saber se o Ministério está a acompanhar este processo. Se no contrato de concessão há algum prazo para o início das obras ou se é até um dia, para se perceber o que é que se está a passar com esse contrato. A verdade é que até agora nós notamos que há obras no Centro de Estágio, ao lado da Federação, mas no Estádio 12 de Julho não tem havido nenhuma intervenção, pelo menos o que é público, e não ouvimos o anúncio de nenhuma intervenção. Portanto, era para também clarificar esta questão.

Depois, com relação ao polo desportivo de Oque-Del-Rei, polo desportivo da Cidade da Trindade e também o Campo de Futebol 11 de Angolares, eu lembro-me que no governo anterior, XVII Governo, houve um processo de encontros de contas com o empreiteiro, que é uma empresa chinesa. E confirmei com o

meu colega, antigo Ministro da Juventude e Desporto, que realmente esse processo foi concluído. Portanto, eu queria saber se realmente tem conhecimento disto, porque isto está aqui supostamente esse polo desportivo que já está pago a 100%, nesta lógica de encontro de contas, mas aparecem aqui valores orçamentados. É para saber se realmente tem ou não conhecimento desse processo, ou se tem a ver com alguma adenda ou alguma coisa mais que se vai construir nesse polo desportivo. Volto a dizer, de Oque-Del-Rei e da Trindade.

Por último, na área da Saúde, tem a ver com a evacuação dos doentes do Príncipe. Lembro-me que a parte da dotação orçamental para o pagamento de passagem, quando são aquelas evacuações que não são muito urgentes, o Governo regional é que assume, mas quando são evacuações urgentes, nomeadamente com a necessidade de frete de um avião, o Ministério da Saúde é que costuma assumir. E eu não vejo cá nenhuma verba prevista para este caso. É só para clarificação. Se há verba diluída aqui numa outra rubrica ou se foi toda alocada para o Governo Regional e para que seja o Governo Regional então, a partir de agora, a tratar das evacuações urgentes que necessitam de frete do avião da STP-Airways, como várias vezes acontece.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

As questões mais técnicas e gerais, eu espero que os serviços tenham registado e outras questões mais específicas depois vem o Sr. Ministro responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Cruz.

O Sr. Albertino da Cruz (ADI): — Sra. Presidente, Mesa, Srs. Ministros, muito boa tarde.

Sr. Ministro da Saúde, ontem na sua intervenção, falou da área da Saúde e mencionou algumas delas que precisam mesmo de intervenção. O senhor falou da Área de Saúde de Cantagalo. E gostaria de saber de que tipo de intervenção o senhor pretende fazer na Área de Saúde de Cantagalo. Não sei se é do conhecimento do senhor que vamos há 50 anos da independência e ainda, no internamento na Área de Saúde de Cantagalo, internam homens e mulheres no mesmo quarto. Isto é de lamentar e espero que o senhor tome boa nota disto. E também não sei se é do conhecimento do Sr. Ministro da Saúde que a Área de Saúde de Cantagalo está sem ambulância já há um tempo e que a transferência de doente é feita através de uma carinha mista do projecto de paludismo, mais ou menos.

Para terminar, Sr. Ministro, temos uma infra-estrutura hospital na zona de Uba Budo, que também já foi mencionado aqui pelo meu colega, ontem, que eu gostaria que o Sr. Ministro desse uma atenção, porque é uma infra-estrutura que foi construída praticamente e ficou lá. Construíram uma infra-estrutura hospitalar nova, estava praticamente acabada e ficou lá nessa situação, em que houve vandalismo, partiram vidros e está um matagal. Acho que o Sr. Ministro deveria dar uma olhada especial naquilo e ver o que pode fazer para ajudar a área de Saúde. Porque a Área de Saúde de Cantagalo, da forma que está, com este novo hospital, seria bem-vindo.

Obrigado, Sra. Presidente.

Aplausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. Elálcio da Marta (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente. Sinto-me feliz e quero agradecer ao deputado que me antecedeu por ter tocado nesse assunto e é assim que se faz a política e não está sempre na politiquice. Sra. Presidente, muito obrigado. Sr. Ministro de Saúde, meu vizinho Celso Matos. Ontem eu havia abordado aquela questão de hospital de Uba Budo e reconheceu a dificuldade que o posto de Água Izé tem enfrentado. É um médico que conhece a realidade. Ontem havia sugerido a possibilidade de reabilitar este mesmo hospital que se encontra abandonado e transformar num centro polyclínico para zona sul com objectivo de conseguirmos ultrapassar a dificuldade que área de saúde de Cantagalo tem enfrentado. Sr. Ministro é de distrito e gostaria de pedir que deixasse o seu legado fazendo a diferença. Sr. Ministro das Finanças, neste mesmo assunto eu gostaria na especialidade na rubrica 11.34 com financiamento do Fundo de Kuwait a rubrica 72.27 em que a minha sugestão seria tirar parte da verba de dois milhões e quinhentos para que possamos dar uma atenção especial a aquele hospital. Eu venho em nome da população de Cantagalo fazer esse pedido especial, na rubrica 72.27, com o financiamento do Fundo de Kuwait, pedir ao menos dois milhões de dobras para dar uma atenção especial àquele hospital.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Nós não sabemos se a situação é propriamente falta de meios ou alguma questão estrutural ou coisa assim, mas certamente o Sr. Ministro depois responderá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — É que eu estou com dificuldade de fazer a intervenção, se bem que eu gostaria de fazer uma proposta concreta. Mas é só para perguntar ao Sr. Ministro das Finanças, eu vejo alguns sectores umas rubricas com outras despesas correntes. Alguns ministérios têm valores muito elevados e não se especifica. Assim, quero fazer umas propostas concretas, mas tenho dúvidas, porque não sei para que serve esses outros valores. Pode ser que sejam despesas imperativas ou prioritárias. Assim, ao fazer propostas, poderei estar a desfasar um pouco o orçamento.

Outro esclarecimento ao Ministro da Saúde é de, antes de fazer a intervenção, saber qual é o objectivo concreto do Governo com esse Centro de Saúde de Cantagalo. Se a questão é financeira, é estrutural e se é uma questão que já vimos, que o centro para aquele local não serve. Assim, temos que ser claros e dar um destino a esse património, que não está com remendos. Porque se pode gastar mais de 100 000 euros e não resolver o problema, e cada vez acontece o vandalismo. Ou, se calhar, porque não até pôr à venda para um privado, ou fazer uma outra coisa qualquer.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde e Desporto** (Celso Matos): — Boa tarde, Sra. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Ministros e todos aqui presentes, muito boa tarde. Primeiro, quero agradecer àqueles que já intervieram, pelas questões que apresentaram.

Começando pelos esclarecimentos, o Deputado Wuando Castro apresentou uma questão muito ligada ao desporto, os polos desportivos de Oque-Del-Rei e da Trindade. Foram apresentadas algumas adendas no que se refere ao cercado que era suposto ser de rede e agora pede-se que seja de alvenaria. E muito concretamente da Trindade, estão a exigir que haja uma bancada. É uma questão que acresce o valor a obra.

IDT, Instituto da Drogas e Toxicodependência.

A questão do Estádio 12 de Julho, garanto-vos que não tenho uma resposta para dar neste momento.

Evacuação dos doentes, realmente é uma questão que deveria estar inscrita de uma forma preventiva, aliás em termos de saúde acho que essa Assembleia devia precaver sempre uma verba, para emergências sanitárias. Acho que todos os países devem ter, e acredito que muitos a têm. Uma verba de emergência, porque, em caso de uma catástrofe, agora é que estamos a correr atrás dos fundos que não existem. Esta questão é uma similaridade que existe, e já há verbas para o Governo Regional em questões de evacuações médicas, mas nessas questões de emergências, em que temos que fretar o avião, se calhar o Sr. Ministro das Finanças poderá dar mais informações, explicação.

O Sr. Deputado Albertino da Cruz referiu-se ao Centro de Saúde de Cantagalo. Obviamente, como eu já disse, fui lá visitar recentemente e aliás já visitei de Portalegre a Brigoma, de Pantufo a Monte Café. Aliás, dessas visitas, o Centro de Saúde de Cantagalo, o posto de Porto Alegre e muito especificamente a casa onde residem os enfermeiros, e o Posto de Saúde de Caixão Grande são os que eu registei com maior preocupação. Obviamente aquilo que registou, em termos de acolhimento dos doentes de sexos diferentes no mesmo local, é uma grande preocupação e não devia ser. Nós, no âmbito da cooperação com os nossos parceiros, um dos projectos que temos previsto para apresentar a um dos nossos parceiros é precisamente o Centro de Saúde de Cantagalo. Aquele Centro de Saúde tem estado a conhecer alguns alargamentos pontuais e não é uma obra arquitectónica planificada. Portanto, não tem de facto as condições necessárias para aquilo que é chamado a ser.

Ambulância no Distrito de Cantagalo, já conseguimos, a título de empréstimo, uma ambulância do Distrito de Mé-Zóchi. Já foi entregue, acho que no Sábado, se não me engano. Mé-Zóchi tem uma ambulância relativamente nova e a outra que emprestou ao Distrito de Cantagalo é cansada, mas ainda dá jeito. Quero vos dizer que o Distrito de Cantagalo tem características geográficas também específicas, o Distrito de Caué em sentido longitudinal. No Distrito de Cantagalo, para o interior pelas localidades, é terrível pelas estradas. É um acesso muito complicado. Portanto, essa questão de ambulância está mais ou menos minimizada por enquanto, mas não é uma ambulância do Distrito de Cantagalo.

O famoso hospital de Uba Budo Praia, aqui apelaram e perguntaram o que este Governo pensa em fazer, como já disse um deputado, eu sou vizinho desse hospital. Está construído já há mais de 15 anos e acho então que este Governo é chamado a resolver também este problema. É um desafio. Posso dizer-vos que neste momento existem duas intenções ao nível privado de investir naquele local, ainda sem uma proposta concreta. Apresentaram intenções e solicitamos precisamente estas propostas concretas, mas sempre no sentido de investir na área da Saúde. Transformar e dar um carácter de intervenção e saúde, atenção pública e privada. Portanto, é uma questão que esperamos ver resolvida.

Espero que nesta primeira fase respondi genericamente a todas as perguntas.

A questão do Fundo de Kuwait, a proposta do Deputado, acho que o Ministro das Finanças poderá responder.

Não sei se ficou alguma pergunta por responder, nesta primeira fase. Caso contrário, espero mais perguntas.

Obrigado.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Só para esclarecer. Se a ideia é mesmo transferir o bem público e neste caso o centro de saúde para um privado, nos moldes que depois vai analisar, porque ainda não há uma proposta concreta, só há manifestação de interesse, não faz sentido mais de estarmos a falar da proposta de 100 000 euros do Fundo do Kuwait, porque não faz sentido, na minha perspectiva. Portanto, ficou claro que o Governo pensa em transferir esse edifício para fins ligados à saúde, mas no sector privado.

O Sr. O Sr. **Ministro da Saúde e Desporto**: — Pois é.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Pronto.

O Sr. **Ministro da Saúde e Desporto**: — Tendo uma proposta, a gente analisa. Esta é a questão. Se é válida e se está dirigida para a saúde, é melhor ainda. É esta questão.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Ministro, eu trago duas preocupações. Tendo em conta que o Sr. Ministro, na sua explanação, disse que visitou, de Norte a Sul, alguns centros de saúde, quer dizer que o Sr. Ministro também visitou o Posto Comunitário de Diogo Vaz. Aquele posto, Sr. Ministro, iniciou em 2022 e infelizmente no Orçamento de 2024 não foi contemplado e nem tão pouco no Orçamento que estamos neste momento a analisar. Já temos uma infra-estrutura e só falta mesmo acabar. Então, trago uma proposta. Se for possível para nós retirarmos da rubrica do código 71.99, que é do Ministério da Economia e Finanças, que tem a ver com a campanha de avaliação dos prédios urbanos, no valor de Dbs. 2.500.000,00, se possível para terminarmos este Posto Comunitário de Diogo Vaz, tendo em conta a sua importância para a população de Diogo Vaz.

A segunda questão tem a ver com o desporto. Vejo que para as federações está plasmada uma verba de 1.5 milhões de dobras. Tendo em conta o nível do nosso desporto, gostaria que de facto o nosso desporto pudesse ter os melhores resultados, mas eu não tenho propostas e não tenho como o afectar. Assim, Sr. Ministro, acho que deveríamos aumentar este bolo, porque 1.5 milhões de dobras para as federações, é muito pouco.

Obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Espero que o Sr. Ministro tenha registado e os serviços também, sem prejuízo de ser aceite ou não.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Nós estamos justamente a discutir a Área da Saúde, que é uma das áreas que mais preocupação nos causa hoje, enquanto são-tomenses, porque quando olhamos para o nosso Sistema de Saúde, temos que perguntar se nos dá alguma garantia, e concluímos muitas vezes que a garantia é muito pouca, mas é preciso começarmos e é preciso fazermos alguma coisa. Por isso é que eu, quando olho para o orçamento da Saúde, já tive o cuidado de alertar que as nossas percentagens estão longe daquilo que é recomendável pela OMS, entretanto, há verbas que gostaríamos de entender o que é que essas verbas são.

Há pouco tempo, o Sr. Deputado Delfim Neves dizia que ele tinha dificuldade de dizer onde é que tira para pôr onde, porque a saúde é muito complexa. E eu sei que quem vai ao hospital ou quem chega a ter algum parente internado no Hospital Ayres de Menezes é que tem a noção real da situação que se vive no Hospital Ayres de Menezes.

Sr. Ministro, em relação a uma verba que se fala, da construção do hospital em Ferreira do Governo, 72.27, está no resumo das despesas, 10 milhões, mas só que há um problema que eu não consegui entender, porque depois a designação diz «obras de reabilitação/instalação». Não será melhor encontrar-se outra designação para isto? Eu espero que o Sr. Ministro, que está bem por dentro disso, nos ajude a entender se esta designação está correcta. Porque se eu estou a falar da construção de um hospital, mas quando eu procuro designar este projecto eu ponho obra de reabilitação/instalação? Portanto, não sei se é mesmo assim. Se for, eu peço as minhas desculpas, porque nós temos que aprender todos os dias.

Por outro lado, temos também um outro projecto, 6057, que se diz «projecto de reforço do Sistema de Saúde». Em que consiste este projecto, concretamente? O que isto? Projecto de reforço do Sistema de Saúde.

Eu falava ultimamente com um cidadão são-tomense, que também é muito preocupado com os problemas de saúde, dizia-me que o nosso hospital tem camas da era colonial. Algumas camas que ainda temos lá. Por isso é que eu pergunto, o que isto significa? Projecto de reforço do Sistema de Saúde, o que é, concretamente? Porque eu, ao saber o que é, posso dizer, Sr. Ministro, por que não pegar neste dinheiro e fazer tal coisa, no hospital? Mas eu não sei o que isso significa.

Tem um outro ainda, 7051, é outro projecto que me diz o seguinte: «Reposta a emergência COVID-19». E depois, em relação a este projecto, dizem que é estudo de viabilidade e assistência técnica. Então, que

assistência técnica? Em que consiste esse estudo de viabilidade? O que é isto, concretamente? Porque nós estamos a falar de COVID, que existe sim, nós não podemos dizer que COVID desapareceu, não desapareceu, ainda tem havido alguns casos, segundo informações mesmo em São Tomé, mas eu estou a alocar, parecendo que não, um valor superior a 25 milhões de dobras. Para quê isto, concretamente?

Entretanto, eu tenho outra situação. Eu vou encontrar 24.34, isto é, na página 52, projeto de luta contra o paludismo. Mas as pessoas vêm dizer, por que é que ele está a dizer isto? É que isto está justamente no Distrito de Lembá. Então eu pergunto, esta verba que é de luta contra o paludismo vai estar alocada a um distrito? Distrito de Lembá? O que é que acontece? O Distrito de Lembá é o mais afectado com o problema do paludismo? Não será que esta verba devia estar alocada a uma das direções que lidam directamente com a questão da luta contra o paludismo? Portanto, esta é outra dúvida que eu tenho. E porque eu tenho essas dúvidas, Sr. Ministro, eu tenho alguma dificuldade de dizer, Sr. Ministro, tira daqui, põe lá, põe ali. Eu tenho esta dificuldade. Porque o nosso Sistema de Saúde precisa ser devidamente repensado.

Fala-se hoje da construção de um hospital, pergunta-se, dentro de quantos anos nós teremos esse hospital? É preciso manter o Ayres Menezes, e é preciso criar melhores condições no Ayres Menezes.

Eu não sei se já se mudou, Sr. Ministro, eu cheguei a ter uma pessoa amiga internada onde estão os doentes de celulite necrotizante, o homenzinho internou com o problema de celulite, mas saiu de lá com problemas de coluna. A coluna ficou arrumada, porque a altura da cama e o colchão que estava ali... Quando eu fui lá, eu disse, isto é desumano. Portanto, essas questões, eu acredito que não são coisas que temos que gastar muito, vamos fazendo aos poucos.

Por isso, eu quero saber dessas verbas que estão aqui diluídas, que eu não sei qual é o grande objectivo delas. Talvez depois do esclarecimento do Sr. Ministro eu poderei voltar e apresentar propostas concretas.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. **Messias Pereira (ADI)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, boa tarde.

Sr. Ministro da Saúde, tenho aqui algumas questões, mas antes de mais eu quero desejar-lhe força, porque ao ouvi-lo falar aqui nos debates anteriores, definiu claramente que a sua prioridade é a construção de um novo hospital nacional. Como estiveram aqui a falar os outros meus colegas Deputados, que não se vê onde realocar verbas, eu até diria que devia realocar todas as verbas para a construção do novo hospital, mas isso não é possível. Vamos então a isso. Para a Região Autónoma do Príncipe, como todos sabemos, não tem nada assim de especial alocado. Então, não podemos fazer estas transferências nem sugerir nenhum tipo de transferência, mas eu gostaria de saber, Sr. Ministro, foi lançado há pouco tempo, há cerca de 6 meses, penso, a primeira pedra para a construção de um posto de saúde na zona de Porto Real. Foi só para lançar a pedra ou, então, o que é que vai ser feito? Foi algum estudo mal planeado? Mas já que foi lançada a primeira pedra, nós gostaríamos de saber o que será feito desse posto de saúde. Tem um projecto muito bonito, toda gente está satisfeita com esse projecto, mas o papel não serve para nada. Então, eu gostaria de saber o que vai ser feito deste posto de saúde de Porto Real.

Eu também gostaria de saber, Sr. Ministro, eu não sei se o próprio o Sr. Ministro das Finanças também pode ajudar, na verdade, quem é que paga as evacuações médicas. Porque o Governo Regional diz que é ele que paga as evacuações médicas. Afinal é o Governo Regional ou é o Governo Central? Para nós também acabarmos com essas questões sempre de quem paga.

Por último, já que está com a pasta do Desporto, nos últimos orçamentos que nós tivemos aqui, 2023, penso, e 2024, foi prometido à Região Autónoma do Príncipe, pala anterior ministra, o senhor não é culpado, mas nós aqui sempre sugerimos e pedimos que nos fizesse um ginásio coberto ou então a cobertura do polo desportivo da Região Autónoma do Príncipe. Não vejo aqui nada alocado neste sentido, mas é algo que nos faz muita falta. Na Região Autónoma do Príncipe chove bastante, e os alunos que praticam a educação física não têm onde praticar, quando chove. É algo que é muito importante para a juventude, e desporto é saúde.

Eu gostaria de saber se vai haver algum plano em relação a isso.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro (MLSTP/PSD)**: — Boa tarde, Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Srs. Ministros, Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia Nacional, muito boa tarde.

Sra. Presidente, eu tomo a palavra para pedir aos meus colegas Deputados, porque temos que fazer uma corrente para o orçamento do Ministério da Saúde. Falo isso porquê? Porque os gritos vêm de todos os lados, de todos os distritos, são informações que nós recebemos das pessoas que vivem nos distritos. Chamadas telefónicas para socorrer doentes, não há combustível, a dieta é péssima, é precária. Se vamos abrir as páginas, vendo as páginas 52-68, 53-68, aquilo que está alocado para o Ministério da Saúde, eu só peço indulgência dos funcionários do Ministério das Finanças, porque também adoecem, têm familiares.

Em termos de serviços de funcionamento de toda Área de Saúde, aquilo que está aqui é irrisório, há rubricas que nem chegam a mil dobras por mês.

Esse apelo eu faço, porquê? Tem estado a ser de forma continua, sabemos que as coisas estão caras no mercado, e nós não podemos continuar a depender sempre dos parceiros. Nós assistimos nas redes sociais ultimamente um donativo, através da China Popular, medicamentos e alguns equipamentos. E o que é que o Estado aloca para nós?

A nível de todos os distritos, quase que não há ambulâncias boas. Eu falo isso, porque o Distrito de Lobata, o Distrito de Mé-Zóchi, na altura, eu e o meu colega Médico, o Dr. Maia, recebemos uma ambulância, mas já passa de mais de 15 anos, até eu chamo de caixote de gelo, para transportar doentes. Eu vi aqui, mas não sei quantas ambulâncias o Sr. Ministro vai comprar com essa verba, mas a pensar já nos distritos que têm dificuldade. Ouvimos aqui que Cantagalo tem problemas, Caué tem problemas. Como é que será então essa distribuição?

Portanto, o que eu peço, o próprio Sr. Ministro das Finanças está cá, ele que veja as rubricas do Ministério da Saúde. Mesmo para a dieta dos doentes, os produtos estão caros no mercado, e nada se alterou. Eu não sei se a nível dos serviços tem-se que obrigar os directores das DAF do Ministério da Saúde a produzirem um relatório do real gasto das despesas. Porque com isso não haverá melhoria nenhuma, e nós temos cuidados primários, secundários, depois para transferir os doentes. Sobretudo os distritos que têm internamento, e hoje em dia quase todos têm internamento, quase que nada melhorou.

Temos um hospital a construir, sim, é uma coisa, mas se tem que melhorar o orçamento do Ministério da Saúde.

Se nós vamos ver para o Ministério das Finanças, eu nem quero falar, somos todos são-tomense e o Primeiro-Ministro disse que ninguém vai ficar para traz. Então, nós não queremos que a maioria da população fique para traz, relativamente ao acesso à Saúde.

Era apenas esse reparo que eu queria fazer.

Obrigada.

Aplauso do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Filomena Monteiro.
Sr. Ministro da Economia e Finanças, vai fazer intervenção?

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Sim, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde e Deporto**: — Mais uma vez, boa tarde.

Eu quero começar pela última intervenção. Agradecer a Dra. Filomena, por este apelo que faz à Nação, para olhar de forma diferente para a Saúde. Há muitas coisas que serão feitas na Saúde, desde financiamento, aquilo que se faz com dinheiro, até a reorganização. Há muita coisa a ser feita na Saúde, mas mesmo para reorganizar a gente precisa de fundos, para implementar mudanças. Aqui, por exemplo, nós não falamos de formação. Então, há muita, muita coisa a fazer na saúde.

Confesso que não fui muito mais exigente, posso dizer, diretamente com o Ministro das Finanças, durante a elaboração deste orçamento, porque vi nele a preocupação para fazermos algo diferente. Como disse já na minha primeira intervenção, é uma questão de opção, e não se pode fazer tudo num só ano. Esta é a realidade. E tanto é que uma das minhas maiores preocupações foi que se garantisse pelo menos verba segura, orçamentada, para garantia de medicamentos, consumíveis e reagentes.

De Norte a Sul, incluindo o Príncipe, em todos os sentidos, em todos níveis, temos que fazer intervenções. Se a gente quer mudar a saúde primária, a gente precisa de ter meios rolantes para chegar aonde estão as pessoas, a gente precisa de ter ambulâncias equipadas para levar assistentes.

Aqui falou o Deputado Raúl Cardoso das condições da enfermaria de celulite necrotizante. É só um exemplo, há vários outros exemplos. E quero dizer-vos que nós, quadro da Saúde, trabalhamos neste meio. Muitas situações que se podem resolver em São Tomé não se resolvem por falta de condições. Mas como é que se termina? Como é que se pára esse círculo? Como é que nós cortamos o círculo vicioso? Fazendo pequenas intervenções, ou temos que fazer, como alguém já falou aqui, um *reset*. *Reset* tem que ser partilhada, tem que ser de todos. Desde a população até o mais alto Magistrado da Nação.

Realmente é um pouco emocionante falar dessas questões da Saúde, porque pode parecer que eu logo vim cá defender os profissionais. Como alguém diz, cada vez que se tira alguma coisa à Saúde, vêm cá os médicos defenderem, não aceitam críticas e não sei o quê. Mas é preciso estar lá, é preciso saber-se realmente aquilo que acontece. As críticas são bem vindas, as críticas construtivas, não destrutivas. Alguém já se perguntou por que é que alguns médicos emigram? Por que é que alguns enfermeiros emigram? Às vezes não é só dinheiro. Muitos dizem aqui que os quadros da Saúde são os que recebem melhor. Recebem. Mas por quê mesmo assim emigram? Por quê? Façamos esta pergunta. O Deputado José António me perguntou qual é a estratégia que o Ministro da Saúde tem para diminuir a emigração dos enfermeiros e médicos. Qual é estratégia?

Uma voz: — Aumentar o salário.

O Sr. Ministro da Saúde e Deporto: — Não. A questão não é esta. Então, temos que realmente pensar bem naquilo que queremos. É por isso que eu disse que não fui muito exigente com o Ministro das Finanças. Eu acho que a questão da opção por um novo hospital nos vai dar outras condições, outro ânimo de trabalhar num meio com condições.

Deixem-me dar-vos um exemplo mais. Os médicos que trabalham no Serviço de Cirurgias, neste momento, para fazerem um relatório, escrever na papeleta do doente, não têm um lugar condigno para se sentarem. Sentam-se nos banquinhos que estão lá no serviço dos queimados. Há lá uns banquinhos pequenos de crianças de jardim, nós às vezes nos sentamos lá para escrever. Esta é a realidade. E um médico que trabalha nessas condições quer continuar? Continuar a fazer o seu melhor, receber todo tipo de incomprensões, críticas, muitas das vezes há falhas, sim, mas muitas vezes são críticas injustas, eu vos garanto.

Às vezes, quando nós criticamos, temos que ver a realidade. Porque ouvir aquilo que as pessoas dizem, cada um tem o seu nível de literacia em saúde, cada um fala aquilo que acha. Os médicos não gostam muito de vir expor, dizer as coisas, não é feitio dos médicos. Mas há muitas coisas que se fala, porque não se sabe de saúde, e fala-se coisas que não fazem sentido. Nós ouvimos, assumimos, engolimos. Portanto, há muita coisa a se dizer em relação à Saúde. Mas o que é que eu trago? Eu tenho sido directo, fiz já reuniões com os sindicatos todos da saúde, com as Ordens, fiz reunião com os Auxiliares da Acção Médica, Maqueiros, Jardineiros, todos dessa classe, com os técnicos todos, com os Enfermeiros todos, com os Médicos todos, incluindo os especialistas, e pedi-lhes para fazermos mais. Vamos fazer mais e melhor, vamos ter maior rigor. E nisto o Ministro vai implementar algumas medidas de dissuasão, para que cada um faça o melhor possível. Vamos implementar avaliação de desempenho, vamos implementar discussão obrigatória dos óbitos, no sentido educativo, de aprendizagem, vamos implementar mais actividades clínicas de discussão científica. Mas temos que defender os nossos quadros, gente, temos que os promover e estimular. Não podemos estar toda hora a machucá-los. Em breve vamos ter os relatórios dos casos recentes que aconteceram. Há casos que pessoas cometem negligência, vamos ver as razões. Quando a gente discute um óbito, a gente tem que aprender com essa discussão de óbito. Temos que aprender! A ideia não é só castigar. Que ilações tiramos, para não voltar acontecer? Nós vamos tentar puxar dos especialistas, que são poucos. As pessoas não entendem. Eu chego ao hospital, não encontro um especialista e estou a gritar que ele devia estar aqui na Urgência. Devia estar aqui, sim, num país onde ele tem outros colegas, hoje ele vai, amanhã vai o outro. Porque esse mesmo especialista é responsável por fazer exames, fazer leituras, tem grandes responsabilidade, às vezes tem que fazer cirurgia, saí, tem que ir para a Urgência. Vamos imaginar que ele fique fixo na Urgência, no dia seguinte, vai fazer 24 horas lá na urgência? É humano isso? Existe isso em algum lugar? Não existe.

Eu fiz estágio no hospital de Nampula, Norte de Moçambique, lá os médicos também fazem urgência por chamada. Quando são de província que tem menos médicos especializados, faz-se. Mas aqui em São Tomé, nós exigimos que esses médicos têm que fazer o impossível, mesmo assim estou a exigir especialistas. Vão, tem mais presença fixa na Urgência, não vão poder fazer urgências constantes, mas pelo menos um dia por mês o especialista, de X hora, das 14H até às 20H, vai estar lá pelo menos um especialista fixo na Urgência. É para demonstrar que nós não temos medo de fazer urgências fixas. Na minha formação, eu fazia 24 horas nas urgências fixas e no dia seguinte continuava no hospital até 18 horas. Para mim isso é normal, algo suportável. Eu não posso fazer algo insuportável, algo que vai dar cabo da minha própria saúde.

Estou a pedir aos especialistas também que façam um esforço suplementar na formação dos mais novos. Ir fazer consulta nos distritos, para minimizar o impacto dos custos com a vinda dos doentes para o hospital, e também a detenção mais rápida das dificuldades das doenças nos distritos.

Então, há outra questão. Vamos implementar equipa de inspeção para ir atempadamente investigar onde que estão os problemas, queremos com ajuda do Ministério das Finanças, que haja auditoria mais frequente na saúde, para gente detectar onde é que pode haver falhas. Porque se fala muito de roubo na Saúde e tudo. Queremos auditoria.

Só um avanço: as enfermeiras do serviço de Maternidade e a Sra. Diretora dos Serviços de Maternidade, num breve encontro que tive dias depois daquele acontecimento, me solicitaram, Doutor, queremos uma câmera de vigilância ali onde se faz partos. Desde que não ponha a cara das pessoas, queremos câmeras ali, para vermos o que acontece. Vai ajudar as enfermeiras, se calhar, a terem mais cuidado, mas também vai ajudar-nos a saber a verdade. Elas estão dispostas a terem isso. Já mandei saber junto à Autoridade de Protecção de Dados, para sabermos. Portanto, nós vamos exigir dos nossos profissionais de Saúde mais abnegação, maior humanismo, mas queremos que vocês entendam que trabalhar em condições difíceis às vezes pode gerar comportamentos menos adequados, que eventualmente noutras condições não aconteceriam. Desculpem lá esta introdução.

Indo às perguntas, no Príncipe, o Posto de Saúde de Porto Real está numa fase de validação, com o Fundo de Global, mas é praticamente garantido o valor, segundo me informaram, de 252 000 euros, mas está praticamente garantido e vai acontecer.

As evacuações médicas, existe aqui no orçamento, na parte da DAF do Ministério da Saúde, onde diz «Direção Financeira, na página 49, número 839, Serviços de Saúde. Esse valor abarca um pouco aquilo

que são as evocações médicas, mas não há dúvida que o Governo Central deposita uma verba para o Príncipe, e o Príncipe gera também essa parte que tem a ver com as evacuações dos doentes.

O Sr. Deputado José Maria sugeriu retirar do Ministério da Economia e Finanças uma verba, acho que o Sr. Ministro das Finanças depois irá responder a esta pergunta.

A questão das federações, de facto estive a fazer as contas. Se fizermos as contas, 12 federações, vai dar à volta de 5000 euros, em dobras seriam 125 000 por ano para cada federação. É um valor baixo, se quisermos realmente mudar o desporto, mas é alguma coisa. E acho que, da mesma forma que estou a propor para a Saúde, que cada Federação, falando em Saúde, que cada especialidade também nos ajude a melhorar. As federações também podem muito bem ter contactos no exterior ou com ONG, se precisarem do apoio institucional do Governo para dar o ok ou maior credibilidade, estamos disponíveis para avançar e concretizar eventuais apoios que as federações possam obter.

Sabemos que temos federações que já têm algum apoio, mas há outras que não têm. Há federações que têm seu autofinanciamento, pode-se dizer assim. Se calhar deveriam fazer um pouco mais, esta é a realidade.

Todos sabemos que a Federação São-tomense de Futebol tem um valor bastante alto para a nossa realidade até e poderia muito bem fazer muito mais. Esta é uma realidade incontestável.

Aplausos.

E poderia, se calhar, ajudar outras federações. Também temos o apoio do Comité Olímpico, e também deve incluir no Desporto.

A questão do Projecto de Luta Contra o Paludismo, acho que de facto é um erro de localização do Projecto, é mesmo do Centro Nacional de Endemias.

O projecto do novo hospital não vai invalidar o Ayres de Menezes. O novo hospital está projectado para ter 220 camas, o Ayres de Menezes hoje tem 470 camas...

Murmúrios.

...pois é. A ideia do novo hospital é que realmente seja um hospital de referência.

Vamos imaginar, hoje falamos de nível primário. Qual é o nível secundário que temos?

Quase todos os doentes dos distritos, assim que estão graves, vão parar ao Hospital Ayres de Menezes. O nível secundário onde é que está? O Ayres de Menezes vai ter que continuar a dar resposta em várias situações, aliás pela sua localização também, em volta Oque-Del-Rei, Bairro da Liberdade, Pótó-Pótó, toda essa região, vamos ter que melhorar alguns serviços aí. O novo hospital, com suas poucas camas, é para ser um hospital eficiente. Um doente que entra hoje com uma patologia cirúrgica não deve ficar muito tempo, deve sim ser resolvido rapidamente, para que a sua cama seja mais rentabilizada. O que é que temos hoje no Ayres de Menezes? Um doente chega, fica 2, 3 meses numa cama a gastar tudo que tem que gastar, e não paga nada. Esta é a realidade. A nossa saúde é gratuita. Embora sabemos que hoje já se faz gastos com exames, as pessoas pagam, dado o nível económico da nossa população, dizemos que «está puxado», mas mesmo assim ficam a saber que não é o preço real. O preço real é muito mais alto.

Até hoje na urgência do Hospital Ayres de Menezes não se paga. Enquanto nos distritos cobra-se alguma coisa, no Ayres de Menezes não se paga. E o que é que acontece? Isso também tem sido um factor que faz com que muita gente vá parar no Ayres de Menezes, directamente.

Portanto, há muito a se dizer. O novo hospital é para ter condições de rentabilização das suas camas, para que os doentes não tenham que demorar muito, ter um diagnóstico mais a tempo.

Uma questão que não me perguntaram, mas que alguém, se calhar, tem em mente para me perguntar é a questão de hemodialise. O novo hospital está projectado para ter hemodialise. Não obstante isso, porque doentes de São Tomé e Príncipe a necessitarem de hemodialise estão fora do País, este Governo não está parado. A questão de hemodialise está na agenda e estamos à procura de apoios. Está sempre na agenda e pode ser que a qualquer momento a gente consiga um parceiro que nos materialize esse velho sonho.

O Projecto de Reforço ao Sistema de Saúde e também o Projecto de Emergência Covid-19. A Covid-19 já foi, mas a Organização Mundial da Saúde, OMS/África viu que, a partir daquilo que aconteceu com a Covid-19, os sistemas de saúde devem estar melhor preparados para futuras doenças de epidemias, de emergência. E foi-se alargando esses apoios para o sistema de saúde na nossa região, nosso continente, para fortalecer a sua capacidade de diagnóstico atempado das epidemias. Portanto, graças a esses dois projectos temos conseguido muitas das coisas que vêm a acontecer hoje nos postos de saúde. Parece que não, acreditam que por exemplo a digitalização/informatização, este reforço do sistema de saúde, são vários passos que junto com a OMS estamos a dar, para ir melhorando a capacitação dos nossos quadros, criando condições para uma resposta mais ajustada consoante os eventos.

Por enquanto são essas as perguntas que tenho registadas, mas estou disponível para mais questões.

A Sra. Presidente: — No momento de Saúde todos ficamos calados, porque não há para onde fugir. Temos uma clínica referenciada, é verdade, clínica privada, mas quando a coisa se estraga é para o Hospital onde todos vamos parar. Portanto, a situação da saúde é uma situação muito delicada.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Vou começar pelo lado mais sensível, conforme disse aqui a Sra. Presidente, e comprehendo as preocupações da Sra. Deputada Filomena, quando diz que os técnicos das Finanças também vão ao hospital. Deixa-me dizer que esta é uma questão muito sensível para mim, contar um episódio triste. Na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, levei a minha mãe ao Hospital, no Domingo antes de ela falecer, e uma médica disse que não havia sítio para ela poder ficar e que não se está a construir novo hospital. Então, o que se acabou por fazer é leva-la para um dos blocos que se pretende demolir, se se tiver que construir o novo hospital no mesmo sítio. Aquilo que faço para a Saúde, às vezes costumo dizer para mim mesmo que o Ministro da Saúde é o meu chefe. Envio mensagem para ele às duas da manhã e ele me diz, o senhor não dorme? Está aqui ele como testemunha. A convidado para irmos à reunião, por causa do novo hospital.

A questão de evacuação de doentes, frete do avião para a Região Autónoma do Príncipe é da responsabilidade do Governo Central e é algo que é inegociável para nós.

A questão das marmitas para a cozinha do Hospital, falando de marmitas, muita gente pode pensar que são aquelas marmitas que se põe comidas, mas não, são as panelas que se cozinha, que se faz a comida no hospital. É algo que também é inegociável, quando pede o Sr. Ministro da Saúde.

A questão de compra de medicamentos, inegociável, prioridade número 1.

A questão de compra de reagentes, inegociável, prioridade número 1.

Compra de consumíveis, inegociável, prioridade número 1.

E a questão de saúde não é uma questão porque os colaboradores das Finanças não vão ao hospital. É uma questão de que o responsável máximo do Ministério da Economia e Finanças abraça a causa da saúde e não começou a abraça-la quando faleceu a sua mãe. No anterior Conselho de Ministros, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, não está cá colegas que transitaram do governo, até fazia confusão para o novo hospital, porque se queria avançar com uma clínica privada, e eu fazia confusão para se avançar com hospital. Por isso, a questão da saúde, na pessoa do seu responsável máximo, e acredito todos os técnicos do Ministério das Finanças, é uma questão muito sensível para nós. Por isso, é prioridade número 1 e é inegociável. E muitas vezes até ponho à frente do pagamento dos salários, porque sem vida não adianta a gente receber o salário.

O Sr. Deputado Wuando Castro teria levantado a questão de que não vê onde é que está a dotação de evacuação dos doentes que sempre esteve. Está na rubrica «5370, encargos gerais do Estado».

O Sr. Deputado Delfim Neves levantou uma questão, para poder entender «outras despesas correntes diversas», o que é isto? Temos a classificação orçamental. Todas as despesas que são pagas devem ser pagas de acordo com a classificação orçamental e todas aquelas que não encontram lugar em nenhuma classificação orçamental entram para «outras despesas correntes diversas».

Uma voz: — Quer dizer que são várias!

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — São, sim senhor, porque no fundo acaba por ser quase como despesas diversas e imprevisibilidade. Por isso é que em muitos ministérios tem ali e várias despesas são pagas com outras despesas correntes diversas, porque em termos de classificador orçamental não encontra designação em mais nenhuma outra rubrica.

O Sr. Deputado Elálcio levanta a possibilidade de tirar a verba do Fundo do Kuwait. Impossível! A verba do Fundo do Kuwait é uma verba consignada para o novo hospital, e não mexem esse dinheiro para nada. Por isso, infelizmente não se pode dar vazão a isso.

O Sr. Deputado José Maria levantou a possibilidade de tirarmos qualquer valor ali na questão do Ministério da Economia e Finanças (MEF), sim, vamos atender a esta preocupação. Já tinha falado aqui com o Sr. Ministro da Saúde, ele disse que visitou Diogo Vaz e já tem ali qualquer coisa, mas falta acabar. Vamos tirar 1 milhão e aplicar ali no Posto de Diogo Vaz.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Não há que agradecer, porque a saúde está em primeiro lugar, então, é uma questão sensível para todos nós.

Temos a questão de Luta Contra o Paludismos, que foi levantada pelo Sr. Deputado Raúl Cardoso. De facto há uma gafe, porque ao nível dos investimentos públicos é nacional, só que quando se vai ver na parte das despesas mais detalhadas está Lembá, mas é uma gralha que temos que corrigir. E já agora, aproveitar para dizer que todas aquelas gralhas que se foi falando no debate da generalidade, creio que todas elas já estão corrigidas, porque adoptamos um orçamento que vinha do outro governo e quando assumimos funções não tivemos tempo para ver os detalhes, preocupamo-nos mais com a questão dos investimentos.

Creio já ter respondido a todas as preocupações que aqui foram levantadas e voltar a reforçar que a questão de evacuação dos doentes da Região Autónoma do Príncipe é da responsabilidade do Governo Central.

Pretendemos levar a cabo o novo hospital, que só estariam a fazer favor a nós mesmos. E temos na Saúde a questão de «construção de central de esterilização». Com o novo hospital, já se prevê uma central de esterilização. Ao invés de termos essa verba ali, o que queremos fazer é realocar para o bloco operatório

da Região Autónoma do Príncipe, de forma a dar vasão a essa preocupação que existe ao nível da Região Autónoma do Príncipe. Embora o valor não seja o total daquilo que foi apresentado, a ideia é fazer a reafectação desta verba para o bloco hospitalar da Região Autónoma do Príncipe.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Luís.

O Sr. **Alberto Luís** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, boa tarde.

Trago a preocupação que coloquei ontem e acho que o Sr. Ministro da Saúde não respondeu, relativamente ao campo de futebol em Portalegre.

Eu disse que a equipa precisa de um espaço para a prática desportiva. Já manifestaram, da parte deles, apoio das pessoas de Portalegre, em fazer parte com meios internos, falta a outra parte, que poderia ser do Governo, através de apoios sociais com a Empresa AGRIPALMA que está próxima.

Não sei se, através do Governo, pode haver essa parceria junto à AGRIPALMA, que tem máquinas disponíveis, e poderá ajudar a reconstruir o campo de futebol em Portalegre.

Já existe espaço, próximo à estrutura da casa da EMAE, já foi aberto pelos próprios jogadores da equipa, há uma vontade da parte deles, daí que só precisam de uma mão do Governo, para que continuassem a praticar o desporto em Portalegre, porque cada vez que se deslocam para a prática desportiva em diferentes campos, são obrigados a pagar 1500 dobras por cada jogo.

Quando se deslocam de Portalegre para Ribeira Peixe, têm que pagar o campo. Quando se deslocam para jogar em qualquer outro campo, têm que pagar um valor. Isso tem custado muito à equipa, que já tem dificuldade devido a própria distância em que se encontram em relação a outras comunidades.

Aproveito também para felicitar a intenção do Ministério, em dar uma mão ao Centro de Saúde de Caué e também a reabilitação do Posto de Saúde de Portalegre.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, tomo a palavra para poder reforçar ao Sr. Ministro da Saúde a situação que vivem as pessoas da Comunidade de Portalegre, em termos de transporte para deslocação de doentes. A única ambulância que estava em Portalegre foi retirada e mandada para a Área de Saúde de Caué, quando houve acidente com outra ambulância, e a primeira ambulância já estava na cidade há mais de um ano, na oficina. Até hoje não temos resposta. Então, foi-se obrigado a retirar essa ambulância da comunidade de Portalegre e mandar para Angolares.

No dia em que houve aquele acidente com a turista, a carinha tinha trazido um paciente para Angolares e a pessoa ficou muito tempo naquele espaço, porque não havia transporte de socorro. Toda gente sabe que no Distrito de Caué dificilmente carros passam todos os minutos ou todas as horas, e isso também fez com que a pessoa em causa não pudesse resistir a graves ferimentos.

Volto a trazer isso, Sr. Ministro das Finanças. Vimos que o senhor elencou n pontos que são prioridades para a Saúde, ver também que a comunidade de Portalegre precisa de atenção, principalmente para aquilo que é a reparação das duas ambulâncias que se encontram aqui na cidade há mais de 1 ano.

O Sr. Ministro da Saúde aqui referiu à visita que fez ao nível de algumas áreas de Saúde, aonde viu que a casa que alberga os enfermeiros em Portalegre está em ruínas, mas não vejo no orçamento a reabilitação da casa dos enfermeiros, mas sim reabilitação do hospital de Portalegre. São coisas totalmente diferentes, não sei se com esse valor de 500 000 dobras será possível a reabilitação do hospital e também a reabilitação da casa dos enfermeiros.

Em termos de consumíveis, Sr. Ministro da Saúde, ao nível de Caué, precisa aumentar mais um pouco o combustível, porque antes havia situações em que a ambulância vinha para a cidade uma vez por dia, mas há tempos em que a ambulância vem três, quatro, cinco vezes por dia, por causa de alguns acidentes. Então, para ver se volta a reforçar a verba para combustível, porque não me sinto bem, quando várias vezes vejo uma ambulância que socorre doentes na estrada parada por falta de combustível.

São essas informações, esses apelos também que nós ao nível do Distrito de Caué queremos deixar, e que não coloque no segundo ou terceiro plano, porque é prioridade, sim, devido o distanciamento.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Ministros, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho em nome do povo de S. Gabriel. É uma zona de Água Grande que já tem duas mesas de voto, que inclui pessoas do Bairro Verde, os dois lados de S. Gabriel, mas lá não tem um jardim, não tem posto sanitário, não tem nada. Há lá um terreno que alguns políticos têm disfrutado desse terreno para a sua vida pessoal, e os próprios moradores têm estado a sofrer, render e não têm levado nada. Há pouco tempo era para um chinês fazer uma obra lá, não sei o que era, mas não avançou. Peço que coloquem isso como um projecto, sabendo que lá é uma zona que tem muitas pessoas agora. Desde Bairro Verde, atrás de Quinta de S. António até Praia de S. Gabriel as pessoas votam, tem muita gente e precisamos fazer um jardim pelo

menos, porque as crianças, principalmente o meu bebé está na escola privada, porque é muito longe colocar a criança na moto até S. Marçal. A maioria das crianças de lá estuda no Jardim Tartaruga, ou Jardim das Madres.

Uma Voz do ADI: — A Ministra da Educação já foi.

A Sra. Izilda Domingos (ADI): — A Sra. Ministra da Educação já se foi, peço desculpas, que o Sr. Ministro das Finanças anote isso.

Risos e aplausos.

E também vim em nome das pessoas do Mercado de Bôbô-Fôrro, por causa de algumas coisas que estão a acontecer lá no Mercado. O Mercado não está bem protegido, lá tem um posto de polícia e tenho estado a falar com eles, por causa de roubos, e disseram que não dormem lá quase por causa de condições do posto. Acho que isso é para a Sra. Ministra da Justiça, para ter em conta que lá é um mercado com muitas mercadorias das pessoas,...

Murmúrios.

...pelo menos estou a falar alguma coisa que pessoa entende,...

Aplauso do ADI.

... estou a falar a minha língua, as pessoas entendem e estou a falar para *palaiê*, não estou a falar para um jurista, para doutores.

Aplauso do ADI.

... as pessoas têm estado a perder muitas mercadorias. Ultimamente roubaram uma palaiê muita carga, e queremos segurança no Mercado de Bôbô-Fôrro. Queremos protecção e segurança, porque a vida está difícil para as pessoas estarem a perder suas mercadorias de maneira como têm perdido. Não têm onde guardar, e à noite as pessoas saltam o cercado, entram de qualquer maneira, porque nem portão o mercado tem. Praticamente, é mercado e também um sítio normal, aberto, qualquer pessoa pode entrar, apesar de ter segurança, mas o mercado é grande, são três mercados formados em um, precisa de segurança.

Eu dou minha contribuição. Se poder pôr uma máquina de filmagem, acho que é melhor.

Riso geral.

«*Firmar*» pessoas que entram e saem do mercado, para controlar o mercado.

Murmúrios.

Uma voz: — Uma câmara.

A Sra. Izilda Domingos (ADI): — Uma «câmara de afirmação» para mim é melhor.

Risos e murmúrios.

Estou a falar directo para as pessoas em casa, que estão a entender aquilo que eu estou a falar. Os Deputados são aqueles que trazem a necessidade de seu povo e está ligado ao seu povo.

Aplausos.

E também eu quero falar sobre mães carenciadas. Eu conheço mãe carenciada com oito filhos, e ela não recebe esse dinheiro. Ela tem oito filhos e ela cria esses filhos sozinha. Eu conheço muitas mães que ainda não foram beneficiadas com esse dinheiro. Eu quero que o Sr. Ministro da Segurança Social tome conta disso. Não sei o que se passa. Quem é mãe carenciada não recebe dinheiro. Há quem está com cabelo de 2, 3 milhões na cabeça, amarra lenço e vai tomar esse dinheiro. É triste!

Muito obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Izilda Domingos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Obrigado, Sr. Presidente.

Mas antes eu gostaria de felicitar o Sr. Ministro da Saúde, pela clareza e coragem de enfrentar os problemas de frente, e apresentar soluções. Obrigado, Sr. Ministro.

Também eu gostaria de agradecer o Sr. Ministro das Finanças, pela sua sensibilidade à causa da saúde.

No entanto, sendo saúde prioridade das prioridades para todos nós, a explicação que deu sobre «outras despesas correntes diversas», eu somei só um ministério, não vou dizer qual é, porque nem sequer chegamos lá. Essa rubrica tem uma média de Dbs. 1.7 milhões. E quando eu vejo para a rubrica «manutenção e conservação nos centros de saúde», tem valores muito irrisórios. Eu falo disso porquê? Priorizamos medicamentos, inegociável, reagentes, inegociáveis, consumíveis, óptimo, mas temos que ver a questão da higiene, porque é muito importante também para a saúde. Higiene não é apenas limpar o chão. Higiene hospitalar é muito mais profundo, e mais, decorre da manutenção diária. Posso ser tratado muito bem, depois vou à casa de banho do hospital e acabo por apanhar uma infecção, lá mesmo dentro do hospital. Porquê? O espaço onde fui tratado está muito bem, mas a casa de banho está em más condições. Daí que, como primo muito pela higiene, eu sou muito exigente até comigo próprio, eu gostaria de fazer uma proposta concreta. Que nestas verbas, não vou especificar o ministério, deixo isso à mercê do Sr. Ministro das Finanças, nesta rubrica de «outras despesas correntes diversas», que são imprevisibilidades, retirar 20% de forma transversal e alocar para reforçar a rubrica «manutenção e conservação nos centros hospitalares» e também a questão da dieta alimentar.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Falando agora da questão da higiene, lembrei-me do dia em que a higienização me traiu. Porque eu dizia que uma simples higienização da mão também contribui muito para saúde e para doença. Enfim!

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. Messias Pereira (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como a questão da saúde é algo prioritário e algo que nós não podemos deixar e nem tratar de ânimo leve, é esta questão que eu trouxe para aqui devido às evacuações médicas. Quando eu coloquei aqui a questão de quem paga a deslocação médica dos pacientes da Região Autónoma do Príncipe para São Tomé, coloquei com um prepósito, porque é algo que gera muita controvérsia na Região Autónoma do Príncipe, e que tem um custo bastante elevado. É que o Governo Regional afirma que em 2023 gastou Dbs. 4.552.000,00 com evacuações médicas e em 2024 gastou Dbs. 3.958.000,00 em evacuações médicas, isto com fundos próprios. E aqui o Sr. Ministro deu uma resposta que entra em contradição com aquilo que o Governo Regional disse.

Na verdade, o Governo Central considera as receitas próprias da Região Autónoma do Príncipe como transferências para os cofres da Região Autónoma do Príncipe ou esses valores são, a *posteriori*, devolvidos à Região Autónoma do Príncipe? É uma dúvida que nós precisamos esclarecer, porque é algo que vem de muitos anos, é um valor bastante elevado, e quem suporta esse custo, sendo a Região Autónoma do Príncipe, é um valor bastante elevado.

Eu não sei, também está aqui um deputado que foi Secretário das Finanças, não sei se pode confirmar, se isso é verdade ou não, quem paga realmente é a Região Autónoma do Príncipe ou não?

Obrigado.

Mais uma questão. O Sr. Ministro disse que tudo está a ser imputado a este Governo. É uma bala perdida, certo, o senhor tem que aguentar, não é?

A cobertura do nosso polo desportivo ou então construção de um ginásio para a Região, não me deu resposta.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

Nós ainda temos três inscritos e mais um Ministério. Eu estaria a sugerir para amanhã nós deixarmos o segundo período livre, para quem quiser ir ao funeral ter como ir. Assim sendo, nós teríamos que concluir a agenda de hoje. Porque se eu passo para amanhã, pese embora 2 anos e 4 meses, todos os dias que eu agendo a reunião plenária, com a anuência da Conferência de Líderes Parlamentares, da Ministra ou já era Ministro dos Assuntos Parlamentares, agendamos para as 9 horas. A esse tempo todo, eu estou cá às 9 horas, mas nunca se começa às 9 horas. Se fosse uma casa parlamentar em que os Deputados e Deputadas respeitam o horário, permitam que eu diga, e é verdade, nós começáramos às 9 horas. Não sendo assim, durante esse tempo todo há registos, todo mundo sabe que não começa, e eu não vou correr o risco de dizer, vamos passar este Ministério para amanhã, porque nunca começa às 9 horas. É real.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Amanhã vai começar às 9 horas.

A Sra. Presidente: — Vírgula. Então, vamos concluir a nossa agenda de hoje, amanhã logo se vê.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Há bocado o Sr. Deputado Delfim Neves felicitou o Sr. Ministro da Saúde. Sr. Ministro, quando vejo sempre um médico como Ministro da Saúde, para mim isto me dá mais garantias em relação àquilo que é a

gestão que se faz da Saúde em São Tomé e Príncipe. Parece-me que o senhor não só tem a coragem para lidar com o sector, como está a convencer os seus colegas a acompanharem, para efetivamente poderem fazer o melhor que podem fazer em prol da nossa saúde.

Também o Sr. Ministro, porque nos diz claramente que tem uma grande sensibilidade para com os problemas da Saúde, assim sendo, vamos ver o que nós conseguimos fazer em prol efetivamente da Saúde do nosso país.

Sr. Ministro, há um problema e eu por acaso vejo no orçamento isto, que é a questão das ambulâncias. Um cidadão ainda ontem procurou uma ambulância, o serviço de Bombeiros de Água Grande, e com alguma pena lhe comunicaram que a ambulância estava na oficina. E quando eu vejo aqui que se vai adquirir ambulâncias, são cerca de 3 milhões de dobras, cento e tal mil euros, quantas ambulâncias vamos comprar, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro da Saúde e Desporto: — Três ambulâncias.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Três. Projetado três ambulâncias. Portanto, cerca de três ambulâncias não são suficientes, mas eu espero que todos os anos e no quadro daquilo que disse o Ministro das Finanças, na verdade todos nós temos que pegar a saúde e transformá-la como prioridade das prioridades. E meu apelo ao Governo é que para o próximo orçamento vamos fazer um esforço para chegar aos 15%, pelo menos recomendado pela OMS. Vamos fazer esse esforço.

Mas eu tenho uma pergunta. Há uma ambulância, eu não sei se aquilo é ambulância, se aquilo é um carro, oferecido pela República Popular da China. O que é feito desse carro? Porque é um meio com que eu nunca sei o que se faz. Eu sei que quando vou ao hospital encontro aquilo lá encostado num canto. Não tem nenhuma importância para o nosso Sistema de Saúde?

É isto que eu também gostaria de saber, Sr. Ministro, e obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino de Jesus, penúltimo inscrito.

O Sr. Laudino de Jesus (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente, cumprimentado a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros.

Eu vou ser breve, apenas uma pequena questão para o Ministro da Saúde e Desporto, desta vez na vertente de Desporto.

Bom, nós ouvimos há bem pouco tempo o Sr. Ministro dizer que há uma rubrica que é «apoio às federações». Essa rubrica, contas feitas assim a correr, dá por aí cerca de 125 000 dobras por federação. Nós sabemos que há federações com mais possibilidades de encontrar outros apoios, outras não, e também sabemos que há federações, ou seja, o desporto coletivo. Portanto, para este valor de 125 000 dobras para desporto colectivo não é nada. Mas nós temos desportos individuais, que já deram prova, sempre que vão a competições conseguem, portanto, colocar o nome de São Tomé e Príncipe lá em cima. Eu falo concretamente do taekwondo, eu acho que toda gente aqui já ouviu falar. O taekwondo é um desporto individual que já deu muitas medalhas a São Tomé e Príncipe. E há aquela massificação deste desporto, significa dizer que o taekwondo tem um projecto chamado Projecto Olímpico, que é para colocar a prática deste desporto em todos os distritos. Também como já disseram muitos que me antecederam, é uma forma de ocupar os nossos jovens, deixá-los fazer alguma coisa útil e associar o desporto à saúde. Desporto é saúde, é vida. Neste caso, este valor de 125 000 dobras nem sempre chega às federações.

O apelo que eu faço aqui, Sr. Ministro, é que mesmo pouco, com a anuência do Sr. Ministro das Finanças, que esse valor chegue às federações. Porque para uma federação de desporto individual, 125 000 dobras fazem muita diferença, sem falar dos atletas que nós temos fora do país, nos centros de alto rendimento, e que precisam também do apoio do País. Porque depois, quando são chamados para representarem o País, muitos se desviam e vão representar outras bandeiras, em vez da nossa bandeira, justamente reivindicando que não têm apoio do País. Então, preferem representar outro país ao invés de representar São Tomé e Príncipe.

Portanto, mesmo este valor pouco, que se faça chegar às federações e, se calhar, encontrar uma forma de apoiar esses atletas que se encontram fora do País, nos centros de alto rendimento.

Era apenas isso.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Laudino de Jesus.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno, para fecharmos.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Ministro das Finanças e Sr. Ministro da Saúde, precisamente, vim cá para me dirigir a vós.

Sr. Ministro da Saúde, de facto deve ter compreendido a minha posição inicialmente com relação ao debate e, por este motivo, eu não consigo fazer algumas intervenções pontuais sobre a questão da Região Autónoma do Príncipe. No quadro da definição orçamental, eu não sei o que está definido para o Príncipe

ou não. Não consta. Todavia, quero manifestar bastante preocupação perante os problemas que os serviços de saúde, na Região e em São Tomé, enfrentam nesta altura.

Claro que são situações já de algum tempo, não se vai resolver tudo ao mesmo tempo, é verdade, mas também eu quero dizer-lhe que não sei se no programa consta aquisição de ambulância, sobretudo, e melhoria de abastecimento do hospital com medicamentos, para ajudar um pouco o sistema. Porque eu sempre disse e continuo a dizer que o nosso hospital está a funcionar com um nível abaixo de um posto de saúde, e isto é bastante preocupante.

Sr. Ministro das Finanças, eu quero primeiro dizer-lhe que é minha luta todos os dias que haja transparência na gestão da coisa pública no Príncipe. Até porque eu escolhi o Príncipe para viver, e eu concordo consigo na explanação que fez aqui. O Governo tem todos os mecanismos legais para poder usar, pressionar, para que de facto haja clarificação na gestão da coisa pública. Basta aplicar a lei, e aqui estaremos para acompanharmos o processo.

Por outro lado, quero dizer-lhe, é com bastante grado que eu tomo registo da proposta que o senhor próprio faz sobre esta questão de transferência de verba de uma rubrica para outra que afecta para Região Autónoma do Príncipe. Eu não o faço por causa das questões previamente conhecidas por nós.

Portanto, também preciso dizer-lhe que tenho sido surpreendido pela positiva, e penso que tem apresentado um bom nível de debate aqui nesta discussão do orçamento, e eu acho que é com este tipo de comportamento que o País consegue conhecer dias melhores.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.

Agora, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde, para nós fecharmos o Ministério da Saúde e Desporto.

O Sr. Ministro da Saúde e Desporto: — Mais uma vez obrigado, vou ser bastante conciso.

Em questão do campo de futebol de Portalegre, tendo alegado a questão de massificação de desporto, eu acho que vou mesmo tudo fazer junto a quem tem que ser, para conseguirmos. Como disse e bem, é só pôr o terreno e pôr lá uma bola e as balizas. Portanto, futebol é o desporto mais universal, e acho que se nos emprenharmos, conseguimos fazer isto.

A Deputada Beatriz, de novo a questão de ambulância. O posto de Portalegre em si tem algumas falhas. A maneira como fizeram a porta, distância da cobertura, há infiltrações, casa de banho, mas eu achei realmente que a questão da casa dos enfermeiros é mais lamentável. Eu acho que podemos equacionar o valor, mas também já orientei a equipa de Micro Projectos de Japão para ir lá fazer visita e lhes disse que aí é uma prioridade.

Só para acrescentar, na visita que eu fiz, encontrei lá os enfermeiros, realmente a casa é quase inhabitável. O calor está aí dentro, com janelas sem condições, por isso está lá pregada, é um forno, em condições realmente terríveis. Os enfermeiros que estão lá são enfermeiros de Chácara e S. Marçal, esta é a realidade, deslocados, e recebem o mesmo valor de um enfermeiro que está na Cidade Capital. É por isto que, ouvindo também os enfermeiros nas reuniões que tive, me falaram dessa questão e já estamos a arranjar algumas alternativas. Por exemplo, vamos conseguir uma motorizada para os enfermeiros de Portalegre, para que nos seus descansos possam pegar uma mota e passear, ter alguma coisa. E vamos também ver se conseguimos algum subsídio extra para quem está deslocado nessa região tão distante.

Falou da questão do combustível. Realmente eu vejo, mesmo antes de ser Ministro, muitos carros, muitos jovens funcionários, com talões de combustíveis a distribuírem, entregar amigo, primos. É uma realidade do nosso país, e o hospital fica sem combustível, os carros do hospital anda sempre na reserva. Isto dá cabo do carro.

Temos que pensar todos nesse país, realmente com consciência. O bem público, nós estamos a pensar em nós, depois nós mesmos nos queixamos de que o Estado não faz nada. Estamos a dar cabo do bem público.

Portanto, essa questão de combustível realmente é muito sensível, e não sei como é que podemos... se calhar Caué, pela sua dimensão e distância da estrada, merece um pouco mais.

Deputada Izilda Domingos, em S. Marçal existe um posto de saúde, que também é um dos que tem mais problemas, dado a sua pequenez.

Estive lá, apresentaram a ideia de ampliar um pouco para trás, também é um espaço pequeno, mas eu acho que não justifica.

Embora Água Grande tenha maior população, não é muita distância chegar a S. Marçal. De S. Gabriel, Bairro Verde para S. Marçal é pouca distância. Mesmo para o Centro de Saúde de Água Grande, é pouca distância. Portanto, nós temos que racionalizar.

Foi feito um posto de saúde aqui na Chácara, mas fica vazio. Porquê? Porque as pessoas, quando descem de carro de Bôbô-Fôrro, em vez de pararem na Chácara, vêm directo para o Centro de Saúde de Água Grande, e o posto foi construído.

Uma voz: — Em Madre Deus.

O Sr. Ministro da Saúde e Desporto: — Em Madre Deus, desculpem. Há dias que pode ter movimento, mas não é assim tanto. Quer dizer, a projeção se calhar falhou aí, é minha opinião.

Sr. Deputado Delfim Neves, muito obrigado pela observação que fez, na rubrica dedicada à higienização do hospital. Depois de ter o orçamento já feito, fui informado, pela Administração do Hospital Central, que anteriormente fazia por volta de 70 000 dobras por mês. Neste momento, está em 12 ou 13 000 dobras por mês, e quase constantemente não há nem lixívia para se fazer a limpeza. Portanto, muito agradecido. Espero que o Ministro das Finanças tome em consideração e façamos essa atribuição, esse aumento de valor para higiene, que realmente é fundamental.

Sr. Deputado Messias, da Região Autónoma do Príncipe, esta questão de evacuação, o senhor fez uma solicitação ao Deputado Hélio Lavres, eu acho que mesmo em particular vocês podem esclarecer essa situação.

Risos geral.

Pois, eu acho que nós temos outro problema maior, que é a evacuação médica para o exterior. Isto sim realmente é uma chatice. Realmente. E é uma questão que o Ministro da Saúde é diretamente pressionado, toda gente sabe, e é bom que a população escute agora o que eu vou dizer. O Ministro da Saúde deve actuar igual para todos.

Quando uma coisa acontece no Ministério da Saúde, podem crer, não precisam estar a dizer, se o Ministro da Saúde não faz nada, ele já está preocupado automaticamente, e deve ser assim sempre. Um doente que tem o relatório de junta médica feito, todo processo feito, está a aguardar a evacuação, as pessoas têm tendência a ir para o Ministério para resolver o seu problema. É legítimo, porque quando uma pessoa está numa situação de aflição, procura de todas as forma resolver.

Situações que têm a ver com entraves, por exemplo, recentemente aconteceu que não havia mais lugar no voo, situação de uma senhora que tinha uma consulta de oncologia na semana a seguir, iria perder essa consulta e para remarcar uma consulta de oncologia iria levar outros 3, 4 meses, quem sabe. Justificava as pessoas cederem e tentamos fazer os contactos possíveis. Graças a Deus, com a contribuição da companhia, conseguimos que a senhora fosse. Há essas situações pontuais, realmente, mas há coisas que depende mais de lá, Portugal, e toda gente que acompanha as notícias de Portugal sabe qual é a situação real da saúde em Portugal. É uma catástrofe. Se para os cidadãos portugueses não há uma resposta eficaz, eles estão a nos ajudar, como esperamos ter privilégios? Isto é chato, é difícil, mas quero dizer a toda gente que a ideia é fazer igual para todos.

Carro de ambulância ofertado pela China, acho que é um carro que também, pelas suas características, não é dado, pode-se dizer assim, para actividades de longa distância, rapidez, socorro, devido algumas vias que temos no País, mas não tenho agora informação real de como é o estado dele actual, em termos de funcionamento e equipamentos que estão lá dentro, mas sei que de vez em quando opera em situações pontuais, onde se faz campanha. Está aí e dá a sua contribuição.

Desporto individual, Sr. Deputado Laudino, atletas de alto rendimento, é algo que com muita vontade realmente, é disso que precisamos, valorizar as pessoas que nos representam. E um atleta que está no exterior, está a representar São Tomé e Príncipe, merecia um pouco mais, se calhar mesmo em gestos, palavras de incentivo, dizer que o País está a seguir e dá todo o apoio à contribuição que dá para o País.

Estive a conversar também com a Directora do Desporto, e ela colocou a possibilidade de bolsas para os atletas. Por exemplo, há jovens que vão para cursos profissionais que têm talento para a prática do desporto. Se a gente der bolsa de desporto, que ele vai já como um estudante desportista, tem mais facilidade de integrar-se numa academia e poder desenvolver o seu potencial. Isso é uma questão que podemos ver como facilitar.

Disse aqui que em São Tomé e Príncipe as populações estão muito próximas dos postos de saúde e na Região Autónoma do Príncipe estão a 2 horas. É por isso, Sr. Deputado Conceição Moreno, que decidimos realmente a questão do bloco operatório do Príncipe. De uma vez por todas, vamos fazer todo o esforço para ver esse bloco concluído. Porque aí sim, encurtaremos essa distância.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Sra. Presidente, só para fazer um reparo.

De facto, quando a gente olha para o documento do OGE como tal, normalmente entregamos OGE e as GOP e depois também entregamos um ficheiro anexo e esse ficheiro foi entregue à Mesa da Assembleia. É lá nesse ficheiro onde o Sr. Deputado Conceição Moreno pode ver os detalhes dos investimentos para a Região Autónoma do Príncipe. Portanto, a partir disso, já consegue fazer a sua discussão dos projectos que estão afectos ao Príncipe.

A Sra. Presidente: — Espero que os serviços tenham tomado nota dessa percentagem, onde tirar e para onde alocar. Se não, peço a quem propôs para voltar a pronunciar-se.

Finalmente terminamos o Ministério da Saúde e Desporto, vamos entrar no Ministério de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

O Sr. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente, trago poucas preocupações, aliás já foram colocadas ontem e de certa forma não me deram resposta, porque foi remetido para a especialidade.

Sr. Ministro, a minha preocupação está relacionada com a política do Governo para empregabilidade juvenil. Falamos muito da migração, bastante e grande parte das pessoas que estão a emigrar são jovens, daí que, não só nós os Deputados, os jovens querem saber, querem ter informações com relação à questão de empregabilidade para essa área juvenil.

Como Ministro do Trabalho, poderá elucidar-nos com algumas informações sobre a vossa política.

De momento, é esta preocupação.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sr. Ministro do Trabalho, eu estava a estudar o orçamento e fiquei muito satisfeito com a intenção do Governo e a verba que vi alocada para o «Programa Família». A intenção do Governo é boa, penso eu, estender mais o número das pessoas beneficiárias, mas me traz uma ligeira preocupação, pelo queria dar a minha contribuição em jeito de conselho, para melhorar esta forma de distribuição aos beneficiários do Programa Família.

Há uma Sra. Deputada que me antecedeu, dizendo que conhece família com oito filhos que não é beneficiária. Concordo plenamente com isso, porque também vivo na comunidade, sei muito bem o que é isso e queria dar um conselho ao Sr. Ministro, para a seleção das pessoas para serem beneficiadas com o Programa Família. A meu ver, acho que há muita discrepância na seleção. A título de conselho, gostaria de dizer ao Sr. Ministro que seria bom que na campanha da seleção envolvesse os técnicos da Assistência Social, as Câmaras Distritais, os professores, enfermeiros, presidentes comunitários e pessoas idóneas daquelas localidades que foram seleccionadas. Sendo assim, acho que a seleção fica com maior transparência, que é a política deste Governo. Já é muito bom e acho que a população ficará agradecida.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — São dois aspectos rápidos.

Primeiro, para lembrar, não sei se o Governo já fez a correcção relativamente ao Programa Família, que está no programa de investimento público, mas não está no mapa de despesa por necessidade, unidade gestora, na Direcção de Protecção Social, como estava no ano passado. É só um preciosismo.

Depois, vejo aqui no programa de investimento público, com código 6351 «implementação do Código de Trabalho», com uma verba de 500 000 dobras. O Código de Trabalho, que eu saiba, já foi aprovado desde 2019, está em vigor. 2025, quase 6 anos depois, eu gostaria de perceber por que é que se está a alocar esta verba para a implementação de uma lei que já está em vigor desde 2019. Naturalmente, acredito que no início houve necessidade de alguma divulgação, publicidade junto às empresas, junto a alguns organismos do Estado até, mas hoje, em 2025, faz sentido ainda gastar-se 20 000 euros para a implementação do Código de Trabalho?

Era o esclarecimento que queria e, se não for relevante, iria sugerir, uma proposta concreta, que esta verba de 500 000 dobras, ou eventualmente uma parte dela, fosse para reforçar a rubrica «construção de casas sociais, apoio aos sinistrados», com código 5762. Temos ouvido muitos casos de incêndios, casas que se perdem, e considero esse valor de 3 milhões de dobras, cerca de 120 000 euros relativamente insuficiente, para atender a toda essa grande demanda que tem acontecido.

Portanto, a proposta concreta é esta. Se não há muita relevância na questão de implementação do Código de Trabalho, não sei ao certo quais são as acções previstas, que se retirasse dessa verba, ou uma parte dela, para reforçar a rubrica que tem a ver com construções de casas sociais e apoio aos sinistrados.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Não tenho uma proposta concreta relativamente ao orçamento, mas estava a ler as GOP do Ministério do Trabalho e também os anexos da Segurança Social e levantou-me umas dúvidas. Na realidade, temos um Ministério de Trabalho que, se virmos bem, precisa de ser alterado para fazer o tal reset que alguém dizia aqui. E há coisas boas do passado que temos que recuperar. O Ministério do Trabalho está aqui nas GOP quase como Ministério do Emprego, a designação que se tem aí, que deveria estar a trabalhar muito ligado ao Ministério de Educação. Temos casos muito graves. As pessoas vão formar ou formam-se mesmo aqui, depois de formar não têm emprego. Vão batendo as portas, estou a dizer isso com exemplos claros, à procura de um emprego. Nos tempos idos, quando trabalhei na Rádio Nacional e nos Negócios Estrangeiros, concorri para a Aviação Civil, não fui ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, nem à Rádio Nacional, nem directamente à Aviação Civil. Era o Ministério do Trabalho que lançava o concurso, porque todos os ministérios solicitavam ao Ministério do Trabalho que necessidades tinham para colocação das pessoas. Acho que esse modelo iria resolver o problema de emprego, porque cada um está a se desenrascar, quadros que regressam ao País, Ministério do Trabalho nem sabe que eles já cá estão e, se calhar, nem vão para o Ministério da Educação, que lhes deu bolsa,

para informar que já chegaram. Vão se desenrascando, batendo as portas, para encontrarem o primeiro emprego. É um modelo antigo, mas acho que deveríamos também aproveitar coisas boas, sobretudo os bolseiros e não só, mesmo os técnico-profissionais.

Uma empresa que chega ao País e precisa de 100 pedreiros, ela tem que saber aonde vai buscar esses pedreiros. Não é ficar no seu gabinete, no escritório de um contentor à espera que cada um vá lá para explorar, às vezes, porque não há um padrão, não há uma orientação, não há um Ministério que se encarregue por essa responsabilidade. O que é muito mau.

Tendo em conta a questão de emprego que temos aqui neste país, punha no sentido inverso o fenómeno de desemprego, seria bom que olhássemos esse modelo do passado, se não é melhor recuperá-lo.

Concordo e estou também plenamente de acordo com aquilo que foi a intervenção dos outros que me antecederam, relativamente a esta questão de apoio às famílias. Mudou-se de sítio, portanto, já não vejo, porque passava da rua constantemente. Na realidade as pessoas que eu encontrava lá, na sua maioria, a ir receber mensalmente não eram pessoas carenciadas nem que precisavam. Bem vestidinhas, cabelos bem feitinhos, com pulso para trabalhar, estavam lá na fila para receber todos os meses.

Acho que aí também temos que fazer um novo recenseamento, porque na realidade aqueles que bem precisam não estão a receber. Acompanho às vezes, nem sempre, o programa de debate na Rádio Jubilar e há sempre um casal deficiente, a mulher também a lamentar esse facto de pessoas que recebem 2000, 3000 dobras mensais e eles não têm apoio nenhum. E esses é que precisam. Tem-se que ver a questão deste recenseamento que se fez e saber quem realmente precisa, quem é mesmo mãe que precisa, quem é família carenciada.

Sr. Ministro, à justiça o que é da justiça, à política o que é da política, mas estando o senhor aqui, tem que nos esclarecer, embora eu tenha ouvido um comunicado do Director da Segurança Social que dizia que das investigações que estão a decorrer, nenhum quadro da Segurança Social foi detido, nem constituído arguido, e que o dinheiro dos pensionistas está seguro. Mas, estando o senhor aqui, enquanto o mais alto responsável, tem que esclarecer isso aos representantes do povo.

Vimos isso em Portugal, quando ocorreu uma busca em Madeira com 40 inspectores da Política Judiciária, houve um debate acalorado na Assembleia da República, mas também era questão de justiça. E de certeza absoluta que se fosse alguém ligado a um dos partidos aí directamente esse tecto já caía. Mas de certeza deve ser alguém um pouco afastado, ou está no cinismo, no segredo dos deuses, ou então é alguém muito afastado da política. Mas não podemos ter dois pesos e duas medidas. Quando se trata de alguém ligado a nós, tentamos comedir e quando...

Uma voz do ADI: — Já não tem tempo.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — ... está bem, mas estou a falar, a Sra. Presidente é que está a dirigir a reunião, mais ninguém aqui.

Vozes do MLSTP/PSD: — Muito bem.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — É uma questão de sairmos aliviados quanto a isso. O Ministro explica, está explicado, deixa que a Justiça faça o seu trabalho.

A Sra. Presidente: — Para esta ronda, temos a última inscrita, a Sra. Deputada e Líder Parlamentar Beatriz Azevedo.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Tomo a palavra neste capítulo que está direcionado ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, porque tenho algumas questões a colocar ao Sr. Ministro.

A primeira questão é, o que o Ministério tem feito para as pessoas com deficiência? Porque em todos os seminários e workshop em que participo, as representantes das ONG das pessoas com deficiências, motora e visual, alegam que estão atirados à sua sorte. Há um grande estigma, mesmo na família, e não vi aqui elencado nenhum projecto direcionado para pessoas com deficiência. Caso haja emprego, se essas pessoas são tidas em conta?

Por que é que as pessoas, quando vão para a reforma, levam muito tempo, ou seja, vários meses até ano, para conseguirem receber a sua reforma? Acho que o Ministério do Trabalho já tem maturidade suficiente, ou seja, longos anos de experiência, para que essas mesmas pessoas, quando vão para a reforma, recebam já. O Ministério conhece quem está na idade de reforma e, estando inscrito em cada Ministério, há necessidade de preparar essas pessoas, ou seja, o seu financiamento. Leva muito tempo para que as pessoas recebam a sua pensão de reforma.

Outra coisa, é que não vi o aumento para as pessoas na reforma. No orçamento passado era de 1000 dobras. Não sei se alguém aqui pode ajudar-me a ver se há possibilidade de aumento do pagamento da pensão de reforma.

A outra questão que tenho é que, sendo Deputada com residência na Cidade de Angolares, tenho servido de elo dessas pessoas que trabalharam para o Estado há muitos anos, mas que os nomes não constam na Segurança Social. Trabalharam em várias empresas e, segundo informação da Segurança Social, é que algumas dessas pessoas não foram descontadas. A minha preocupação é, essas pessoas não foram descontadas ou as empresas descontaram e não colocaram aonde deveriam colocar, pensando no futuro dessas pessoas?

São essas questões que trago, Sr. Ministro. Se puder brindar-me com esclarecimento, ficaria feliz e peço mais uma vez que haja descentralização daquilo que são os serviços da Segurança Social. Não é fácil uma pessoa que entra na reforma, uma pessoa que tem que trabalhar, sair de Portalegre, para vir tratar da sua reforma em Água Grande. É nessas questões que temos que começar a descentralizar. 50 anos de independência, sim, também é uma das coisas que podemos aqui analisar, se vale a pena o País continuar como está ou se há necessidade mesmo de renovar e fazer com que os serviços estejam lá onde as pessoas têm necessidade.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Joucerly Tiny dos Ramos): — Sra. Presidente, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, equipa técnica, o São Tomé e Príncipe que nos acompanha com atenção face à relevância da questão que submetemos, boa noite.

Mais que qualquer coisa, é uma oportunidade para nós falarmos com sensibilidade aquilo que nos chama e nos convida a ter que definir caminhos, porque já é tempo para realmente reflectirmos sobre o que precisa ser mudado. É uma oportunidade, porque estamos a completar 50 anos da Independência. Portanto, há várias razões que de facto nos convida a fazer esse exercício aturado da forma como estamos a fazer. Portanto, é um obrigado a nós todos, porque é de interesse de todos nós.

Respondendo às questões, dentre outras tantas que já foram abordadas desde Segunda-feira para cá, eu começaria pela questão da Sra. Deputada Izilda Domingos, sobre a mãe carenciada que tem mais de 8 filhos. Portanto, permitam-me, eu vou uni-la à questão colocada pelo Deputado Ossáquio Riôa. Mais vale fazer aqui um esclarecimento importante. Este programa começou desde 2019, com o PRESSE, que era o projecto inicial, como combate ao COVID, e envolveu muitas famílias. Por aí 15 000 famílias que foram beneficiadas com aquele projecto inicial. Portanto, há um determinado momento, tinha-se que repensar, redesenhar, porque foi pelo impacto pós COVID e a necessidade que o País e o mundo inteiro vivenciaram. Então, redesenhou-se aquilo que nós ainda temos, que é o Programa Família Venerável. Família Vulnerável não tem esses mesmos requisitos que tinha o Projecto PRESSE. Tem outros requisitos, e a filosofia do Banco Mundial é beneficiar as crianças, para que eles se desenvolvem e continuem nos círculos escolares, sobretudo o primário. Estamos a falar de crianças como beneficiários, mais que qualquer um. Não são os pais. É a criança. Então, esse valor bimensalmente é atribuído a essas famílias. São 650 dobras que se recebe, como um reforço de apoio, para que houvesse a continuidade do círculo escolar destas crianças. Portanto, mães que compram perucas, postiços e essas coisas, era no âmbito anterior. E numa revisão que fez a esse projecto, já se apagou, de certa forma, esses registos, tanto é que se fez novos cartões, não são as mesmas pessoas que recebem este mesmo valor. Há muitos que dizem que a senhora fulana e tal, porque tem necessidade x ou y, foi retirada da lista. Ela deixou de estar na lista, porque não tem os requisitos para estar no Programa Família Vulnerável. Todos aqueles que têm ou que preenchem os requisitos para estar incluídos no Projecto Família Vulnerável como beneficiários, obrigatoriamente têm criança ao seu cuidado.

E a jeito de informações, são 96% de mulheres, 4% apenas de homens. É importante que as pessoas saibam desse detalhe, porque os Deputados, vozes do povo, escutam todos os dias «o meu nome estava na lista, mas eu já não recebo». Têm dificuldades, mas não preenchem esses requisitos, que são requisitos trazidos pelo Banco Mundial, e que nós fizemos inclusive o acompanhamento técnico de cada processamento dessas pessoas. Nós estamos a falar de actualmente de 5000 pessoas beneficiárias. Nós poderíamos falar de um sem número de famílias que envolvem como beneficiários deste projecto. É importante que as pessoas conheçam a verdade deste facto. É um programa que já foi avaliado no âmbito do Banco Mundial e mereceu inclusive uma nota positiva acima do normal. Portanto, hoje, para dizer que já conseguimos o engajamento do Banco Mundial para mais 1 ano, ou seja, vamos acima disto ter mais ou menos 8000 pessoas a se beneficiarem deste projecto. O que é que acontece, para informação de todos? É que essas novas 3000 pessoas já os requisitos poderão ser mais facilitados, porque nós sabemos das fragilidades sociais, da vulnerabilidade, mas ainda se está a desenhar o carácter mais adequado, para incluir essas novas 3000 famílias, que poderão ser beneficiárias.

Portanto, é importante que essas pessoas tenham em conta que, imediatamente disto, o Governo alterou de certa forma o interesse inicial, porque colocava essas 5000 famílias num círculo de dependência, e que hoje a filosofia maior é que de alguma forma essas pessoas consigam também de alguma maneira ou outra trabalhar ou auto sustentar-se, porque nós estamos a falar de dar, dar e dar, e um dia quando isso acabar voltam ao seu ritmo, e não continuam com aquilo que é necessário para que nós realmente saímos do buraco da pobreza em que o país se encontra mergulhado.

Portanto, é preciso que de alguma forma tenhamos isso em conta. Não é porque as pessoas saíram da lista. Houve essa necessidade de outra filosofia. Portanto, é um projecto social de inclusão e está-se a

trabalhar mais a cada dia para inclusão. Aquilo que disse o Deputado Ossáquio Riôa, trabalhar junto com a comunidade, a comunidade intervém sempre, as Câmaras também trabalham junto com os técnicos sociais, e nada mais nada menos para rever alguns modelos que sejam também mais inclusivos, até mesmo para o controlo daquilo que já se faz. Agradecemos, como um aporte, mas é o nosso trabalho.

Também para dizer, a nível de informações que se recolhe para dar resposta a isso, é importante referirmos que basicamente o País tem o boletim estatístico sobre a Proteção Social, publicado em 2023. Ali estão muitas informações. Não se parte do nada para os beneficiários. Já existe um cadastro e este cadastro nacional está agora num processo de actualização, e é nesta base que se identifica as pessoas que preenchem os requisitos para que sejam realmente beneficiárias do Programa Família Vulnerável.

Avançando com a segunda questão da Deputada Alda Ramos, a empregabilidade juvenil, é uma oportunidade também esclarecer aqui esses aspectos, porque bem dizia a Deputada que os jovens querem e precisam saber em concreto o que está a acontecer ou o que é a política pública social que os envolvem e que os beneficiam. Portanto, este desenho já vem desde o Programa do Governo e de certa forma já tem alguma resposta também positiva. Para melhor dizer, também já é uma solução visível e de conhecimento notório, quando nós colocamos inicialmente a questão de estágio profissional remunerado. Dentro de dias, iremos entregar certificados a mais de 300 jovens que foram pilotos na questão de estágio remunerado. Este ano nós teremos muito mais jovens que de alguma forma irão passar por estágio remunerado. Esse estágio remunerado já tem um primeiro relatório, em que nós identificamos os pontos fracos e estamos a trabalhar nessa melhoria, para a segunda fase. É um primeiro passo, e nós temos resposta daquilo que é o emprego jovem. Depois do estágio, as empresas, nos primeiros meses, são 6 meses de estágio, recrutaram essas mesmas pessoas. Para bem vos dizer, uma parte dessas pessoas foram recrutadas e consumidas pela própria Administração Pública.

É uma falta enorme, e isso se associa à questão colocada pelo Deputado Líder Parlamentar do ADI, que falava dos desafios, por causa dos efeitos da emigração. Portanto, é importante nós termos isto em vista, para avançarmos, independentemente de qualquer coisa, que já houve a nível de empregabilidade jovem outro discurso, outra abordagem junto ao Banco Mundial, onde o Governo inicialmente já tem engajado por volta de USD 25 milhões, para 5 anos de execução, para a questão de formação e emprego jovem.

A filosofia actual visa trabalhar muito mais organizado, porque nós estamos a falar de várias questões que se prende a isto. Estamos a falar de oportunidade, onde se vai promover bastante a questão de autossustentabilidade, porque o País precisa também de melhoria, inclusive daquilo que é o sector empresarial, que se encontra com muitas fragilidades, para sub-assumir e assumir salários para o público jovem. Formações também podemos alistar neste contexto de execução dos 25 milhões. Portanto, há um sem fim de números de oportunidades que giram em volta desse valor que já se engajou junto ao Banco Mundial, e o Governo está actualmente a ultimar os procedimentos para começarmos a alavancar este novo desafio.

Eu gostaria de tocar um tanto naquilo que falou o Deputado José António. Sobre a questão da emigração, é preciso que neste aspecto nós todos assumamos o nosso papel. Em jeito de exemplo, eu costumo dizer que é preciso nós, muitas vezes, olharmos para a realidade, aceitarmos e traçarmos estratégias que nos beneficiem. Nós realmente temos isso como uma saída, e deixa o nosso país fragilizado, até mesmo no número de pessoas para consumirem aquilo que nós temos. É preciso, de alguma forma, analisar, porque se fez um estudo que demonstrou o número de jovem que saíram, e nós não podemos olhar para aqueles que já saíram, senão aqueles que ainda tencionam sair e aquilo que nós realmente podemos fazer para reverter. Mas para reverter é o papel de todos. Aqui foi dito que é uma questão de valor social. Em jeito de exemplo, falou-se aqui de professores, médicos, enfermeiros e outros funcionários que vão, isso já foi inclusive palco de debate, porque não é apenas questão de salários. Há funcionários bancários que se vão embora. Portanto, é preciso que nós olhemos para a realidade e entendamos realmente o que se pode fazer, porque o que está em falta é o desenvolvimento do próprio País. Eu sou professor, a minha esposa pode ser enfermeira e vivo num bairro que não tem água, cresci ali onde não tem energia e a minha vida está difícil. A primeira oportunidade que eu encontro, eu vou. Mas é preciso que o próprio país entenda como fazer, para que realmente haja incentivos. Mas eu acho que são questões de valor, patriotismo de alguma forma, porque nós não estamos a falar de problema de hoje. Nós estamos a falar de problema de, se nós olharmos com reparo, 50 anos. Vamos meter a mão na nossa ferida. Já aguentamos a dor até aqui e temos que, de alguma forma, começar dizer as coisas do jeito que elas são.

Portanto, não é problema do XIX Governo. É problema que nós todos temos que assumir, para realmente mudarmos esta realidade. E também nós não podemos olhar para este problema apenas como um problema que vai trazer desvantagens. Temos também que equacionar a possibilidade de alguma forma encontrarmos algum benefício com estas saídas, e é bem possível, porque se nós organizarmos bem a nossa casa, muitas pessoas que estão lá fora poderão regressar.

Portanto, é preciso que...

Risos.

...se não quiser esclarecimento...

Uma voz do ADI: — Pode falar, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: — ...é preciso que nós olhemos para a realidade e entendamos que é preciso reflectirmos sobre essas situações e entendermos que somos nós todos que devemos encontrar alternativas. A vossa colaboração para essa situação é importante, é muito importante. De cada um de nós, de cada um dos sãotomenses, de cada um chefe de família e de todos os quadros nacionais, de uma forma transversal.

Eu acredito que basicamente foi dada resposta em questões ligadas àquilo que disse o Deputado Wuando Castro, quanto à verba que está para o Código de Trabalho. É importante nós falarmos disso, porque nós estamos hoje a olhar para os desafios, algo do dia a dia, e o Código de Trabalho de 2019 já carece de uma revisão profunda. Aquele valor inclusive é insuficiente para uma revisão profunda daquele Código, porque os desafios são tantos. Já começamos esse processo, essa verba realocada está como sensibilização para a execução do Código Trabalho, Lei 6/2019, mas a questão hoje se prende a muito mais. O Governo está na trabalhar num pacote legislativo para a melhoria daquilo que é a realidade laboral. Até os próprios parceiros sociais, eu falo das centrais sindicais e da Câmara do Comércio, também reclamam neste sentido, e a voz se prende em uma alteração profunda daquilo que a nossa lei laboral. É indispesável. Portanto, Câmara do Comércio envolve os empresários.

A questão de casas sociais, que disse que poderia ser acrescentada por ser um problema transversal, ainda ontem eu disse ao Ministro de Infra-estruturas que, de alguma forma, também o Ministério de Infra-estruturas está a trabalhar neste sentido, para a construção de casas sociais. Portanto, é neste sentido.

Aquilo que disse o Deputado Delfim Neves, quanto a formação, empregabilidade e o modelo que se aplicava antes, nós consideramos de facto como boas práticas que foram perdidas no tempo e de alguma forma já se está a trabalhar para o resgate, porque existe um departamento que faz esse trabalho naquele mesmo molde de orientação técnica, mas por questões ligadas ao salário, quase todos os técnicos capacitados estão a fugir para onde dá mais, mesmo a nível nacional. E um técnico formado que pode fazer orientação técnica de qualidade já não está no Ministério de Trabalho. E se eu disser aos Deputados aquilo que é a realidade, era um serviço que tinha mais que 30 funcionários e hoje só tem 8. Portanto, é preciso que nós olhemos para o contesto emprego jovem, também naquilo que nós temos que assumir como formação. O País precisa de formar pessoas, os jovens que saem realmente do 12.º ano ou da universidade, mas não estão preparados para ingressar no mercado de emprego, não dão respostas, não estão habilitados. Portanto, a formação é importantíssima. Nós temos o Centro de Formação de Budo-Budo, que capacita. Só este ano temos mais de 1000 inscritos, e estamos a fazer isto para que realmente consigamos, em curto espaço de tempo, ter pessoas capacitadas para todos os níveis sociais e que realmente os espaços sejam preenchidos. É uma questão de estratégia, é uma questão de tempo. Apesar de que o tempo seja um nosso inimigo maior, nós estamos para resolver tudo, para dar sinais positivos, que qualquer um possa entender que realmente há um caminho que se pode seguir e alcançar bons resultados.

Portanto, é neste aspecto que nós estamos a trabalhar.

A questão de Segurança Social, eu diria que é um segredo de Justiça, mas a Ministra da Justiça poderá pronunciar com mais detalhes a respeito, uma vez que está no Ministério Público. A Ministra da Justiça irá suprir essa pequena parte.

Portanto, aquilo que nos disse a Deputada Beatriz Azevedo, quanto a pessoas com deficiências, também é importante nós falarmos disso, porque no âmbito estratégico de aquilo que é a protecção das pessoas, podemos repensar nesta realidade que todos esses anos. Se alguém conhecer, corrija-me, se eu estiver errado. Durante todos esses anos, nós não temos uma casa de banho pública para um deficiente. Então, como é que nós fazemos um deficiente físico, quando ele precisa de ir à casa de banho? Eu não quero mergulhar em questões que realmente é preciso nós falarmos como problemas para serem resolvidos, mas existem vários projectos que nós já começamos há uma semana. Está a concluir-se uma estratégia nacional para pessoas com deficiência e de alguma forma as respostas estão a ser dadas neste sentido. Pode parecer pouco, mas há crianças que desde que nasceram nunca olharam para o sol, nunca tiveram essa oportunidade de ver o sol, e nós estamos a falar de pessoas que nem vizinhos sabem que existem. Portanto, é preciso que nós olhemos para isso com muito reparo e com muita sensibilidade, e que começemos a repensar e a redesenhar os aspectos.

Hoje, o PNUD está a trabalhar neste sentido junto com o Ministério de Trabalho, já existe uma estratégia nacional que está na fase conclusiva, é um processo que já começou há algum tempo, existe uma lei de Protecção. Portanto, se está a trabalhar também na regulamentação da lei, que também está na fase inicial, e dentro de algum tempo teremos isto já pronto. A política de inclusão social está a funcionar para essas pessoas e poderemos daqui a mais ou menos 3, 6 meses começar a olhar socialmente algumas mudanças positivas de inclusão para esse grupo social, que realmente necessita.

Uma voz: — Não acabou ainda?

O Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: — Não, está quase. São questões colocadas.

Tenho a questão da INSS, que já está em curso. Inclusive, a INSS tem muitos papéis, arquivos, nós estamos a falar desde a era colonial até aos nossos dias, e já tem inclusive um scanner conhecido como

scanner planetário, que está a fazer o papel que realmente podemos chamar de digitalização, para integração do sistema a nível de Administração Pública. E assim nós vamos realmente começar a assumir essas respostas.

O aumento da pensão já é realidade, não são 1000 dobras, mas sim 1200 dobras.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Mais 200 dobras.

O Sr. **Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sim. Começou em Janeiro deste ano.

Portanto, é basicamente isto, acredito ter respondido a tudo e a todos.

Se houver mais alguma questão, disponham.

Muito Obrigada.

Aplausos geral.

Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Estou a ouvir algum ruído à volta do tempo e tal, mas nós temos que nos lembrar que é um programa de 2 dias, condensado num só. Tanto é que baralhou toda a situação de hora. Então, estamos a dar a palavra a todos e estamos a trabalhar. Pessoas engajadas no trabalho não olham para o tempo.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Sra. Presidente, eu peço desculpa, ouvi a questão do Sr. Deputado Delfim, mas embora seja algo que tenha acontecido no Ministério do Trabalho, queremos que seja a Ministra da Justiça a responder.

A Sra. **Ministra da Justiça, Assunto Parlamentares e Direitos da Mulher** (Vera Cravid): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caríssimos e Caríssimas Colegas, a jornada já vai longa e fico feliz que este compromisso, engajamento com a coisa pública e essa dinâmica continue sempre, mas de vez em quando mais cedo. Mas pronto, faz parte.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Delfim das Neves, a situação está em segredo de Justiça, aconteceu tudo aquilo que nós ouvimos nas redes sociais, corresponde à realidade, a prisão preventiva foi a instantes decretada, há 3 envolvidos no processo e o Ministério Público conjuntamente com a PJ continuam a fazer os seus respectivos trabalhos. Acredito que não podemos trazer mais elementos para esta augusta Assembleia, porque como sabemos a questão está sob segredo de Justiça. Qualquer informação a mais ou a menos poderá conduzir as investigações para outra área. Por isso, não vamos precipitar. Portanto, à hora devida, no seu devido tempo, poderão ter acesso a todas as informações que forem necessárias para o esclarecimento dos Srs. Deputados.

E dizer também que não tenham medo, porque o Instituto de Segurança Social está seguro. Não há falência de Segurança Social, como se diz por aí. «Gente tomou dinheiro todo, o serviço está em falência.» Os serviços continuam a funcionar e com todos os seus elementos. Nos termos legais, continua a funcionar.

Só pra dizer às pessoas que não tenham medo, porque o que está seguro está assegurado.

Obrigada.

Aplausos.

Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Ministra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino da Cruz.

Sr. **Albertino da Cruz**: — Sra. Presidente, Sr. Ministro de Trabalho, venho com uma preocupação sobre a pensão dos idosos. Os pensionistas recebem pensão através dos bancos comerciais BISTP, AFRILAND, por aí fora, e os bancos comerciais cobram comissão das contas. E eu gostaria que o Sr. Ministro entrasse em correspondência com os bancos, de forma a não cobrarem os pensionistas, porque um pensionista sai de Ribeira Afonso e já paga táxi, no final do mês, para ir uma caixa levantar o valor, que é um valor mínimo. Por exemplo, se no primeiro mês ele recebe o valor exacto, no próximo mês ele já não recebe o valor exacto. Volta a pagar o táxi para ir para casa. Eu acho que o Sr. Ministro poderá levar isso em conta, vê isso com os bancos comerciais, porque pensão é pensão, é um valor mínimo. Deveriam tomar isto em conta.

Obrigado.

Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Albertino da Cruz.

Então, para encerrarmos mesmo, finalmente chegamos ao fim.

O Sr. Ministro registou, já não é necessário responder.

Eu quero de uma forma muito carinhosa dirigir-me aos técnicos da nossa Comunicação Imagem, digo isto porque eles sempre estão cá connosco e estão cá às 9 horas, quando eu chego. Os únicos elementos que eu vejo na Sala são os técnicos da nossa Comunicação e Imagem,...

Applausos geral.

... e hoje houve uma situação especial. Porquê? Quando nós fomos para o intervalo, fomos almoçar e o almoço não tinha chegado, me pediram para atrasar um bocadinho para lhes permitir almoçar. E hoje não estava boa para ninguém. Eu disse-lhes, não, façam turno, uma pessoa fica a assegurar e outra pessoa vai comer e regressa. Graças a Deus eles entenderam a situação, a nossa transmissão não foi interrompida. É para pedir muitas desculpas, às vezes tem que ser assim. Muito obrigada pela dedicação, entrega e o trabalho abnegado. E também para todos que nos acompanharam desde manhã, todos os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os Srs. Ministros que aqui estiveram, pelo trabalho aturado e produtivo. Isto é que o País precisa.

Amanhã retomaremos às 9 horas.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Quem chegar tarde vai ouvir.

Sra. **Presidente**: — Declaro encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 10 minutos.